

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



**A REALIDADE FORA DA ARENA: A DINÂMICA (IN)SUSTENTÁVEL
DO TRABALHO INFORMAL NO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE
PARINTINS – AMAZONAS**

Manaus

2014

ANDREZA GOMES WEIL

**A REALIDADE FORA DA ARENA: A DINÂMICA (IN)SUSTENTÁVEL
DO TRABALHO INFORMAL NO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE
PARINTINS – AMAZONAS**

Dissertação apresentada à banca examinadora para defesa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Linha de pesquisa: Serviço Social, Diversidade Sócio-Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia. Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Marinez Gil Nogueira.

MANAUS

2014

Ficha Catalográfica

Ficha Catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

W422r

Weil, Andreza Gomes

A Realidade Fora da Arena: A Dinâmica (in) sustentável do Trabalho Informal no Festival Folclórico de Parintins – Amazonas / Andreza Gomes Weil. 2014

178 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marinez Gil Nogueira

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalho. 2. Informalidade. 3. Sustentabilidade. 4. Festas Populares. I. Nogueira, Marinez Gil II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**A REALIDADE FORA DA ARENA: A DINÂMICA (IN)SUSTENTÁVEL DO
TRABALHO INFORMAL NO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS –
AMAZONAS**

ANDREZA GOMES WEIL

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Marinez Gil Nogueira - Presidente
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza – Membro
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a. Dr.^a. Simone Eneida Baçal de Oliveira – Membro
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas

Aprovada em ____/____/____

Manaus

2014

DEDICATÓRIA

À Deus, Jesus Misericordioso e Nossa Senhora Auxiliadora.

À Maria Clara, Pedro e Mário. Razões de tudo.

*À Francisca (in memoriam), Perpétua e Rosilene, mulheres que consolidaram minha
existência.*

À Antidio Weil e Herivan Ferreira, homens que me acolheram como filha.

*À todos os trabalhadores informais de Parintins que constroem sua existência mesmo na
precária forma de trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, Jesus misericordioso e Nossa Senhora Auxiliadora, por toda força e por me manter de pé nos momentos em que pensei em desistir.

Aos meus filhos Maria Clara, Pedro Fernando e Mario Fernando por todas as ausências sofridas, por todos os abraços, carinhos, palavras de conforto e até pelas cobranças que me faziam quando percebiam meu isolamento no solitário mundo científico.

Ao Fernando Furtado, meu companheiro para a vida, esposo, amigo, por sua paciência e por sonhar este sonho comigo. Te amo.

À minha bisá Francisca (In memoriam) por me fazer acreditar na vida.

Às minhas mães Perpetua e Rose que não dispensaram esforços para me proporcionar uma excelente criação. Meus exemplos de vida.

Aos pais de uma vida inteira: Antídio Weil, pelas lindas palavras que recebo todos os dias, pelo carinho e amor que não se mede. Ao Herivan, um pai que Deus me deu de presente, alguém que sempre acreditou em mim.

Aos meus irmãos que tanto amo: Miguel, Caio e Natália.

À minha sogra D. Joana Batista que em minhas ausências foi mãe dos meus filhos. Obrigado!

À professora Dra. Marinez Gil Nogueira que mesmo não percebendo está sempre presente na concretização de meus sonhos. Primeiro como minha orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso, depois presente em minha banca de concurso público quando fui aprovada para ser Professora na Ufam e agora como minha orientadora no Mestrado. Obrigado professora, me faltam palavras para agradecer sua disponibilidade, sua humildade e seu carinho em momentos tão difíceis. É um privilégio ser sua aluna.

À banca examinadora composta pela Professora Simone Eneida e pelo Professor Rafael Bellan, professores por quem tenho verdadeiro respeito e admiração.

À professora Lucilene Melo por suas contribuições na banca de Qualificação deste estudo.

Ao Colegiado do Curso de Serviço Social do ICSEZ por todo apoio que me proporcionaram neste processo.

À minha turma de mestrado, que se tornou uma linda família: Antônia, Neves, Karina, Branca, Ária (mana), Rônisson, Alcione, Ingrid.

Às minhas amigas-irmãs Maria Cristina Mendonça e Lílian Gomes Melo por todas as palavras de carinho e conforto. Mesmo na distância uma amizade eterna.

À Tia Rosário por todas as suas orações e por me acolher como uma filha.

À minha amiga Hamida Assunção por ouvir com paciência minhas angústias, me orientar e tranquilizar em momentos de desânimo.

Em especial à Keuryanne e Patrício Ribeiro, verdadeiros amigos que me auxiliaram na pesquisa de campo e pela paciência em me ouvir e minhas inquietações, até na madrugada.

À Antônia Mara Diógenes Raposo, uma amiga que Deus me deu de presente. Obrigada pela parceria e por agradáveis momentos de descontração em meio a tantas angústias.

À Amanda Gabriela, amiga para além do meio profissional.

À Lia Auxiliadora Soares do Rosário, pela amizade sincera, pelo acolhimento em sua casa em todas as viagens para Parintins e pela paciência na leitura do meu trabalho em plena madrugada.

Aos acadêmicos de Serviço Social do ICSEZ, por compreenderem que este processo é necessário para a melhoria da formação profissional.

Aos professores da Faculdade Salesiana Dom Bosco que considero uma família.

À todas as professoras do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia que contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico, meus sinceros agradecimentos.

Ao Celismar, por sua disponibilidade no atendimento a todos os alunos do programa.

Aos trabalhadores Informais que contribuíram para a construção deste estudo, por sua disponibilidade e compreensão.

À todos os trabalhadores da Associação dos Trabalhadores Ambulantes de Parintins pela disponibilidade em participar da pesquisa.

*Agora sei quem sou.
Sou pouco, mas sei muito,
porque sei o poder imenso
que morava comigo,
mas adormecido como um peixe grande
no fundo escuro e silencioso do rio
e que hoje é como uma árvore
plantada bem alta no meio da minha vida.
(Thiago de Mello)*

RESUMO

O Festival Folclórico de Parintins é conhecido mundialmente em razão da criatividade e da dinâmica da festa que acontece todos os anos no último fim de semana do mês de junho. Nos últimos anos a festa assumiu um caráter mais mercadológico que propriamente cultural, perdendo algumas de suas características. O crescimento midiático do Festival atraiu milhares de turistas, o que impulsionou um expressivo aumento do Trabalho Informal, que é exercido tanto pelos habitantes da Ilha quanto por trabalhadores de outras localidades. A realização deste evento acarreta sérias problemáticas para o município de Parintins, entre estes o aumento da violência, a prostituição e a produção incontrolável de resíduos sólidos, considerado um dos principais impactos ambientais ocasionados pela festa. A forma como está organizado o Trabalho Informal vem contribuindo para estes impactos, uma vez que os critérios ambientais não são considerados prioritários no momento da divisão dos espaços de trabalho. Considerando este cenário, este estudo tem por objetivo avaliar os impactos socioambientais da organização do trabalho informal desenvolvido durante o Festival Folclórico no município de Parintins, tendo como foco de análise as dimensões da sustentabilidade socioambiental. O estudo foi motivado a partir da vivência no município e da aproximação com as associações dos trabalhadores informais que atuam no Festival Folclórico. Assim, a pesquisa visou: 1) identificar a organização do trabalho informal por meio do mapeamento das formas de trabalho; 2) caracterizar as repercussões da Informalidade nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores informais; 3) averiguar as ações do poder público que foram desenvolvidas para a mitigação dos impactos ao ambiente; e 4) apontar alternativas para a sustentabilidade do Trabalho no contexto parintinense. Para tanto, a metodologia utilizada partiu de uma abordagem quali-quantitativa, onde foram entrevistados por meio de formulários com perguntas abertas e fechadas, os trabalhadores informais cadastrados na prefeitura, que receberam *barracas personalizadas* na Orla do município. Visando ampliar a abordagem qualitativa foi realizado também um grupo focal junto aos trabalhadores da Associação de Vendedores Ambulantes de Parintins, com o objetivo de conhecer a particularidade de uma das organizações sociopolíticas do município. Como fontes-chaves de informação foram entrevistados, por meio de entrevista semi-estruturada, os representantes da Secretaria Municipal de Terras, Arrecadação e Cadastro e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Os resultados deste estudo sinalizaram que as questões socioambientais não são consideradas como prioridade, no que se refere à organização do Trabalho Informal no município. Além disso, as condições de trabalho oferecidas aos trabalhadores pelo poder público é precária, principalmente, em função da ausência de saneamento básico. O mais agravante é que tais condições colocam em risco as condições de saúde e segurança dos trabalhadores. Os resultados da pesquisa permitiram sugerir três estratégias para a sustentabilidade do trabalho em Parintins, sendo as seguintes: 1) execução de ações das políticas públicas de trabalho, emprego e renda; 2) a articulação para o controle social; 3) o fortalecimento das organizações sociopolíticas dos trabalhadores informais.

Palavras-chave: Trabalho, Informalidade, Sustentabilidade

ABSTRACT

The Parintins Folklore Festival is known worldwide because of the creativity and the dynamics of party that happens every year on the last weekend of June. In recent years the party has taken a more marketing than actually cultural, losing some of its features. The media growth Festival attracted thousands of tourists, which drove a significant increase in the Informal Labor, which is exercised both by the inhabitants of the island and by workers from other locations. The realization of this event entails problems for the city of Parintins, among them the increasing violence, prostitution and uncontrollable production of solid waste, considered one of the main environmental impacts caused by serious party. How is organized the Informal Work has contributed to these impacts, since the environmental criteria are not considered a priority at the time of division of the workspaces. Against this background, this study aims to assess the social and environmental impacts of the organization of informal work during the Folk Festival in the city of Parintins, focusing on analysis of the dimensions of environmental sustainability. The study was motivated from living in the city and closer to the associations of informal workers who work at the Folk Festival. Thus, the research aimed to: 1) identify the organization of informal work by mapping forms of work; 2) characterize the effects of informality in the conditions of life and work of informal workers; 3) investigate the actions of government that have been developed to mitigate the impacts to the environment; and 4) identify alternatives for the sustainability of Labor in Parintins context. For this purpose, the methodology used came from a qualitative and quantitative approach, where they were interviewed by means of forms with open and closed questions, informal workers registered at the city hall, who received personalized Orla in the city barracks. Aiming to expand the qualitative approach was also conducted a focus group with the workers of the Association of Street Vendors of Parintins, aiming to meet the peculiarity of the socio-political organizations of the municipality. As key sources of information were interviewed using semi-structured interview, the representatives of the Municipal Lands, Storage and Records and the Municipal Environment. The results of this study signaled that environmental issues are not considered as a priority, with regard to the organization of the Informal Working in the city. In addition, the working conditions offered to workers by the government is weak, mainly due to the lack of sanitation. The most aggravating is that such conditions endanger the health and safety of workers. The survey results allowed to suggest three strategies for sustainability work in Parintins, being the following: 1) execution of actions of government policies on labor, employment and income; 2) linkage to social control; 3) strengthening the socio-political organizations of informal workers.

Keywords: Labor Informality, Sustainability

LISTA DE SIGLAS

PREALC - Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT – Organização Internacional do Trabalho
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SEPLAN- Secretaria de Estado de Planejamento
ZFM – Zona Franca de Manaus
PIB – Produto Interno Bruto
AVAPIN – Associação dos Vendedores Ambulantes de Parintins
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
CNES - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde
SUS- Sistema Único de Saúde
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
CAIC- Centro de Atenção Integral a Criança
CAIMI – Centro de Atenção Integral à Melhor Idade
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
CTAC – Coordenadoria de Terras
SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Características do Sistema Toyota.....	29
Quadro 2 - Categoria de Trabalhadores dos <i>novos modos de ser da informalidade</i>	38
Quadro 3- Expressões da “nova informalidade” no Brasil	39
Quadro 4- Categorização dos principais dificuldades para conseguir trabalho no município de Parintins.	68
Quadro 5- Síntese de Informações sobre os serviços de educação em Parintins.....	82
Quadro 6- Festas Populares do Município de Parintins.....	84
Quadro 7 – Itens avaliados no Festival Folclórico de Parintins por Blocos	88
Quadro 8 – Principais vantagens da realização do Festival Folclórico para o município de Parintins.....	102
Quadro 9 – Principais problemas sociais que surgiram em Parintins com a realização do Festival.....	105
Quadro 10- Alternativas apontadas pelos trabalhadores para a mitigação dos impactos socioambientais no município.....	112
Quadro 11 - Divisão de comercialização de espaços por Categorias.....	119
Quadro 12 - Perfil dos Trabalhadores Informais que atuam no Festival Folclórico.....	125
Quadro 13: Rendimentos dos Trabalhadores no período do Festival divididos por segmento	132
Quadro 14- Motivos pelos quais gostaria de trabalhar com carteira assinada.....	134
Quadro 15 – Vantagens e desvantagens do Trabalho Informal segundo a percepção dos trabalhadores.....	135
Quadro 16- Mapa de Riscos do Trabalho Informal no Festival Folclórico.....	137
Quadro 17 – Pontos de melhoria nas condições de trabalho sugeridos pelos trabalhadores.....	140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do Município de Parintins no Baixo Amazonas.....	63
Figura 2 – Localização do Aterro Sanitário de Parintins – Amazonas.....	74
Figura 3- Bois Bumbas Garantido e Caprichoso.....	86
Figura 4 – Bumbódromo de Parintins em diferentes momentos.....	89
Figura 5 – Marcas adaptadas à dinâmica do Festival Folclórico de Parintins.....	96
Figuras 6 – Resíduos das alegorias dos bois Garantido e Caprichoso após as apresentações nas laterais do bumbódromo.	108
Figura 9 – Tambor de Resíduos.....	109
Figura 10- Tambor de Resíduos dos Trabalhadores.....	109
Figura 11- Identificação dos Tambores de resíduos entre as barracas	109
Figura 12-“Lixeiras” improvisadas	110
Figura 13- “Lixeiras” improvisadas	110
Figura 14 - Crianças e Idosos coletando sobras de alimentos e resíduos metálicos	110
Figura 15 – Vendas de Unhas Postiças	114
Figura 16- Segmento de Calçados	114
Figura 17 – Serviço de Massagem	114
Figura 18 – Segmento de Artesanato	114
Figura 19 – Mapa do Município de Parintins / Concentração dos espaços e segmentos do Comércio Informal no período do Festival.....	116
Figura 20 – Visão de fundos das barracas	124
Figura 21 – Trabalhadora tratando peixe sem as mínimas condições de higiene .	124
Figura 22- Trabalhadora cortando frango sem as mínimas condições de higiene.	124
Figura 23- Condições da parte interna das barracas	124
Figura 24 – Trabalhadora do segmento de alimentação	138

Figura 25 – Trabalhadora do segmento de alimentação	138
Figura 26 – Trabalhador do segmento de artesanato	138
Figura 27 – Reunião da Associação no local de trabalho	144
Figura 28 – Sede própria da associação dos artesãos	144

LISTA DE GRÁFICOS

Grafico 1- Motivos que levaram a trabalhar na Informalidade.....	70
Gráfico 2 – Idade dos Trabalhadores	126
Gráfico 3 – Escolaridade dos Trabalhadores	127
Gráfico 4 – Tempo de atuação durante o Festival Folclórico	130
Gráfico 5 – Avaliação da atuação das Associações.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução demográfica do Amazonas 1970-2000	58
Tabela 2 – População Total- Gênero e Rural/Urbana – Parintins – AM.....	65
Tabela 3 – Numero de Empresas atuantes no Estado do Amazonas.....	67
Tabela 4 – Síntese dos Estabelecimentos de Saúde em Parintins.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1- EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO E INFORMALIDADE: DESAFIOS FRENTE À SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	22
1.1. A (Des) Organização do Trabalho Contemporâneo	23
1.2. O Processo de Informalidade no Contexto do Trabalho Contemporâneo	33
1.3. Sustentabilidade Socioambiental: aspectos histórico-conceituais e os desafios frente à dinâmica do Trabalho na Contemporaneidade	42
1.4. Trabalho e desenvolvimento no Amazonas: breves considerações.....	53
CAPÍTULO 2 – A INFORMALIDADE NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E O FESTIVAL FOLCLÓRICO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS	63
2.1. Parintins em Preto e Branco: o paradoxal desenvolvimento local	64
2.2. Festival Folclórico de Parintins: da Tradição à Mercadorização	85
CAPÍTULO 3 – A TOADA NÃO CANTADA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO FESTIVAL FOCLÓRICO DO MUNICÍPIO DE PARINTINS COM ENFASE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL	99
3.1. Impactos Socioambientais do Festival Folclórico para o município de Parintins	100
3.2. A (Des) Organização do Trabalho Informal no Festival Folclórico de Parintins	114
3.3. A voz dos trabalhadores informais do Festival: condições de vida e trabalho.....	125
3.4. Caminhos para a sustentabilidade do trabalho informal em Parintins.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
APÊNDICES	157
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX as discussões em torno da centralidade do trabalho ganham foco em função das novas formas de exploração produzidas no contexto da Reestruturação Produtiva. Este fenômeno ocorre prioritariamente nos países centrais na década de 1980 e, posteriormente, é adotado como modelo produtivo em boa parte dos países da América Latina.

Os efeitos desse processo são vivenciados principalmente pela *classe que vive do trabalho*¹, tendo em vista que novas exigências são impostas aos trabalhadores e, também, verifica-se que as relações de trabalho assumem um caráter precário. Conseqüentemente, esta conjuntura acarreta o desemprego, e compromete as condições de vida dos trabalhadores, que, sem alternativas recorrem a outras formas de sobrevivência situadas na *Informalidade*.

O Trabalho Informal é caracterizado pela precarização e atinge a subjetividade e a organização política dos trabalhadores, tanto pela ausência de proteção social, quanto pela instabilidade da renda. As condições de trabalho no contexto da informalidade também são preocupantes, pois, em muitos casos, sua prática não prevê os cuidados necessários com as condições ambientais em que este é realizado. Estas reflexões permitem afirmar que, a análise do Trabalho Informal na atualidade vai além do âmbito *socioeconômico*, exige também um olhar para as questões *socioambientais* que estão imbricadas no processo e têm impacto sobre a vida dos trabalhadores.

No Amazonas, esta característica é evidente nos municípios de pequeno porte populacional, onde as atividades informais estão concentradas principalmente na produção artesanal, nos serviços de transporte e alimentação ou mesmo nos serviços de hospedagem.

Esta realidade pode ser evidenciada no município de Parintins, principalmente durante a realização do Festival Folclórico que ocorre anualmente no último fim de semana do mês de junho. Entretanto, no decorrer da festa é possível perceber que a organização do

¹ Expressão adotada por Antunes (2001) para caracterizar a classe trabalhadora na atualidade, composta por trabalhadores assalariados, homens, mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção.

trabalho informal é precária e esta questão afeta tanto as condições de trabalho quanto o ambiente em que este é realizado.

A identificação desta situação motivou a nossa aproximação com os trabalhadores informais de Parintins, por meio de projetos de extensão que possibilitaram o conhecimento de suas condições de vida e trabalho. Assim, essa experiência motivou a realização deste estudo. Para tanto, buscou-se a compreensão deste objeto de estudo em sua totalidade, o que presume considerar também os impactos socioambientais existentes na dinâmica do Trabalho Informal, especificamente no período do Festival Folclórico.

Neste sentido, visando responder a tais questionamentos, o objetivo geral deste estudo foi delineado da seguinte forma: *Avaliar os impactos socioambientais da organização do trabalho informal desenvolvido durante o Festival Folclórico no município de Parintins, tendo como foco de análise as dimensões da sustentabilidade socioambiental.*

Para alcançar esse objetivo mais amplo foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Identificar a organização do trabalho informal por meio do mapeamento das formas de trabalho;
- 2) Caracterizar as repercussões da Informalidade nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores informais;
- 3) Averiguar as ações do poder público que foram desenvolvidas para a mitigação dos impactos ao ambiente;
- 4) Apontar alternativas para a sustentabilidade do Trabalho no contexto parintinense.

Visando garantir o alcance dos objetivos, a pesquisa foi desenvolvida em quatro momentos de levantamento de dados e/ou informações, que se configuram como complementares: *Levantamento Bibliográfico, Levantamento Documental, Levantamento Exploratório e Levantamento de Campo.*

No *Levantamento Bibliográfico* foram trabalhadas prioritariamente três categorias: Trabalho, Informalidade e Sustentabilidade, além disso, as obras referentes ao contexto parintinense e ao Festival Folclórico.

No *Levantamento Documental* as informações fornecidas pelas instituições, principalmente as municipais, foram de fundamental importância para as análises acerca das particularidades do município, especialmente no que se refere às informações sobre os trabalhadores cadastrados na prefeitura.

O *Levantamento Exploratório* possibilitou a definição do *locus* da pesquisa, sendo este situado em dois diferentes contextos:

- *Locus institucional* - Levantamento documental e de campo realizado na Coordenadoria de Terras, Arrecadação e Cadastro, cuja principal função é a de organização do Trabalho Informal e cadastro dos trabalhadores, bem como na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, cuja função é controlar os impactos ambientais no decorrer do Festival Folclórico.

- *Locus de campo*: levantamento de dados primários realizado no município de Parintins, especificamente à Rua Ruy Barbosa, localizada na orla, onde ficam instalados os trabalhadores informais que trabalham em *barracas personalizadas* administradas pelo poder público. É necessário esclarecer que este *locus* foi definido em razão dos possíveis impactos ambientais que poderiam ser causados pelas barracas de alimentação que estavam instaladas próximo às margens do rio. Neste momento, foi realizado um pré-cadastro dos trabalhadores que aceitaram participar da pesquisa para que posteriormente fizéssemos contatos com os mesmos.

O *levantamento exploratório* também possibilitou a definição dos sujeitos da pesquisa (informantes-chave), bem como os critérios de escolha dos mesmos, sendo estes definidos da seguinte forma:

- 1) **Trabalhadores Informais** – 1) ter atuado na Rua Ruy Barbosa comercializando alimentação, artesanato e/ou ambos os gêneros; 2) ser cadastrado na prefeitura na categoria de barracas; 3) ser proprietário da mesma e ter mais de 18 anos;
- 2) **Trabalhadores informais que fazem parte de Associações** – 1) ser associado da Associação Trabalhadores Ambulantes de Parintins; 2) participar da Associação há

pelo menos 2 anos; 3) ter trabalhado no Festival Folclórico como associado há pelo menos 2 anos;

- 3) **Representantes das Secretarias Municipais (Fontes – Chaves)** – 1) ser servidor da Secretaria Municipal da Secretaria de Terras, Arrecadação e Cadastro ou da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; 2) exercer cargo de liderança na instituição; e 3) participar do processo de gestão das ações executadas no período do Festival Folclórico.

A partir da realidade observada na rua Ruy Barbosa também foi possível definir o *Universo da pesquisa*, sendo este de 40 barracas, entre estas 25 de alimentação e 15 de artesanato. Diante da viabilidade de abarcar 100% das barracas deste universo, a amostragem foi censitária², entretanto, apenas 35 trabalhadores foram entrevistados, pois entre os 40 selecionados 5 eram proprietários de mais de uma barraca.

O *levantamento de campo* foi realizado a partir de uma abordagem quali-quantitativa, cujas principais técnicas de pesquisa foram as seguintes:

- a) Entrevista semiestruturada por meio de formulários com perguntas abertas e fechadas, aplicada para os trabalhadores informais proprietários de barracas;
- b) Entrevista semiestruturada guiada por Roteiro de Entrevista, direcionado aos representantes das instituições;
- c) Grupo Focal realizado com os trabalhadores informais que participam da Associação dos Trabalhadores Ambulantes de Parintins.

Durante a pesquisa de campo foram realizados registros fonográficos e fotográficos, cuja autorização dos sujeitos da pesquisa se deu por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando sua participação, conforme preconiza a Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde que trata das Diretrizes e Normas de Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Os resultados da pesquisa serão apresentados neste trabalho em três capítulos.

² Amostragem Censitária – onde todos ou maior número de indivíduos devem ser pesquisados.

O *primeiro capítulo* aborda as expressões do trabalho na contemporaneidade e a particularidade da Informalidade neste contexto, considerando que a precarização desta forma de trabalho acarreta *impactos socioambientais*. Além disso, o capítulo sinaliza breves considerações sobre o cenário do Trabalho na Amazônia.

O *segundo capítulo* trata especificamente da realidade parintinense, caracterizando a realidade local em vários aspectos, para então discutir o atual cenário do Festival Folclórico de Parintins, que vai da Tradição à mercadorização, situação que acarreta uma série de problemáticas ao município.

Por fim, o *terceiro capítulo* aborda especificamente os impactos socioambientais do Festival Folclórico em Parintins, relatando a dinâmica do Trabalho Informal no festival e a realidade vivenciada pelos trabalhadores no que se refere às suas condições de vida e trabalho. Buscou-se também sinalizar possibilidades para pensar estratégias que possibilitem a sustentabilidade socioambiental do trabalho informal no município de Parintins.

Cabe enfatizar, que se acredita que os resultados deste estudo trarão contribuições no campo da conscientização ambiental e de organização política para os trabalhadores informais de Parintins, uma vez que muitos não reconhecem que sua atividade produz degradação ao ambiente e que, em determinadas situações, podem atingir a saúde e a segurança no trabalho.

O estudo também traz em seus resultados contribuições ao município, uma vez que dará visibilidade às questões socioambientais para o Poder Público, fornecendo subsídios teóricos para o planejamento de políticas públicas que visem atenuar a problemática dos impactos socioambientais negativos gerados pelo modo atual de organização do trabalho informal durante o festival folclórico.

Por fim, ressalta-se que o foco do estudo foi a organização o Trabalho Informal, visando desvelar os impactos desta organização no ambiente e nas condições de vida e trabalho dos homens e mulheres que sobrevivem deste trabalho precarizado, e que encontram no Festival Folclórico de Parintins uma alternativa de sobrevivência.

CAPÍTULO 1

EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO E INFORMALIDADE: DESAFIOS FRENTE À SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As transformações ocorridas no contexto societário desde as últimas décadas do século XX, decorrentes da crise do capital, acarretaram uma série de problemáticas expressas pela imposição da reestruturação produtiva do modelo capitalista industrial e da hegemonia do neoliberalismo. Este processo foi marcado pela incorporação de novas técnicas de gerenciamento do trabalho que proporcionaram, entre outros agravantes, a desarticulação política da *classe-que-vive-do-trabalho*³. Desde então, instala-se um cenário de precárias modalidades de contratação e um alto índice de desemprego que leva muitos trabalhadores a buscar sua sobrevivência no âmbito do trabalho informal, caracterizado pela precarização.

Além destes fatores, a nova dinâmica do capital imprime uma lógica voltada para o *crescimento ilimitado* incentivando um consumo destrutivo dos recursos naturais e ameaçando as condições de sustentabilidade do planeta. Este cenário desencadeou, em nível mundial, as primeiras discussões acerca da questão ambiental que tinha como pano de fundo o agravamento de questões socioambientais como aumento da pobreza e das desigualdades sociais, a degradação ambiental, o crescimento urbano desordenado, os conflitos territoriais, entre outros.

Tal conjuntura aponta que as mudanças ocorridas no contexto da produção capitalista atingem simultaneamente a esfera do trabalho e das questões ambientais. Esta afirmação pode ser explicada, por exemplo, quando se evidencia a instalação de novas tecnologias utilizadas para acelerar a produção e atender o consumo excessivo, o que conseqüentemente tem impacto sobre o ambiente. A implantação desses novos processos também exclui uma parcela expressiva de trabalhadores do mercado formal, aumentando os índices de desemprego e, como consequência, o aumento do trabalho informal. Em linhas gerais, este novo cenário impõe aos trabalhadores um distanciamento da relação homem e natureza para dar lugar à relação entre homem e máquina.

³ A expressão *classe-que-vive-do-trabalho* é fundamentada por Antunes (2009) que afirma ser esta a classe trabalhadora que vende sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. Para tanto, o conceito engloba também os trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, tanto para uso público quanto para o capitalista.

Diante do exposto, o presente capítulo tem por finalidade discorrer sobre as expressões do trabalho na contemporaneidade tendo como destaque o *Processo de Informalidade*. Partindo do pressuposto de que esta forma de trabalho configura-se como precária, busca-se uma análise a partir do paradigma de sustentabilidade socioambiental, considerando que a organização do trabalho atinge várias dimensões.

1.1. (Des) organização do Trabalho Contemporâneo

As reflexões acerca da categoria *Trabalho* assinalam diversas conclusões quanto a sua dinâmica, porém, todas reconhecem que esta atividade é intrínseca à vida social. Conceitualmente a palavra Trabalho se origina do latim *tripalium*, um instrumento feito de três paus aguçados, em alguns casos munidos de ponta de ferro, que os agricultores utilizavam para rasgar e esfiapar cereais, ou seja, um instrumento de tortura. O pensamento cristão apesar de caracterizar o trabalho como martírio, também o considerava como o caminho para a salvação. Posteriormente, com as concepções de São Tomás de Aquino, o trabalho foi considerado ato moral digno de honra e respeito (ANTUNES, 2005).

A descrição desses processos históricos explica então o duplo caráter que o trabalho assume na sociedade, por um lado, contemplado como realização humana e por outro encarado como servidão, punição e sofrimento.

Dentre as diferentes concepções sobre o trabalho é possível afirmar que o entendimento desta categoria torna-se bem mais esclarecedor a partir dos escritos de Karl Marx, que analisa o trabalho a partir das relações que o homem estabelece com a natureza, particularizando sua dinâmica no contexto do processo de produção do capitalismo.

De acordo com Marx (1998), o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, um processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla sua ação sobre a natureza. Ao apropriar-se dos recursos naturais, o homem produz utilidades à vida humana, ou seja, valores de uso. Esta dinâmica pressupõe a existência de um processo de trabalho, definido pelo autor como:

Uma atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é a condição necessária de intercambio do homem com a natureza é condição natural eterna de vida humana (...) comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1998, p.212).

Neste sentido, a relação estabelecida entre homem e natureza concretiza a vida humana e esse processo só ocorre por meio do trabalho, onde o homem modifica a natureza externa e ao mesmo tempo modifica sua própria natureza, visto que desenvolve potencialidades e submete ao seu domínio as forças naturais (MARX, 1998). Para tanto, Marx destaca que este processo exige a articulação entre os seguintes elementos: a atividade adequada a um fim (o trabalho), a matéria que se aplica ao trabalho (o objeto) e os meios de trabalho (os instrumentais). Em linhas gerais, no processo de trabalho a atividade do homem opera a transformação da natureza, sendo esta subordinada ao trabalho, que atua por meio de instrumentais (idem).

O processo de trabalho ocorre em qualquer estrutura social e faz parte da sobrevivência do homem, consolidando sua relação com a natureza. Entretanto, no contexto do modo de produção capitalista os elementos necessários à sua concretização são modificados, tendo por fundamento a subordinação do trabalho ao capital.

Com base no pensamento marxiano, Antunes (2009) afirma que o trabalho em seu entendimento mais genérico está relacionado à produção de valores de uso, expresso pela relação entre o ser social e a natureza. Já o sentido mais primitivo, refere-se aos atos laborativos que transformam objetos naturais em coisas uteis. Entretanto, o autor destaca que a forma mais desenvolvida de trabalho decorre da práxis social, em que são desenvolvidas inter-relações com outros seres sociais também com vistas à produção de valores de uso.

Em sua análise sobre o processo de subordinação do trabalho ao capital, Mészáros (2002) identifica a existência de um sistema *sociometabólico* onde tudo, inclusive os seres humanos, devem ajustar-se e provar sua viabilidade produtiva. Este cenário configura-se como o resultado de um processo historicamente constituído em que prevalece a divisão social hierárquica entre capital e trabalho, sendo esta caracterizada pelo autor como a força cimentadora mais problemática, pois “ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se estruturar de maneira antagônica e específica, já que as

funções de produção e controle do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos” (idem, p. 99).

Tal afirmativa fica evidenciada no pensamento de Marx (1998, p.219) quando se refere aos dois principais fenômenos que caracterizam o processo de trabalho no capital:

O trabalhador trabalha sobre o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima (...) de modo que só gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho.

Neste sentido, a força de trabalho é oferecida como mercadoria pelo seu possuidor (trabalhador) ao proprietário do dinheiro (capitalista) que ao comprá-la incorpora o trabalho aos meios de produção, sendo assim, o processo de trabalho ocorre entre coisas que o capitalista comprou e entre coisas que lhe pertencem (MARX, 1998).

Configura-se assim a mediação entre capital e trabalho entendida por Mészáros (2002) a partir da concepção de um *sistema de mediação de primeira e segunda ordem*, onde, a segunda se interpõe como *mediação destrutiva* da primeira, caracterizada pela relação entre os seres humanos e a natureza. Desta forma, Mészáros apud Antunes (2009, p.21-22) define que as mediações de primeira ordem têm as seguintes características:

- 1) Os seres humanos são parte da natureza, devendo realizar suas necessidades elementares por meio do constante intercambio com a própria natureza;
- 2) Eles são constituídos de tal modo que não podem sobreviver como indivíduos da espécie a qual pertencem (...) baseados em um intercambio sem mediações com a natureza, regulados por um comportamento instintivo determinado diretamente pela natureza, por mais complexo que esse comportamento instintivo possa ser.

Quanto às mediações de segunda ordem, Mészáros (2002, p.179-180) afirma que estas surgem no contexto do capitalismo e constituem-se um círculo vicioso do qual não há fuga, onde as condições de reprodução social estão totalmente subordinadas ao aspecto produtivo do capital. Este sistema encontra apoio para sua vigência nos seguintes elementos:

- 1) A *família nuclear* articulada como o microcosmo da sociedade e tem o papel de reproduzir a espécie (...) participa de todas as relações produtivas do macrocosmo social inclusive da necessária mediação das leis do Estado;
- 2) Os meios alienados de produção e suas personificações pelos quais o capital adquire (..) consciência inflexível para impor a todos submissão as exigências da ordem sociometabólica existente;

- 3) O dinheiro, com suas formas enganadoras a cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico;
- 4) Os objetivos feitichistas da produção submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital;
- 5) O trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle;
- 6) As variedades de formação do Estado do capital no cenário global (...) como Estados nacionais autônomos;
- 7) o incontrolável mercado mundial em cuja estrutura (...) os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se para obter para si as melhores vantagens possíveis.

Verifica-se então que a dinâmica do capital modifica negativamente a relação primária entre homem e natureza, imprimindo novos valores voltados para uma produção ilimitada e conseqüentemente uma lógica destrutiva.

De acordo com Antunes (2009) essa lógica destrutiva se acentuou no capitalismo contemporâneo originando a *taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas*⁴, em outras palavras, o tempo de vida útil das mercadorias são reduzidos de modo a agilizar o ciclo produtivo.

Aparentemente esta tendência seria viável ao processo de expansão do capital, porém, suas conseqüências são mais graves do que se imagina, visto que ocorre uma separação entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de expansão do capital. Este processo gera então o aumento da competição e da concorrência gerando trágicas conseqüências, das quais duas são sinalizadas por Antunes (2009, p.28) como as mais graves:

[...] a destruição e/ou precarização, sem paralelo em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias.

⁴ Antunes (2009) faz referência a Mészáros que afirma ser este conceito uma das tendências mais importantes do modo de produção capitalista. De acordo com este autor, o capital não considera valor de uso e valor de troca como coisas separadas, mas como um modo que subordina radicalmente o primeiro ao último (...) o que significa que uma mercadoria pode passar de um extremo ao outro sem jamais ser usada, mas nem por isso deixa de ter para o capital sua utilidade expansionista (p.27-28).

De acordo com o autor, a tendência à *taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas* vem se acentuando desde os anos de 1970, quando o sistema global do capital vivencia uma grave crise estrutural⁵.

Os primeiros indícios da crise surgem na década de 1960, no contexto do capitalismo monopolista⁶, tendo como base política-econômica o modelo *fordista-keynesiano*, cuja base produtiva teve sustentação no modelo de produção Taylorista/Fordista. De acordo com Tavares (2009) este modelo penetrou a sociedade como um novo sistema de reprodução da força de trabalho, reforçando o ideário de que o crescimento do capital seria compatível com as necessidades individuais e sociais da classe trabalhadora. Contudo, na realidade dos fatos, esse ideário visou a submissão ideológica dos trabalhadores aos padrões de consumo e às regras impostas pelo Estado.

Antes de retomar a análise dos fatores da crise do capital, é necessário apresentar a dinâmica do Modelo de Produção Taylorista/Fordista, uma vez que as determinações impostas por este modelo acentuaram o processo de crise.

A evolução do sistema de produção capitalista foi marcada por diversas mudanças e/ou reestruturações na produção voltadas principalmente para a manutenção da hegemonia do capital. De acordo com Tavares (2009), a medida que o capitalismo vai se desenvolvendo muda a empresa, muda o mercado, as formas de trabalho, o processo de produção e até os mecanismos institucionais do Estado, que atende como comitê do grande capital. Neste sentido, os modelos de produção assumem funções estratégicas, pois controlam os meios de produção e determinam a organização do trabalho.

O modelo Taylorista/Fordista instalou-se no contexto da grande indústria automobilística, impulsionado pela fase do capitalismo monopolista. A dinâmica deste

⁵ Conforme Mészáros (2002, p.797) “em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada (...) uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode por em risco a sobrevivência contínua da estrutura global”.

⁶ De acordo com Tavares (2009) o capitalismo monopolista ocorre a partir de 1870 quando o capital entra na sua fase de expansão com o amadurecimento da indústria moderna. A autora sinaliza as seguintes características para este período: aumento das organizações, internacionalização do capital, divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e as mudanças de estrutura do poder estatal.

modelo tinha como direcionamento os *Princípios da Administração Científica* de Taylor e da *produção em massa* proposta por Ford, estruturada a partir de um modelo *homogeneizado* e *verticalizado* da produção.

O Taylorismo preconizou um rigoroso estudo dos tempos e movimentos no trabalho. Assim, a produtividade do trabalho podia ser aumentada a partir da decomposição de cada processo de trabalho em movimento (HARVEY, 2007). Essa racionalidade de organização do processo produtivo ocasionou um intenso ritmo de trabalho, que limitou a ação dos trabalhadores em atividades repetitivas, gerando a perda de sua dimensão intelectual, o que resultou na alienação do trabalho.

Não muito diferente dos princípios criados por Taylor, na dinâmica do *fordismo* também se verificou diretrizes de gestão do trabalho direcionadas para a intensificação da exploração do trabalho, por meio de novas políticas de controle e reprodução da classe trabalhadora. Henry Ford, seu precursor, racionalizou velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho, o que proporcionou um expressivo ganho de produtividade. Com a proposta de Ford o *dia de trabalho passou a ser oito horas, com cinco dólares* como recompensa para os trabalhadores da linha de montagem dos carros. Não obstante, este processo proporcionou tanto a disciplina necessária para o processo de produção quanto à remuneração e o tempo de lazer necessário para que os trabalhadores pudessem consumir em massa (HARVEY, 2007). A principal ideia era que a produção em massa significava o consumo em massa. De acordo com Mota (2000), o Estado tornou-se aliado deste modelo de produção e atuava por meio de políticas sociais compensatórias, a fim de buscar a *fidelidade das massas* e legitimar a ordem burguesa.

O período Taylorista/Fordista ficou conhecido mundialmente como “anos dourados” do capitalismo, porém, entre as décadas de 1960 e 1970 passa a apresentar indícios de esgotamento.

Assim, o ideário *fordista-keynesiano* prevaleceu por aproximadamente 30 anos, entretanto já na década de 1960 se verificou os primeiros sinais da crise que se instalaria no modo de produção capitalista na década seguinte. De acordo com Antunes (2009), os principais indícios desta crise foram: a queda da taxa de lucro, esgotamento do padrão de acumulação Taylorista/Fordista, hipertrofia da esfera financeira, maior concentração de

capitais em razão da fusão entre as empresas, crise do Estado de Bem-Estar Social e o crescimento das privatizações.

Conforme Pinto (2010), a instabilidade macroeconômica do período obrigou a indústria a redirecionar suas estratégias de padronização em larga escala para a inserção de novas tecnologias e organização do trabalho, o que colocou o sistema taylorista/fordista em questionamento, pois sua unidade produtiva altamente concentrada tornou-se uma camisa de força para o crescimento.

Tal cenário exigiu então a execução de estratégias para o enfrentamento da crise e reordenamento do capital. Conforme Silva (2010), como resposta à problemática foram implementados procedimentos para a manutenção do processo de produção, sendo estes a reestruturação dos capitais e transformações nos processos de trabalho.

No que tange a reestruturação dos capitais, destaca-se a *transnacionalização* do capital, como uma forte estratégia para a superação da crise. Este processo flexibilizou a abertura de fronteiras dos mercados nacionais permitindo a industrialização em escala mundial. Tal situação teve como consequência o aumento da competitividade entre as empresas e o processo desigual de produção e comercialização, uma vez que existia uma forte diferença na dinâmica das economias periférica e central.

Desta forma, a divisão internacional do trabalho tornou-se muito mais flexível, visto que “o mundo tornou-se uma imensa e complexa fábrica que se desenvolve conjugadamente com o que se pode denominar ‘*shopping center global*’ (...) essa nova divisão do trabalho concretiza a globalização do capitalismo” (IANNI apud VALLE, 2007, p.31-32).

No cenário em questão, o foco principal era a criação de estratégias para superação da crise, o que culminou no processo de reestruturação das bases sociais, econômicas e políticas do capitalismo. Para Antunes (2009, p.49):

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo em que se destaca o toyotismo ou modelo japonês.

No modelo de produção Toyota identificam-se todas as transformações ocorridas no contexto da reestruturação do capital, sejam estas na esfera produtiva ou no que se refere à organização do trabalho. Pinto (2010) afirma que o modelo Toyota superou em produtividade todos os outros sistemas de organização flexível, quando evita o confronto entre classe trabalhadora e empresariado e se aproveita da manipulação da subjetividade dos trabalhadores, buscando a exploração de seus conhecimentos.

A partir desta dinâmica, verificam-se novas formas de intensificação do trabalho fundamentadas na redução do número de trabalhadores, porém, com maiores índices de produtividade. Este fenômeno ocorre prioritariamente por dois motivos: a inserção de novas técnicas de gestão da força de trabalho e a introdução ampliada das tecnologias. Antunes (2009) sinaliza algumas características desse modelo que estão relacionadas com as transformações no perfil da produção e do trabalho:

Características do Sistema Toyota
Organização da Produção
<ol style="list-style-type: none"> 1. Produção vinculada à demanda, visando atender as exigências mais individualizadas do mercado consumidor. Sua produção é variada e bastante heterogênea; 2. Produção estruturada em um processo produtivo flexível que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas; 3. Tem como princípio o <i>Just In Time</i>, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; 4. Funciona segundo o sistema <i>kanban</i>, placas e senhas de comandos para reposição de peças e estoques; 5. Trabalha com estoques mínimos; 6. Implantação dos processos de Qualidade Total por meio da padronização da produção.
Organização do Trabalho
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamenta-se no trabalho operário, em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo; 2. Estrutura Horizontalizada proporcionada pela contratação de empresas terceirizadas, fator que proporciona o enxugamento do quadro de pessoal; 3. Organização dos Círculos de Controle da qualidade constituído por grupo de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho para melhorar a produtividade da empresa; 4. Implantação do <i>emprego vitalício</i> para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas. Além dos ganhos salariais vinculados ao aumento da produtividade, a fábrica garante ao trabalhador a estabilidade no emprego, sendo que aos 55 anos o trabalhador é deslocado para outro trabalho menos relevante no contexto da empresa; 5. Exigência do Trabalhador Polivalente, Multifuncional e qualificado. 6. O incentivo ao trabalho em equipe e envolvimento participativo dos trabalhadores;

Quadro 1: Características do Sistema Toyota

Fonte: Elaboração Própria com base em Antunes (2009)

A partir destas análises verifica-se que “dentro do processo de produção, o capital conquistou o comando sobre o trabalho, sobre a farsa do trabalho em funcionamento, ou seja, sobre o próprio trabalhador” (MARX, 1998, p.356). As formas de controle sobre o trabalho, bem como o desenvolvimento tecnológico, evidenciados no modelo toyotista de produção,

tendem a contribuir para a expansão do capital e a manutenção da *ordem produtiva*. Porém, o efeito contrário desse processo traduz-se na *desordem* do trabalho, expressa na intensificação do processo de alienação e na desarticulação política da classe trabalhadora.

Conforme Silva (2010) estas mudanças ganharam reforço com o advento do modelo neoliberal⁷, que gerou uma série de transformações de ordem econômica e social, tendo destaque: a desregulamentação do mercado financeiro e o desmonte das relações de trabalho, que culminam com o aumento do desemprego e da exclusão social.

As transformações societárias globais ocorridas não se concentram apenas nos países centrais, aos poucos se expandem também para os países periféricos provocando, nas palavras de Silva (2010), uma *globalidade desigualmente combinada*. No Brasil, o fortalecimento deste modelo ocorre, na década de 1990, com a implantação da política econômica neoliberal estabelecida no Governo Collor⁸.

O Brasil dos anos de 1990 foi marcado pelo abandono do papel ativo do Estado e o predomínio de um processo passivo de inserção à economia internacional, o que configurou novos perfis produtivos e distributivos fundamentados pelo mercado e pelos grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais (POCHMAN, 1998).

As modificações do contexto produtivo e da organização do trabalho impostas nos países centrais instalam-se no Brasil ocasionando uma profunda *desestabilização* do mercado de trabalho, o que ocasionou o alto índice de desemprego e a precarização das condições e relações entre capital e trabalho. Conforme Mattoso (1999), o agravamento desta problemática ocorreu no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, que apresentou uma acentuada redução da capacidade de geração de empregos formais.

⁷ Em linhas gerais Behring e Boschetti (2011) apontam que o modelo neoliberal propõe a mínima intervenção do Estado na economia e nas relações de trabalho. “Os neoliberais defendem que a proteção social garantida pelo Estado por meio de políticas redistributivas, é pernicioso para o desenvolvimento econômico, pois aumenta o consumo e diminui a poupança da população” (p. 126). Neste sentido, seu papel deve ser o de contribuinte para a ampliação do modelo neoliberal, adotando políticas que favoreçam este processo.

⁸ De acordo com Silva *apud* Silva (2010, p. 60) “a reestruturação produtiva no Brasil é marcada por três momentos distintos: a primeira fase compreende o final dos anos 70 e o início dos anos 80; a segunda fase abrange o período de 1984 a 1989; e a terceira tem início em 1990 e se estende até os dias atuais.”

A diretriz da política econômica instalada neste período provocou um processo de reestruturação da economia voltado para a abertura externa da base produtiva local, apontada como a única forma de modernização econômica para o país. Além disso, a política conservadora compreendia que o Estado era paternalista e, por isso, suas funções deveriam ser privatizadas (DEDECCA, 2005).

Além dos efeitos negativos da redução do gasto social imposto pela política neoliberal, o processo de racionalização produtiva da indústria agravou ainda mais as problemáticas sociais e econômicas evidenciadas neste período. A existência de um grande fluxo de recursos externos gera um processo de internacionalização da propriedade industrial e o estabelecimento de uma dependência produtiva de insumos importados. O resultado desse processo foi o déficit em conta corrente e a retração do emprego no grande setor da economia, o que gerou um elevado índice de desemprego no país (DEDECCA, 2005).

Notadamente, as políticas implementadas no país na década de 1990, antes de tudo buscavam enfraquecer e desmobilizar os instrumentos de regulação do mercado e das relações de trabalho estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Contraditoriamente, afirmava-se que o problema do emprego estava relacionado à regulação excessiva das relações de trabalho impostas pela proteção social.

De acordo com Matoso (2000) “ao longo dos anos 90 foram queimados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira, sendo que desde que FHC assumiu em 1995 foi contabilizada uma queima de 1,8 milhão de empregos formais”. Sobre este cenário Malaguti (2000) assinala que o desemprego, os baixos salários e a concentração de rendas deixaram de serem fenômenos apenas para operários ou trabalhadores menos qualificados, em poucos anos as classes médias também são inseridas neste contexto.

Para Singer (2006) o termo *precarização do trabalho* expressa melhor esta problemática, pois além de reduzir a ocupação⁹, provoca o que o autor define de

⁹ Singer (2006) estabelece uma clara diferença entre emprego e ocupação. Para este autor o emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado. A ocupação por sua vez compreende toda a atividade que proporciona sustento a quem exerce. Desta forma o autor afirma que a sociedade necessita de ocupação e não de emprego.

desemprego estrutural, ou seja, os trabalhadores vítimas da desindustrialização encontram muitas dificuldades para se reintegrarem no mercado de trabalho.

Nestes termos, concorda-se com Antunes (2005) quando este afirma que, o mundo contemporâneo fez explodir o universo do não trabalho, o mundo do desemprego, visto que quase um terço da força trabalho está exercendo trabalhos parciais, precários, informais, temporários ou mesmo vivencia o *não trabalho*.

Esta realidade se expressa pela redução do mercado formal de trabalho, a desregulamentação das relações trabalhistas e como consequência o aumento das desigualdades. Longe de encontrar saídas, os trabalhadores buscam alternativas de sobrevivência em outras formas de trabalho sendo uma destas a Informalidade.

1.2. O Processo de Informalidade no contexto do Trabalho Contemporâneo

As acepções acerca da Informalidade levantam inúmeros questionamentos, visto que essa categoria pode ser compreendida com base em diferentes marcos teóricos. De fato, as atividades informais são seculares, porém, o que se modifica é a interpretação que se faz desse processo nos diferentes momentos históricos, bem como a intervenção do Estado sobre tal situação.

O caráter precário dessas atividades é indiscutível e as transformações ocorridas no contexto da divisão do trabalho nas últimas décadas corroboram para o entendimento de que, no atual contexto, a informalidade configura-se como uma expressão da questão social¹⁰. Para tanto, a compreensão desta dinâmica requer o conhecimento das diferentes concepções acerca da informalidade, seja na perspectiva conceitual ou histórica.

¹⁰ Sobre a questão social considera-se as contribuições de Castel (2008) que afirma a existência de uma *nova questão social* concebida pela função integradora entre capital e trabalho. O autor situa a questão social em dois momentos: a primeira ocorrida no século XIX, expressa nos primórdios da industrialização sob a forma de pauperismo. E a *nova questão social*, expressa no século XX pela relação entre capital e trabalho. O autor destaca a desregulamentação do sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e desestabilização do trabalho que interfere diretamente nos setores da vida social.

Para Singer (2000) o trabalho informal data dos primórdios da Revolução Industrial e já era trabalhado por Marx na categoria de *população relativamente excedente*¹¹. De acordo com o autor, o trabalho informal corresponde ao *segmento estagnado da população excedente*, ou seja, aquele que trabalhador que faz parte do exército ativo do trabalho, mas com ocupação inteiramente irregular, em outras palavras:

Trata-se do exército industrial *ativo* e não de *reserva*, este formado pelos sem trabalho, pelos desempregados no sentido estrito do termo. Os desempregados vivem do seguro-desemprego (enquanto dura) ou são sustentados por economias ou pelo que ganham outros membros da família (...) os trabalhadores informais já desistiram de procurar emprego, eles saem à luta tentando ganhar a vida de qualquer jeito (SINGER, 2000, p. 12)

A primeira iniciativa de investigação sobre a informalidade ocorreu em 1969, com o lançamento do Programa Mundial de Emprego instituído pela Organização Internacional do Trabalho. O programa tinha como objetivo avaliar os efeitos das estratégias de aceleração econômica dos países periféricos sobre o emprego e a distribuição de renda. O diagnóstico apontou que o crescimento econômico era insuficiente na geração de empregos e, como consequência, fundava-se um expressivo excedente de mão de obra que não aparecia como forma de desemprego, mas em atividades realizadas em pequena escala.

Conforme Theodoro (2000, p.28), neste período surge o conceito de *setor informal*, “como um instrumento explicativo para um velho fenômeno: a existência de atividades econômicas de baixa produtividade que se desenvolviam a margem da legislação nas franjas do mercado.”

O resultado de inúmeros estudos realizados no âmbito do programa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) orientaram a definição de *setor informal* e pontuaram um conjunto de características que compõem esta dinâmica:

- Propriedade familiar do empreendimento;
- Origem e aporte próprio dos recursos;
- Pequena escala de produção;

¹¹ Com base em Marx, Singer (2000) aponta que a população relativamente excedente pode ser dividida em *liquida*, *latente* e *estagnada*. A primeira refere-se a uma reserva móvel de trabalho, sempre disponível às empresas quando estas querem expandir rapidamente o mercado de trabalho. A segunda é formada pelos trabalhadores do campo que estão em via de ser expulsos da agricultura e preparam-se para integrar a população urbana em busca de trabalho. E a terceira forma parte do exército ativo de trabalho, mas com ocupação inteiramente irregular, oferecendo ao capital uma inesgotável força de trabalho disponível.

- Facilidade de ingresso;
- Uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada;
- Aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino;
- Participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado.

Ainda no final da década de 1960, a OIT cria o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) que realizou estudos sobre o desenvolvimento econômico dessas regiões. Para o PREALC as diferenças existentes na estrutura produtiva originavam dois setores no mercado de trabalho urbano: o *setor formal* composto pelas ocupações em empresas organizadas e o *setor informal* estruturado pelas atividades de baixo nível de produtividade que são exercidas por trabalhadores independentes e por empresas pequenas.

Tais concepções do PREALC são questionáveis, uma vez que o novo cenário econômico, político e social denota novas configurações para a Informalidade que começam a ser discutidas em âmbito acadêmico. Em 1991 a questão da Informalidade torna-se o centro dos debates da OIT sendo apontada como um “setor não estruturado.” O principal direcionamento era aproveitar o potencial das atividades informais, para a geração de ocupação e renda para uma parcela da população menos favorecida (KREIN e PRONI, 2010). Porém, as diferenças econômicas e culturais entre os países, bem como a classificação universal das atividades do chamado *setor informal* impediram o desenvolvimento da discussão.

No decorrer dos anos de 1990, o aumento da informalidade gerou impactos na dinâmica econômica dos países em desenvolvimento, levantando discussões em torno de políticas públicas de trabalho e renda, bem como na reforma do sistema de relações de trabalho.

De acordo com Krein e Proni (2010), tal cenário culminou na mudança conceitual¹² do termo *setor informal* para *economia informal*, pois de acordo com a OIT, “ao ocupar um grande contingente de pessoas sem possibilidade de garantir um “bom emprego”, o setor

¹² Este conceito foi definido em 2002 na 90ª Conferência Internacional do Trabalho.

informal estava desempenhando um papel relevante na geração de renda para uma parcela expressiva da população” (idem, p.12).

Os autores ainda afirmam que a abrangência do conceito de *economia informal* adota os critérios de *unidade produtiva* e *ocupação* sendo definidas as seguintes categorias:

- Trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio);
- “Falsos” autônomos (trabalhador terceirizado, subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor);
- Trabalhadores dependentes flexíveis e/ou atípicos (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores”);
- Microempregadores;
- Produtores para autoconsumo;
- Trabalhadores voluntários do terceiro setor e da economia solidária.

Verifica-se que as mudanças estruturais ocorridas no contexto produtivo, alteram a primeira concepção da OIT sobre o então *setor informal*. Entretanto, estas modificações favorecem prioritariamente o capital, pois no contexto da informalidade as ocupações são geradas a baixo custo e as relações de trabalho são fragmentadas.

Sob esta ótica, Lautier apud Tavares (2004) afirma que a existência de empregos e de trabalhos sob relações informais não estão à margem do capital, mas integrados por um caráter que a própria estrutura capitalista lhe imprime.

Esta evidência é confirmada por Malaguti (2000) quando afirma que numerosos casos de informalidade podem ser evidenciados no setor formal e exemplifica com a situação de funcionários públicos ou assalariados de empresas multinacionais que durante o expediente vendem produtos diversos para garantir a chamada “renda extra”. O autor vai além e sinaliza que os trabalhadores que tem registro em carteira, e que fazem horas extras sem recebê-las, estão também vivenciando uma situação de informalidade.

Desta forma, para Malaguti (2000, p.101) “a formalidade penetra o setor informal e o setor informal nutre-se da informalidade. Desta forma, a existência de uma sem a outra, parece uma prática inconcebível.”

Tavares (2004) considera a relação formalidade/informalidade sobre outro olhar. Para esta autora, considerando o cenário atual, verifica-se que a informalidade está no setor formal, “suscitada pela política de flexibilização da economia que se expande mediante processos de terceirização, cujos mecanismos obscurecem a extração de sobre trabalho” (idem, p.45). Neste contexto, pode-se afirmar que o *trabalho informal* constitui-se como:

O emprego desprotegido, sem vínculo formal, mas diretamente vinculado à produção capitalista. Trata-se de formas de trabalho que foram praticadas pela sociedade pré-industrial e são agora retomadas pela grande empresa, que tende a deixar de ser o lugar por excelência da chamada relação salarial moderna (...) Nenhuma forma de trabalho pode ser mais flexível que o trabalho informal (TAVARES, 2004, p.52)

Corroborando com tal afirmativa, Cacciamali (2000) afirma que o entendimento sobre a informalidade na atualidade está relacionado às mudanças estruturais e seus efeitos, ocorridos no processo de reestruturação do capital. O cenário em questão cria um ambiente de incerteza nos negócios com menores taxas de crescimento econômico e, conseqüentemente, fortes impactos sobre o mercado de trabalho, gerando o desemprego.

Essas mudanças estruturais incidem no que Cacciamali (2002) define como *Processo de Informalidade*, ou seja, a redefinição das relações de produção e da forma de inserção dos trabalhadores no contexto produtivo. Para esta autora, dois fenômenos marcam este processo: a *reorganização do trabalho assalariado* e o *auto-emprego*.

O primeiro refere-se à reformatação das relações de trabalho expressas por contratações precárias sob a forma de serviços temporários, locação de mão-de-obra, cooperativas de trabalho e outros. De acordo com a autora, estes contratos penetram o espaço produtivo de bens e serviços e tem características comuns assim definidas:

Vulnerabilidade, ou seja, a insegurança da relação de trabalho e na percepção da renda; a ausência muitas vezes de qualquer regulamentação laboral e de proteção social, especialmente contra demissões e acidentes de trabalho; o uso flexível do trabalho (horas e múltiplas funções); e frequentemente menores salários, principalmente para os menos qualificados (CACCIAMALI, 2000, p.164).

Quanto ao fenômeno do *auto-emprego* a autora sinaliza que este funciona como estratégia de sobrevivência para as pessoas que apresentam dificuldade em ingresso no mercado de trabalho, ou mesmo por opção, quando decidem investir sua renda em trabalho por conta própria ou microempresas. Este grupo trabalha diretamente na produção ou prestação de serviços, que ocupam interstícios no mercado de bens e que se modificam de acordo com a demanda capitalista.

Acerca desta concepção Tavares (2004) sinaliza que o trabalho autônomo, trabalho assalariado e trabalho familiar, configuram-se como um processo estratégico para disfarçar as desigualdades existentes na relação capital e trabalho pois:

Trata-se de uma situação em que o sujeito é proprietário dos meios de produção e de conhecimentos necessários à realização de uma determinada atividade, que ele pode realizar sozinho, ou com a ajuda da família, ou com a ajuda de outros trabalhadores. Mas o fato de ser proprietário dos meios de produção, o que lhe permite oferecer ocupações a outras pessoas, fazendo dele um empregador, não faz necessariamente daqueles meios capital, nem do sujeito um capitalista. Ele é apenas um pequeno patrão (idem, p.31-32)

Compreende-se que a concepção de Cacciamali (2002), que define o *Processo de Informalidade*, é a que mais se aproxima do eixo teórico que se pretende construir neste estudo. Entretanto, suas definições quanto à categoria de trabalhadores que fazem parte deste cenário são pontuais, o que requer uma análise complementar a partir de outros olhares.

Neste sentido, convém apresentar as concepções de Alves e Tavares (2009) que buscaram categorizar os trabalhadores a partir do que denominam *novo modo de ser da informalidade*. O termo refere-se a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a contratos temporários, sem estabilidade ou sem carteira assinada, mesmo atuando dentro ou fora das empresas, seja em atividades mais instáveis ou temporárias ou mesmo na condição de desempregado. O Quadro 2 sintetiza estas questões.

Novos Modos de Ser da Informalidade	
Categoria	Característica
Trabalhadores Informais Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> - Inseridos em atividades que requerem baixa capitalização; - Buscam obter renda para consumo individual e familiar; - Vivem de sua força de trabalho podendo solicitar auxílio de familiares ou de ajudantes temporários - São classificados em: <i>menos instáveis, instáveis e ocasionais ou temporários</i>.
	Menos Instáveis
	<ul style="list-style-type: none"> - Possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho; - Desenvolvem atividades no setor de prestação de serviços (terceirização). <p>Exemplo: jardineiros, costureiras, pedreiros, vendedores ambulantes e outros.</p>
	Instáveis
	<ul style="list-style-type: none"> - São recrutados temporariamente sendo remunerados por peça ou serviço executado; - Ocupam trabalhos eventuais que dependem de sua força física e da disposição para determinadas tarefas. <p>Exemplo: carregadores e carroceiros de rua em geral.</p>
	Ocasionais ou Temporários
	<ul style="list-style-type: none"> - Quando estão desempregados se encaixam nas atividades informais mas seu objetivo é retornar ao trabalho assalariado; - São trabalhadores que ora estão desempregados, ora são absorvidos pelo trabalho precário; - Há casos que combinam o trabalho regular com o ocasional, os chamados bicos <p>Exemplo: digitador, salgadeiras, faxineiras e outros.</p>
Trabalhadores Assalariados Sem Registro	<ul style="list-style-type: none"> - Por não serem registrados não tem acesso as resoluções dos acordos coletivos de sua categoria e nem recebem seguro desemprego; - Muitos atuam em domicilio outros prestam serviço as grandes empresas que se utilizam da subcontratação para montagem de bens, produção de serviços distribuição de bens por meio do comercio de rua; - Grande parte atua em empresas com até 5 empregados; - Normalmente tem nível de instrução baixo e não contribuem com a previdência social.
Trabalhadores por Conta Própria	<ul style="list-style-type: none"> - Produtor simples de mercadoria que conta com a força de trabalho própria ou de familiares e, em alguns casos, subcontrata força de trabalho assalariada; - A atividade possibilita apenas uma renda necessária à sobrevivência dos trabalhadores; - Estes trabalhadores possuem pequenos negócios que são vinculados a grandes corporações envolvendo as áreas de produção, comercio e prestação de serviço; - Por meio da ajuda de membros da família reduz o custo de reprodução da força de trabalho, realizando trabalho não pago. Desta forma, a força de trabalho não paga é explorada duplamente pelo capital e ainda possibilita a entrega de mercadorias nos prazos estabelecidos.

Quadro 2: Categoria de Trabalhadores dos *novos modos de ser da informalidade*

Fonte: Elaboração própria com base em Alves e Tavares (2009)

Sob este mesmo aspecto, porém, considerando o termo *nova informalidade*, Krein e Proni (2010) também sinalizaram expressões da informalidade no contexto de flexibilização das relações e regulações do trabalho. O Quadro 3 ilustra este processo.

Situação Ocupacional	Descrição
PJ – Pessoa Jurídica, quando corresponde a uma relação de emprego disfarçada	É uma pessoa que tem uma empresa, mas presta serviço de forma regular e exclusiva a outrem. A relação de trabalho não é pautada pela legislação trabalhista, mas constitui-se como um contrato comercial, em que os contratados estão excluídos de todo o sistema de direitos e de proteção social vinculado ao assalariamento. Na prática, isso pode significar a legalização do que passou a ser chamado de “fraude de pejetização”, pois nessa modalidade de contratação os direitos trabalhistas não existem.
Falsas Cooperativas	As cooperativas fraudulentas de mão-de-obra são uma das iniciativas mais visíveis de utilização de novas formas de contratação que podem, ser identificadas em grande parte dos casos, como uma relação de emprego disfarçada.
Terceirização 1: trabalho informal em domicílio	A informalidade não pode ser explicada pela terceirização mas a adoção dessa técnica gerencial foi um mecanismo que contribuiu para sua expansão de duas formas distintas: os incentivos a prestação de serviço sem qualquer proteção previdenciária e trabalhista e o crescimento do número de pequenas empresas que prestam serviço para a indústria e grandes empresas e que nem sempre cumprem a legislação trabalhista.
Terceirização 2: relação de emprego triangular	(...) locação de mão-de-obra por meio de empresa de aluguel. o contrato temporário é prestado por meio de uma empresa interposta que seleciona e remunera trabalhadores com a finalidade de prestar serviços provisórios junto as empresas clientes. Estabelece-se uma relação triangular em que o local de trabalho não tem relação direta com o empregador, mas com a agência de emprego.
Falsos Voluntários do Terceiro Setor	O problema é que nem sempre é nítido o caráter não lucrativo e a forma como se dá a relação de trabalho, pois se admite que ela tenha algumas características típicas de um emprego, tais como a pessoalidade, a continuidade, e inclusive, a subordinação jurídica as determinações da entidade pública ou privada, condição esta que deve ser estabelecida no termo de adesão.
Trabalho Estágio	O trabalho estágio (não o estágio como complemento da formação acadêmica) se caracteriza pela substituição de um profissional. Ou seja, ele exerce uma atividade profissional como qualquer empregado. Assim, constitui uma relação e emprego disfarçada, pois não é considerado um emprego, nem tem a ele vinculado qualquer direito trabalhista ou previdenciário.
Autônomo Proletarizado	Trata-se da utilização de trabalho autônomo como parte da estratégia de empregadores, geralmente em uma relação triangular, para viabilizar uma redução de custos e permitir rápidos ajustes ao ambiente das atuais transformações econômicas e de reestruturação da produção de bens e serviços, o que pode ser considerado uma relação de emprego disfarçada.
Contratação por prazo ou tempo determinado	As pessoas contratadas por prazo determinado têm dificuldade de acesso às políticas de proteção social, especialmente o seguro desemprego e a seguridade social (tempo de contribuição).

Quadro 3: Expressões da “nova informalidade” no Brasil

Fonte: Krein e Proni (2010).

As duas concepções abordadas denunciam que a *precarização do trabalho* é uma das principais expressões do *Processo de Informalidade* no contexto contemporâneo. Para Antunes (2009) vive-se um momento em que “na era da *informatização* do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da *informalização* do trabalho, dos

terceirizados, dos precarizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos subproletariados” (p.252).

O autor ainda ressalta que uma das teses que sustenta a *informalização* é a *precarização* do trabalho, que decorre da necessidade do *sistema sociometabólico do capital* de manter menos *trabalho estável* e, cada vez mais, formas diversificadas de trabalho, tais como as que fazem parte do processo de informalidade. O problema em questão revela a lógica destrutiva do capitalismo onde:

(...) os mecanismos e as engrenagens do sistema de metabolismo socioeconômico acabam por converter em descartável e supérfluo tudo o que poderia ser preservado e reorientado, tanto para o atendimento efetivo dos valores de usos sociais, quanto para se evitar uma destruição incontrolável e degradante da natureza, do meio ambiente, da relação metabólica entre trabalho e natureza (ANTUNES 2009, p.414).

Tal concepção permite afirmar que, vive-se um tempo em que tanto a natureza quanto as relações socioculturais dos seres humanos são subordinados à lógica produtiva do capital, onde a exigência consiste “na exploração da força de trabalho, que coloca em risco a integridade física e psíquica do trabalhador e na dilapidação da natureza de forma destrutiva, visto que em todo processo de produção é necessário uma matéria ou insumo retirados do meio natural”(MELO, 2006, p.43).

Pode-se afirmar então, que o norteamto das discussões sobre o trabalho no contexto contemporâneo deve considerar também a dimensão ambiental, necessariamente pelos seguintes motivos:

1. É na relação com a natureza que o homem produz os bens necessários à sua reprodução social e este processo se consolida por meio do Trabalho. Entretanto, no contexto contemporâneo esta relação revela-se fragmentada, como se o homem fosse um ser a parte, apenas um observador e/ou explorador da natureza;
2. O modelo de desenvolvimento do capital e suas novas formas de gestão imprimem uma lógica destrutiva, que prioriza a viabilidade produtiva e desconsidera as limites da natureza;

3. As diversas formas de trabalho existentes no mundo contemporâneo, especificamente o processo de informalidade, são orientadas para atender a dinâmica produtiva do capital, e em grande parte, não consideram os possíveis impactos ambientais produzidos pelas atividades desenvolvidas;

Tais assertivas apontam que, o debate sobre a questão ambiental no contexto contemporâneo vai além da discussão de problemáticas como poluição da água, do solo, do ar, do esgotamento dos recursos naturais, da extinção da fauna e flora, entre outras questões. Essa discussão incide sobre o contexto social, econômico, político e cultural e tem como pano de fundo a ideia do padrão de desenvolvimento capitalista, voltada para um crescimento sem limites.

Para Celso Furtado (2002) o desenvolvimento de uma sociedade não é alheio a sua estrutura social, por isso a formulação de uma política de desenvolvimento deve considerar uma preparação ideológica, uma ação política deliberada. De acordo com o autor o desenvolvimento só é possível por meio do projeto social, ou seja, a priorização à melhoria das condições de vida da população e não o crescimento econômico, que assume um papel central na sociedade capitalista.

Os debates e mais precisamente as críticas acerca do desenvolvimento do modelo capitalista mobilizaram a *crise ambiental* no final da década de 1960, marcando o início de uma série de discussões acerca desta temática.

1.3. Sustentabilidade Socioambiental: aspectos histórico-conceituais e os desafios frente à dinâmica do Trabalho Contemporâneo

As discussões acerca da *questão ambiental* têm como pano de fundo o questionamento da lógica destrutiva imposta pelo desenvolvimento do modelo capital/industrial. Conforme Vargas (2001, p.220):

As crescentes evidências do custo ambiental e do padrão desenvolvimentista industrial vigente, a exaustão ambiental, a queda da renda na agricultura, as insuficiências do pensamento clássico e dos debates contemporâneos acerca do desenvolvimento, dão contornos nítidos e precisos à nova e atual discussão acerca da construção de um novo paradigma desenvolvimentista a partir da noção de sustentabilidade.

De acordo com esta análise, verifica-se que a imposição do modelo de produção capitalista ocasionou o agravamento de problemas socioambientais que atingiam a qualidade de vida da população e impactavam o meio natural. Segundo Lima *apud* Nogueira e Chaves (2005), a multiplicação de acidentes e problemas ambientais e a ação do movimento ecológico, reforçaram o questionamento aos modelos de desenvolvimento industrial e mobilizaram o debate acerca da dimensão ambiental da realidade.

Historicamente a discussão da *crise ambiental* e o surgimento do paradigma de sustentabilidade iniciam no ano de 1968 com o chamado Clube de Roma, uma reunião entre cientistas dos países centrais que tinha como finalidade discutir os limites do crescimento populacional, o consumo e as reservas de recursos naturais renováveis.

Os resultados apresentados indicaram que a estabilidade econômica e ecológica só seria possível por meio do crescimento zero, o que reforçou a ideia Malthusiana¹³ de crescimento incontrolável da população mundial. Esta concepção gerou grandes divergências e desentendimentos, por outro lado, foi a partir deste evento que a problemática ambiental passou a ser discutida em nível mundial, tendo como ponto de partida a realização da primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972 na cidade de Estocolmo.

Conforme Nogueira e Chaves (2005) a realização desta conferência proporcionou notoriedade a questão ambiental e seu resultado proporcionou a criação do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)* que tinha como objetivo “fomentar junto aos organismos internacionais a necessidade de educação e formação ambientais em todas as atividades exercidas pelos mesmos” (*idem*, p.132).

¹³ De acordo com Nogueira (2009) o pensamento de Malthus (1766-1834) apontava que a natureza possui recursos finitos e, portanto, se a população continuasse a crescer, como consequência, diminuiriam os recursos naturais. Essa explicação era fundamentada por cálculo matemático que predizia que a população cresce em progressão geométrica, contudo a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética.

Foi neste contexto que Maurice Strong evidenciou em 1973, o termo *ecodesenvolvimento* que “buscava caracterizar uma ideia-força que fosse capaz de direcionar, de forma criativa, iniciativas de dinamização econômica sensíveis aos fenômenos de degradação do meio ambiente e da marginalização social, cultural e política” (VIEIRA, 2002, p.54).

Esta versão inicial do conceito foi reelaborada em 1974 por Ignacy Sachs por meio de sua obra *estratégias do ecodesenvolvimento*, em que o autor traz uma redefinição da concepção deste termo, para o qual o ecodesenvolvimento caracteriza-se como um “desenvolvimento endógeno e dependendo de suas forças próprias, submetido à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecológica e buscando estabelecer uma relação de harmonia entre homem e natureza” (SACHS apud NOGUEIRA; CHAVES, 2005, p.134).

De acordo com Bruseke apud Vargas (2001) a visão de desenvolvimento proposta por Sachs, tem como direcionamento a integração de seis aspectos, a saber:

a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e f) programas de educação (p.224)

O diferencial na concepção de Sachs acerca do ecodesenvolvimento é que além da dimensão econômica este autor considera que todo planejamento do desenvolvimento deve contemplar outros aspectos, os quais denominou *dimensões da sustentabilidade*.

Desta forma, Sachs (1993, p.37-38) define estas dimensões como:

Sustentabilidade Social – criação de um processo de desenvolvimento que contribua para a construção de uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e dos bens, visando reduzir o abismo entre os padrões de vida de ricos e pobres;

Sustentabilidade Econômica – alocação e gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais e não apenas através do critério da rentabilidade das empresas;

Sustentabilidade Ecológica – intensificar o uso do potencial dos recursos diversos do ecossistema, porém, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da

vida. Outro fator importante é a limitação do uso de combustíveis fósseis e de outros produtos esgotáveis ou danosos ao meio ambiente. A redução dos resíduos e a limitação do consumo de materiais por parte dos países ricos também é importante para o âmbito ecológico;

Sustentabilidade Espacial – direciona uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas;

Sustentabilidade Cultural – traz a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados. Estes processos devem trazer mudança para a continuidade cultural e traduzir o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, ecossistema, a cultura e a área.

Em sua obra *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, Sachs (2008) redimensiona estes critérios sinalizando a dimensão política (nacional e internacional) onde considera, entre outras questões, a necessidade de coesão social e a “gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade.” (idem, p.88).

O autor ainda sinaliza que em geral o termo sustentabilidade é utilizado apenas para expressar a questão ambiental, entretanto a construção de uma sociedade sustentável deve levar em conta todas as dimensões citadas, ressaltando que:

[...] a sustentabilidade social vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental (idem, 2008, p.70).

Para Jacobi (1999), as dimensões da sustentabilidade reafirmam a necessidade da compatibilidade entre a melhoria da qualidade de vida e a preservação ambiental. De acordo com o autor, o ecodesenvolvimento enfatizava a importância de modelos locais baseados em tecnologias apropriadas, em particular nas áreas rurais, e buscava reduzir a dependência tecnológica e cultural.

Entretanto, mesmo se configurando como uma das mais coerentes propostas para dar respostas à crise ambiental, o ecodesenvolvimento encontra obstáculos para implementação nas esferas da economia e da política, uma vez que apontava a necessidade de mudança nestas esferas.

O modelo sugeria um novo padrão de desenvolvimento e novos modos de vida nos países industriais, situação que não agradou a lógica vigente no âmbito da globalização da economia e dos processos de reestruturação do capital (o qual foi exposto no item anterior).

Desta forma, mesmo “após um entusiasmo inicial, a proposta do ecodesenvolvimento ficou relegada às esferas marginais.” (CHAVES; RODRIGUES, 2006, p.101).

Diante desta conjuntura, outros termos ganham destaque a partir da Declaração de Cocoyoc, elaborada em 1974 na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e no Relatório *Que Faire* apresentado em 1975 pela Fundação Alemã Dag-hammarskjöld, estes documentos marcam um novo cenário nas discussões acerca da questão ambiental. De acordo com Freire (2002), tais termos fazem alusão a outras denominações tais como “um outro desenvolvimento” ou “desenvolvimento endógeno”. Essas concepções originam o termo *desenvolvimento sustentável* que começa a ser divulgado e se torna o preferido no âmbito das organizações internacionais, visto que sua concepção ideológica era menos radical e mais coerente com a ideia da ordem econômica.

O conceito de desenvolvimento sustentável ganha força a partir do chamado Relatório de Brundtland¹⁴ onde recebe a seguinte definição: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações poderem satisfazer suas próprias necessidades.” Este conceito direcionou as discussões acerca da questão ambiental e com base nele foi realizada em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento conhecida como ECO-92. Neste evento foi elaborado e aprovado um documento conhecido como *Agenda 21* que orientou os caminhos para o desenvolvimento sustentável, procurando dissolver as contradições entre ambiente e desenvolvimento.

É necessário reconhecer que o discurso do desenvolvimento sustentável foi relevante para a propagação da questão ambiental. Entretanto o caráter ambivalente¹⁵ de seu conceito tornou-se objeto de inúmeras críticas.

¹⁴ De acordo com Jacobi (1999) este relatório foi resultado do trabalho da Comissão Mundial da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que foi organizada em 1987 e presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansor Khalid, por isso o nome do relatório final. As conclusões desse relatório foram publicadas em várias línguas por meio de um livro intitulado *Nosso Futuro Comum*.

¹⁵ Corroborar-se com o pensamento de Leff (2009) quando este afirma a ambivalência de tal discurso a partir da polissemia do termo *sustainability* que tem dois significados: o primeiro que implica a internalização das condições ecológicas como suporte do processo econômico e o segundo que significa a perdurabilidade do próprio processo econômico (p. 264).

Para Banerjee (2006) a definição de desenvolvimento sustentável proposta em Brundtland pode ser entendida como um bonito slogan, porém, não produz uma teoria. Além disso, o autor afirma que o termo não explica as noções de necessidades e desejos humanos e contribui para a lógica capitalista, pois “ao invés de reformar os mercados e os processos produtivos para que se adequem à lógica da natureza (...) usa a lógica de mercado e acumulação capitalista para determinar o futuro da natureza” (idem, p.85).

Nogueira (2009) analisa o aspecto conceitual do desenvolvimento sustentável por outro viés, apontando as diferenças ideológicas entre este conceito e o do ecodesenvolvimento. De acordo com a autora, enquanto o primeiro busca a superação da lógica individualista/predatória do capital, o segundo busca responder aos desafios da crise ambiental com mecanismos que são favoráveis ao sistema vigente, perpassados como uma “nova roupagem verde”. Em linhas gerais “o conceito de desenvolvimento sustentável é uma superação positiva para o capital dos princípios conceituais do ecodesenvolvimento, os quais representam um questionamento da lógica industrialista vigente num panorama de globalização econômica” (idem, p.45).

Para Leff (2009) a definição de desenvolvimento sustentável não apresenta uma justificativa sobre como o sistema econômico pode internalizar as condições ecológicas e sociais. No entendimento do autor, a concepção de desenvolvimento sustentável conduz ao crescimento econômico orientado pelo livre mercado, convertendo o sentido crítico do ambiente aos ditames das políticas neoliberais.

As críticas de Leff (2009) são direcionadas também ao modelo de ecodesenvolvimento quando afirma que seus princípios perderam sentido, pois não ofereciam uma teoria que fosse capaz de sustentar seus objetivos e de definir um campo onde poderia realizar sua práxis.

[...] o discurso ecodesenvolvimentista não oferece uma teoria sobre as inter-relações do processo econômico e as estruturas ecológicas das quais depende a sua reprodução, nem sobre as determinações que um modo de produção específico ou uma cultura imprime sobre seu meio ambiente. É, sobretudo, um discurso prático orientado para harmonizar a reprodução da natureza como objeto e meios de processo produtivo na reprodução ampliada de capital (LEFF, 2009, p.216).

Apesar de suas críticas ao ecodesenvolvimento, Leff também reconhece sua potencialidade no que tange a inovação de tecnologias apropriadas para o aproveitamento de recursos e a orientação do sistema educativo para a gestão participativa. É nestes pilares que Leff encontra fundamentos para a construção de sua proposta denominada *nova racionalidade ambiental*.

De acordo com Leff (2001) a *racionalidade ambiental* incorpora um conjunto de valores e critérios que inter-relacionam teoria e prática e não podem ser avaliados em termos de racionalidade econômica. Tal concepção pressupõe a desconstrução da racionalidade capitalista e a conciliação de objetivos comuns entre novos atores sociais que mobilizem e concretizem suas práticas baseadas em princípios ambientais.

Para tanto, esta dinâmica requer a mobilização dos seguintes processos sociais:

[...] a formação de uma consciência ecológica; o planejamento transetorial da administração pública; a participação da sociedade na gestão dos recursos ambientais; a reorganização interdisciplinar do saber, tanto na produção quanto na aplicação dos conhecimentos (idem, p.134-135).

Além disso, o autor assinala que os caminhos para a construção da *racionalidade ambiental* são delineados a partir da articulação entre as seguintes esferas:

- a) Racionalidade substantiva** – um sistema axiológico baseado em valores e objetivos como equidade social, democracia política, diversidade cultural e sustentabilidade ecológica que orientem as ações sociais de uma racionalidade ambiental;
- b) Racionalidade teórica** – orienta a sistematização dos valores da racionalidade substantiva articulando-o com outros processos tais como os ecológicos, culturais, políticos, ecológicos e econômicos que constituem as condições materiais, os potenciais e as motivações para a construção de uma nova racionalidade social e produtiva;
- c) Racionalidade instrumental** – cria os vínculos de caráter técnico, funcional e operacional entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável, através de um sistema de meios eficazes;
- d) Racionalidade cultural** – um sistema singular e diverso [...] que produz a identidade e integridade de cada cultura, dando coerência a suas práticas sociais e produtivas em relação com as potencialidades de seu entorno geográfico e de seus recursos naturais (LEFF, 2001, p.137).

Esta desafiadora proposta contrapõe-se ao atual modelo de desenvolvimento ditado pelas políticas neoliberais, onde “a soberania do mercado passa a negar a necessidade de decisões políticas que são precisamente as que dizem respeito aos interesses coletivos, contrapostas aos de natureza particular.” (SIMIONATTO, 2008, p.12).

Para Leff (2001) a sustentabilidade não está garantida pela valorização econômica, por isso não deve internalizar seu aspecto ecológico nas engrenagens dos ciclos econômicos. Nestes termos, a sustentabilidade:

[...] é um projeto de emancipação para deixar em liberdade os potenciais da diversidade biológica e cultural (...) encontra sua razão e sua motivação não nas leis objetivas da natureza, mas no pensamento e no saber; em identidades e sentidos que mobilizam a reconstrução do mundo (idem, p.412-413)

Assim, para o autor, somente a partir de uma nova racionalidade de produção, ou seja, da *racionalidade ambiental* (defendida por este teórico) seria possível construir um modelo de sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento, cuja sustentabilidade:

[...] estaria constituída por um conjunto de critérios para a tomada de decisões dos agentes sociais, para orientar políticas públicas, normatizar os processos de produção e consumo e legitimar as ações e comportamentos de diferentes atores e grupos sociais para alcançar certos fins definíveis e objetivos do desenvolvimento sustentável (LEFF, 2006, p.251)

A análise postula-se instigadora, pois envolve, entre outros aspectos, a orientação de políticas públicas e as mudanças nos processos de produção e consumo, o que necessariamente envolve a dinâmica do trabalho na contemporaneidade.

Mesmo diante das incertezas e controvérsias em torno do debate sobre desenvolvimento sustentável, entende-se que é necessário realizar uma reflexão sobre o binômio trabalho/sustentabilidade, principalmente no atual contexto produtivo em que a precarização do trabalho e a ampliação do trabalho informal são processos que evidenciam a falta de opção política da condução econômica do desenvolvimento voltada para garantir a dimensão social da sustentabilidade. Portanto, a partir da explanação sobre o paradigma da sustentabilidade socioambiental, considera-se essa discussão não apenas *oportuna*, mas *necessária*, pois,

[...] o capital em sua expansão (...) baseada na exploração da força de trabalho e o potencial produtivo da natureza, gerou meios tecnológicos de produção que degradam a produtividade e as condições de regeneração ecológica dos recursos naturais (LEFF, 2009, p.223).

Em tal análise, verifica-se que tanto a força de trabalho quanto a natureza são elementos do metabolismo da reprodução do capital. Esse processo conduz a fragmentação da relação entre homem e natureza, reforçada pelas novas formas de gestão do capital que imprimem “uma lógica de *estranhamento* por meio do *envolvimento cooptado* que permite ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho, onde o trabalhador deve *pensar e agir* para a produtividade.” (ANTUNES, 2005, p.42).

No contexto deste pensamento está implícito o questionamento acerca da dimensão ambiental, pois na prática do *pensar e agir*, os impactos socioambientais desencadeados pelo processo produtivo devem ser concebidos pelos trabalhadores, o que em geral não ocorre. Neste sentido, questiona-se: *qual o lugar da sustentabilidade socioambiental na dinâmica do trabalho contemporâneo?*

Especificamente no caso das empresas privadas, verifica-se que mesmo regulamentadas por legislação ambiental e até por Normas de Controle da Qualidade¹⁶, a questão ambiental ainda precisa ser discutida. As contribuições de Nogueira (2009) quanto à *gestão ambiental empresarial*, apontam a necessidade de se refletir criticamente sobre esta temática, pois sua operacionalização passa pelos interesses de lucratividade do capital por meio do que se denomina *Marketing Verde*. Neste caso, o discurso de sustentabilidade é vulgarizado, pois seus objetivos são convertidos para as estratégias de crescimento empresarial.

No contexto da Informalidade, pensamos que a relação com a sustentabilidade socioambiental, perpassa uma análise das dimensões e critérios de sustentabilidade propostos por Ignacy Sachs. Longe de encontrar respostas para as problemáticas evidenciadas no *mundo do trabalho informal*, as reflexões sobre esta realidade à luz das dimensões já citadas buscam identificar e esclarecer o caráter *sustentável* ou *insustentável* do processo de informalidade, especificamente no cenário brasileiro.

¹⁶ A Norma Regulamentadora relacionada a gestão ambiental das empresas é a ISO 14.000 que tem por finalidade “estabelecer sistemas de gerenciamento ambiental corporativo, rotulação de produto, análise completa do ciclo de vida e políticas de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental.” (GUTBERLET, apud NOGUEIRA, 2009, p.148).

Sustentabilidade Social – De acordo com Sachs (1993) a sustentabilidade social preconiza maior equidade e distribuição de renda de modo que sejam melhoradas as condições de vida da população. Para tanto, os seguintes critérios devem ser considerados: “patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.”(SACHS, 2008, p.85). No que tange o processo de informalidade, a proposta da dimensão social configura-se *insustentável*, uma vez que o fenômeno da informalidade propaga-se no “desprezo pelos direitos de cidadania, de degradação do poder aquisitivo e da qualidade de vida, no desmantelamento das relações de trabalho e de crescentes níveis de desemprego.” (MALAGUTI, 2000, p.63). Além dessas questões, verifica-se que os trabalhadores informais estão à margem do processo de proteção social, no que se refere aos direitos trabalhistas e previdenciários. É impossível falar de trabalho decente quando se verifica que estes trabalhadores submetem-se a longas jornadas de trabalho para garantir o mínimo necessário para sua sobrevivência. De acordo com Singer (2000) os ganhos são incertos e muito variáveis, além disso, por exercerem atividades precárias, os trabalhadores estão sujeitos à repressão policial. No cenário da informalidade os caminhos para a sustentabilidade socioambiental ainda são incertos.

Sustentabilidade Econômica – De acordo com Sachs esta dimensão orienta para a alocação e gestão eficiente de recursos para investimento público e privado. Para tanto necessita, entre outros aspectos, de desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado e a capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção. Considerando que “a economia informal inclui toda a produção de produtos e serviços com base no mercado que é deliberadamente ocultada das autoridades públicas” (SCHNEIDER 2011, p.36), verifica-se a insustentabilidade do seu aspecto econômico. Dois motivos chamam a atenção para esta questão: a alta carga tributária e a escassez de investimentos na Política Pública de Emprego, Trabalho e Renda no País. Conforme o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, no ano de 2012 a Carga Tributária em relação ao PIB foi de 36,27%, o que significa que no referido ano cada brasileiro pagou em média R\$ 8.230,00 em impostos. Longe de defender a irregularidade do trabalho informal, considera-se que o valor da carga tributária torna-se um problema para o trabalhador informal que não possui uma renda fixa e em geral realiza esta atividade para atender suas necessidades básicas. Neste sentido, o investimento nas políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil devem ser melhorados, pois, de acordo com

Serra (2009), essas políticas ainda são pouco eficazes para o enfrentamento da precarização do trabalho no Brasil, visto que não estão centradas na efetiva busca de emprego, mas focam suas ações no enfrentamento dos efeitos do desemprego.

Sustentabilidade Ecológica – a dimensão ecológica envolve a preservação do potencial da natureza e a limitação do uso de recursos não renováveis. De acordo com Singer (2000) uma das características do trabalho informal é que ele se restringe a poucos ramos de atividades, em geral situadas no pequeno comércio e nos serviços de baixa qualificação, incluindo o doméstico. Neste sentido, a compreensão desta dimensão no contexto da informalidade depende da atividade desenvolvida, considerando prioritariamente o impacto que causa ao ambiente. No desenvolvimento deste estudo este questionamento será respondido a partir das observações da pesquisa de campo, por meio das opiniões manifestadas pelos sujeitos da pesquisa.

Sustentabilidade espacial – considera o equilíbrio entre a configuração rural e urbana com foco em uma melhor distribuição territorial de atividades econômicas. As atividades informais são visíveis nos grandes centros urbanos e geralmente estão atreladas à figura dos ambulantes. Porém, nos últimos anos, a informalidade também tem se manifestado como estratégia de sobrevivência na área rural. De acordo com Oliveira (2011) a “desorganização” do trabalho informal no espaço urbano precisa ser entendida sob o aspecto do fluxo migratório, pois na ausência de um emprego, a população excedente encontra nas vias públicas o seu modo de sobreviver. Neste sentido, a dimensão territorial revela-se insustentável no que se refere à organização do trabalho informal.

Sustentabilidade Cultural – esta dimensão envolve o equilíbrio entre respeito à tradição e inovação. Tal como a dimensão ecológica, a relação da informalidade com a dimensão cultural depende do contexto em que esta é desenvolvida. Em alguns casos, como os de atividades familiares, a atividade informal é realizada a partir da continuidade de uma tradição, passada de geração para geração. Nas áreas rurais é muito comum identificar estas atividades, principalmente nos pequenos comércios, na fabricação de artesanatos e outras atividades.

No âmbito da **dimensão Política da sustentabilidade** (Nacional) – a proposta de Sachs (2008) remete à coesão social e a democracia definida em termos de apropriação

universal de direitos humanos. Em face da precarização e termos sociais e econômicos dos trabalhadores informais, verifica-se que o acesso aos direitos universais e humanos está longe de se concretizar no contexto dessas atividades. A pesquisa de Dombrowski (2000), que caracterizou o mapa do trabalho informal na cidade de São Paulo, afirma que a qualidade de vida das famílias, com pelo menos um membro no setor informal, é inferior em relação às famílias que trabalham na formalidade. Além disso, o autor ainda verificou que as condições de saúde, educação e habitação apresentam as mesmas desigualdades, evidenciando assim piores condições de vida para aqueles que atuam na informalidade.

Desta forma, pontua-se que as análises da informalidade a partir das dimensões da sustentabilidade revelam o caráter *insustentável* das atividades informais, evidenciado principalmente pela precarização das condições de vida e de trabalho desses trabalhadores e pela ausência de ações, por parte do Estado, que fortaleçam as políticas públicas de trabalho, emprego e renda no Brasil.

Tal cenário recai sobre a questão do modelo de desenvolvimento da lógica capitalista, onde “as economias se caracterizam por um alto grau de desperdício que destrói vidas humanas, onde a pior de todas as formas é o déficit de oportunidades de trabalho decente” (Sachs, 2008, p.37).

No contexto da Amazônia as discussões acerca do desenvolvimento perpassam o contexto social, econômico, político e cultural e, necessariamente, envolve o cenário do trabalho na região.

1.4. Trabalho e desenvolvimento na Amazônia: Breves considerações

A particularidade do desenvolvimento na Amazônia assume um caráter paradoxal, posto que esta região é marcada por uma série de problemáticas, principalmente de ordem social e econômica onde “a pobreza campeou, colocando-a em uma condição onde não se pode caracterizar exatamente se é “atraso econômico” ou subdesenvolvimento.” (Batista, 2007, p.119).

Esta dinâmica é marcada pela desigualdade, evidenciada em diferentes momentos históricos. De acordo com Freitas e Silva (2000), este desenvolvimento desigual instituiu-se com o modo de produção capitalista especialmente no período da borracha¹⁷, quando se articulou a exploração deste produto ao sistema de aviação e a exportação de matéria-prima para a indústria automobilística.

O período da borracha impetrou grandes transformações à Amazônia e ao mesmo tempo evidenciou uma série de contradições em âmbito social e econômico. A ilusória ideia de autonomia financeira e prosperidade trouxe na *bagagem*, entre outras questões, o descontrole demográfico, o desequilíbrio ecológico, a excessiva exploração do trabalho dos seringueiros e um expressivo aumento da pobreza para a massa populacional que habitava a região. De acordo com Batista (2007), no referido período a população se divide em duas partes bem desiguais, a que trabalha e a porção menor dos que vivem a explorar os trabalhadores.

Para Freitas e Silva (2000) o período da borracha representou a reinvenção da Amazônia, sendo as relações redefinidas, especialmente pela submissão ao capital internacional. Além de várias modificações na paisagem natural, a Amazônia ganha *ares* de urbanização modificando os modos de vida, principalmente na capital Manaus, onde

O desenvolvimento de um processo migratório de trabalhadores estrangeiros familiarizados com os serviços urbanos aceleraria a mudança nos índios e nos caboclos, cujo lugar na cidade já estava definido na segregação e no isolamento, longe da impotência. A administração pública também deveria ser ágil, moderna, “pensar grande” para realizar as obras da Paris dos Trópicos (Idem, 2000, p.102-103).

A decadência deste período áureo pode ser evidenciada a partir de 1912 com a queda da exportação da produção e o investimento do capital internacional nos seringais Asiáticos, que tinham como principal atrativo o menor valor de mercado. Diante desta situação, o

¹⁷ De acordo com Batista (2007) o período da borracha se processou cerca de um século, sendo o período de *rush* limitado a no máximo 32 anos (1880-1912).

Estado brasileiro passou a priorizar o desenvolvimento da Amazônia apostando, inicialmente, em projetos voltados para o restabelecimento da economia da borracha¹⁸.

Uma das ações, desenvolvida na década de 50, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)¹⁹, que tinha como objetivo elaborar e supervisionar os planos para o desenvolvimento regional. Porém, em 1964 foi decretada falência desta instituição em razão da ausência de recursos, fator que inviabilizou o alcance dos objetivos propostos.

Neste período o Brasil estava sob o domínio do governo militar, que, reafirmando suas relações com o capital internacional adota uma política de ampliação do comércio no país. Tal situação resultou em expressivas mudanças no cenário econômico brasileiro principalmente, pela expansão das empresas multinacionais e das imposições da nova divisão internacional do trabalho.

A Amazônia ganha foco nas políticas de governo da época em virtude do isolamento regional e das várias ações frustradas de desenvolvimento. Buscava-se antes de tudo a Integração Nacional para que o governo militar provasse sua soberania por meio da “ocupação da Amazônia”. Por este motivo Mahar (1978) afirma que as abordagens *econômica* e *geopolítica* ganharam foco neste período, onde a primeira buscava atrair o capital por meio de incentivos fiscais e a segunda, garantir a efetiva ocupação da região através da imigração inter-regional e estrangeira.

A operacionalização para o processo de desenvolvimento da Amazônia culminou com a elaboração e execução do chamado Plano *Operação Amazônia*, instituído pela Lei n. 5.173/66, que entre outras determinações, cria a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O Plano estabelecia as ações governamentais na região e tinha como

¹⁸ Conforme Mahar (1978) o período que corresponde a 1912/45 foi quase exclusivamente dedicado a recuperar a economia da borracha. O *primeiro momento* foi o Plano de Defesa da Borracha que entre outras ações dispunha de concessões a quem plantasse seringueiras, bem como a quem construísse centros de beneficiamento da borracha, hospitais estradas de ferro e outros. Entretanto o país passava por uma precária situação financeira e o Congresso negou verbas para tal plano. Um *segundo momento* registrado pelo autor e denominado *Batalha da Borracha* refere-se ao acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos durante a II Guerra Mundial para o fornecimento de matérias-primas estratégicas, incluindo a borracha. Tal situação movimentou uma expressiva estrutura administrativo-financeira, principalmente de mobilização de força de trabalho, entretanto problemas como transporte e o curto prazo do programa não apresentaram resultado favorável à região.

¹⁹ A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia foi sancionada pela Lei n. 1.806/53.

objetivo “promover o desenvolvimento auto-sustentado da economia e o bem estar social da região amazônica.”(Batista, 2007, p.280). O plano ainda previa que a política regional deveria priorizar ações como: o estímulo à imigração, os incentivos ao capital privado, o desenvolvimento da infraestrutura e a pesquisa aos recursos naturais.

Como parte dessas ações, em 1967 foi instituída pelo Decreto-Lei n. 288, a Zona Franca de Manaus (ZFM), que tinha como finalidade contribuir para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, por meio da criação de um centro comercial, industrial e agrícola, onde as empresas que se instalassem seriam isentas dos direitos de importação e exportação e também dos Impostos sobre a Venda de Produtos Industrializados (IPI).

Na visão de Mourão (2009) a intenção da implantação da ZFM não pode ser entendida unicamente pela ótica da Integração Nacional, visto que naquele momento ocorria a expansão do capital no setor produtivo de bens e consumos duráveis (automóveis e eletrodomésticos), para isso, a existência de locais que atuassem como paraísos fiscais era estratégica.

A implantação da Zona Franca marcou uma nova fase do capitalismo no Amazonas²⁰, uma vez que a região incorporou o modelo econômico nacional e mundial, uma “modernização transplantada”, como afirma Valle (2007). Tal cenário exigia mudanças estruturais que viabilizassem a expansão do capital, afinal a região amazônica adotava a partir daquele momento um padrão de desenvolvimento urbano-industrial.

A instalação de empresas industriais transnacionais no início dos anos 70, assinala a presença hegemônica dos investimentos estrangeiros na região. Japoneses, coreanos, americanos e europeus penetram no mercado brasileiro fazendo de Manaus a sua plataforma de exportação para todo território nacional. (Valle, 2007, p. 115).

Não se pode negar que a ZFM trouxe muitos benefícios em nível local e estadual, principalmente em termos de infraestrutura. Batista (2007) assinala o que considera *pontos positivos* da implantação da Zona Franca, destacando: a alteração no sistema de comércio, o

²⁰ De acordo com Salazar apud Mourão (2009) pode-se considerar três etapas do desenvolvimento do capital na região, sendo: “[...] o capitalismo mercantilista de exportação e comércio colonial (drogas do sertão), capitalismo mercantilista de exportação e comércio de matérias-primas (economia da borracha) e o capitalismo industrial financeiro (implantação da Zona Franca de Manaus).” (p. 21).

aumento do número de empresas, o desenvolvimento da infraestrutura de transportes, o crescimento dos meios de comunicação, o turismo, a criação do Distrito Industrial, o aumento da receita tributária do município, estímulo aos cursos e formação de técnicos de nível médio, incentivos à pesquisas e outros.

Este cenário atraiu um expressivo número de trabalhadores que chegavam à Manaus diariamente à procura de melhores condições de vida. De acordo com Valle (2007) a demanda crescente por força de trabalho estimulou a migração rural do interior do Amazonas e dos Estados e territórios vizinhos, que buscavam não apenas melhores condições econômicas, mas fugir da deterioração da situação socioeconômica de seus lugares de origem.

Para Scherer (2004) a implantação da ZFM motivou a existência de uma superpopulação relativa que atendia as exigências médias do capital por meio da formação de um *exercito industrial de reserva* composto principalmente por caboclos que migravam da zona rural sem nenhuma qualificação.

Este intenso processo migratório acarretou o aumento da população urbana no município de Manaus e como consequência o agravamento de várias problemáticas, tais como: ausência de infraestrutura, altos índices de violência e prostituição infantil, o contrabando e o impacto ambiental gerado pelo desmatamento para a construção de conjuntos residenciais, os assentamentos irregulares e a excessiva produção de lixo agravado com o aumento da população (BATISTA, 2007).

Neste contexto, corrobora-se com Freitas e Silva (2000), quando afirmam que:

O exame das transformações da Amazônia aponta que as relações globais da sociedade mundial impregnaram várias dimensões da realidade local e produziram profundas alterações na economia, na sociedade e na cultura da região e possibilitou a emergência de outros problemas redefinidos pelo globalismo (2000, p.109-110).

No que se refere à força de trabalho verifica-se que a implantação da Zona Franca foi propícia ao crescimento na geração de empregos, principalmente nas décadas de 70 e 80. De acordo com Valle (2007) entre os anos 60 e 80 o percentual da força de trabalho empregada

passou de 5,15% para 15,2%, sendo a maioria predominantemente jovem, com menos de 35 anos.

Por outro lado, é necessário ressaltar que o número de postos de trabalho ofertado não era suficiente para atender o expressivo contingente de trabalhadores que buscavam oportunidades, neste caso, para garantir sua sobrevivência os mesmos ingressavam no mercado informal, fazendo das ruas e das praças o seu local de trabalho. De acordo com Salazar apud Valle (2007) a expansão da informalidade, principalmente nos anos 80, transformou até mesmo residências em locais de comércio, onde funcionavam botecos, bazares, salões de beleza, oficinas, locadores de vídeo.

Os benefícios que a ZFM proporcionou em termos de geração de emprego e melhorias de infraestrutura do Estado não superaram os impactos sociais, econômicos e ambientais produzidos por este processo. As fortes influências do *mercado global* modificaram o cenário regional “em toda a sua complexidade, não só econômica, mas também social, política e cultural, transcendendo tudo que é local, nacional e regional.” (IANNI, 2007, p.48).

Estas modificações tiveram maior proporção na década de 90, quando a ZFM atravessou uma grave crise, motivada pela abertura comercial do mercado brasileiro às importações, fator que obrigou as indústrias a adotarem estratégias que garantissem sua posição no mercado. A partir deste momento, entre outras medidas, prioriza-se a racionalização dos gastos da produção, o que implica em três fatores: a redução do número de trabalhadores, o investimento em novos maquinários e a inserção de novas formas de organização do trabalho.

O resultado deste processo é a demissão de milhares de trabalhadores e a redução do número de empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus. De acordo com Scherer (2004) em 1991 o processo produtivo contava com 58.875 trabalhadores, em 1996 estava com 48.090 trabalhadores e encerrou o ano de 1999 com 39.652 empregos. A autora ainda afirma que as taxas de emprego voltaram a crescer no último ano do século 20, porém, nunca atingiu o patamar dos anos anteriores, o que provocou uma grande exclusão de trabalhadores que se concentravam principalmente na periferia de Manaus.

Esta realidade evidencia apenas parcialmente o agravamento da questão social instalada no Amazonas a partir da implantação da Zona Franca, isto porque o interior do Estado também sofre impactos com estas transformações. Conforme comentado, o índice populacional de Manaus aumentou expressivamente nas *décadas de ouro* da Zona Franca em função do fluxo de migrantes oriundos de outros Estados e do interior do Amazonas. Neste período, ocorre efetivamente um *esvaziamento* dos municípios do interior, gerando impacto sobre a distribuição demográfica do Estado, como mostra a Tabela I.

Área	1970	1980	1990	2000
Urbana	406.052	1.751.972	2.103.243	2.107.222
Rural	549.151	573.812	600.489	705.335
Total	955.203	1.751.972	2.103.243	2.812.557

Tabela 1- Evolução demográfica do Amazonas 1970-2000
 Fonte: Dados IBGE, Censos, 1970, 1980, 1991 e 2000.

De forma implícita os dados apresentados revelam o desenvolvimento desigual no Amazonas traduzido pela ausência de investimentos no interior do Estado. De acordo com Miranda (2013) a conclusão que se pode chegar acerca deste *esvaziamento* é que o Governo Estadual prioriza as demandas de Manaus sem olhar para os demais municípios. Além disso, “[...] a renúncia fiscal feita em favor das empresas sediadas na ZFM, tem como contrapartida uma menor arrecadação pública da qual decorre menor capacidade de administração pública do Estado do Amazonas e de seus municípios, para atender as demandas sociais.” (idem, p.22).

Estas considerações assinalam a incapacidade do projeto ZFM em atuar como modelo de desenvolvimento do Estado, uma vez que suas ações estão concentradas na capital Manaus e não se estendem aos municípios do interior do Estado. Além disso, os impactos produzidos pela instalação de grandes empresas revelam-se desastrosos se considerarmos os aspectos sociais, econômicos e principalmente ambientais que foram gerados pelo processo de industrialização na região.

Na análise do processo de desenvolvimento da Amazônia verifica-se que a execução dos grandes projetos era focada prioritariamente na dimensão econômica, porém, “[...] as formas de exclusão social produzidas pelo desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo e a degradação ambiental que resultou da exploração predatória, assumem novas conotações na questão ecológica.” (FREITAS & SILVA, 2000, p.7-8).

O discurso do *Desenvolvimento Sustentável* mobilizado na década de 70 chama a atenção para particularidades como o clima, a biodiversidade e a floresta, questões que colocam a Amazônia no centro das discussões nacionais e internacionais. A forte influência desse discurso aliada à visível desigualdade regional obriga o Estado a criar estratégias que visem promover o avanço econômico e social principalmente dos municípios do Interior.

Visando responder a esta demanda, em 1995 é criado no Governo de Amazonino Mendes, o Programa Terceiro Ciclo que tinha como objetivo “desenvolver economicamente o interior do Estado, criando condições para que o homem do interior do Estado permanecesse produzindo gêneros agrícolas de grande importância para o abastecimento da capital e proporcionado a geração de emprego e renda.” (Araújo e Paula, 2009, p. 144-145). Entretanto, a ausência de planejamento e alocação de verbas frustrou a realização deste projeto. Além disso, a proposta não vislumbrou a melhoria de políticas públicas, tais como educação e saúde que poderiam garantir melhores condições de vida as populações envolvidas.

Em 2003 foi criado, no Governo de Eduardo Braga, o Programa Zona Franca Verde que buscava enfrentar os caminhos e descaminhos sociais e ambientais que acompanham o processo de desenvolvimento do Amazonas, principalmente relacionado a desafios proporcionados pelas condições geográficas, heterogeneidades, dificuldades logísticas, custos de transportes e outros. A ideia principal era de fortalecimento da Agricultura e a Pecuária, onde haveria acumulação de capital para então transferir investimentos aos demais setores da economia.

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2011), o Programa Zona Franca Verde foi estruturado em seis grandes linhas de ação: 1) desenho e oferta de incentivos fiscais; 2) Oferta de microcréditos para projetos sustentáveis de pequena escala; 3) assistência técnica para produtos nativos em pequenos módulos rurais; 4) preço mínimo para produtos nativos; 5) garantia de mercado para o pequeno produtor; 6) acesso a mercados de consumo.

Entretanto, de acordo com Meirelles *apud* Silva (2011) a dificuldade de operacionalização do programa provém do fato de que este é “permeado pelo imediatismo e pelo personalismo que historicamente faz parte da cultura política da região norte.” (p.45).

Araújo e Paula (2009) entendem que o Programa Zona Franca Verde reduz-se a casos isolados e a uma forte campanha de marketing para colocar o Amazonas nos centros as discussões nacionais e internacionais. Além disso, as ações desenvolvidas não tiveram impacto nos municípios, pois a realidade de cada localidade exige muito mais que o desenvolvimento produtivo.

As necessidades dos municípios do interior do Estado residem principalmente na melhoria da execução das políticas públicas em geral, prioritariamente as áreas de saúde, educação e habitação. A priorização pelos núcleos urbanos, onde as condições de infraestrutura são mais adequadas para o desenvolvimento das operações do capital, precariza a prestação destes serviços. Além disso, “as pequenas e médias cidades estão dispersas e muitas vezes, isoladas. Historicamente as infraestruturas e serviços essenciais à formação e à valorização concentram-se nas capitais dos Estados” (BARBOSA & SÁ, 2009, p.76).

Esta realidade reflete-se no resultado do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado²¹ (2013), elaborado pela Organização das Nações Unidas e pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas, onde o Amazonas aparece na 18ª colocação no ranking nacional. Mesmo obtendo um crescimento (0,668 para 0,674), o Estado está situado na faixa de desenvolvimento médio e dois de seus municípios destacam-se entre os piores índices do país, sendo estes Itamarati (0,477) e Atalaia do Norte (0,450).

Os dados apontados revelam que o município de Parintins (lócus da pesquisa) está classificado em 2º lugar no ranking dos municípios com melhor IDH do Estado do Amazonas. Entretanto estas particularidades necessitam ser analisadas, pois o Censo do IBGE (2010) revela que, no município, os 20% mais ricos detém 62,12% do percentual da renda apropriada, enquanto os 80% mais pobres detém apenas 37,88%.

²¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que oferece um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB), considerando que os valores monetários não são suficientes para medir o desenvolvimento de um país ou mesmo de um município. O IDH associa três principais variáveis, sendo: renda, longevidade e educação. Os dados calculados estabelecem o ranking dos países de acordo com a seguinte classificação: Alto de desenvolvimento humano: IDH acima de 0,8; Médio desenvolvimento humano IDH de 0,5 a 0,799 e Baixo Desenvolvimento Humano IDH até 0,499.

Esta realidade desigual, bem como a equivocada projeção do desenvolvimento do município sob o Festival Folclórico será analisada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

A INFORMALIDADE NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E O FESTIVAL FOLCLÓRICO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS

Historicamente as festas populares fazem parte do cenário amazônico como manifestação cultural e em geral atrai expressivo número de pessoas, principalmente se realizadas nos municípios do interior. Estes eventos marcam a identidade das regiões que ficam conhecidas nacionalmente ou até mundialmente por meio da realização das festas. O município de Parintins é exemplo desta situação, uma vez que sua identidade está sempre associada à realização do Festival Folclórico, representado simbolicamente nas figuras dos bois Garantido e Caprichoso.

A festa tornou-se uma das principais atrações turísticas do Estado do Amazonas, e tamanha repercussão chamou atenção de grandes organizações, que visando o lucro e projeção em nível nacional e internacional, oferecem patrocínios milionários às agremiações folclóricas. Tal situação marca a influência do capitalismo e tem como efeito a mercantilização da festa em várias dimensões, como: cultural, social, econômica e até ambiental.

A beleza propagada no Festival Folclórico não condiz com a realidade do município de Parintins que, apesar de apresentar crescimento no IDH alcança elevados índices de desigualdade social. Nos últimos anos, o município passou por mudanças em todas as esferas que impactaram principalmente o contexto econômico e social. Estas modificações, entendidas pela população como desenvolvimento, são atribuídas principalmente em razão da realização do festival. Entretanto, a festividade tem como reflexo o agravamento de uma série de problemas como a violência, a prostituição, a propagação de doenças e o aumento do trabalho informal dado à escassez de emprego no município.

Considerando este cenário, esse capítulo aborda a questão do desenvolvimento local do município de Parintins e, também, os impactos da mercadorização do Festival Folclórico, tendo como abordagem central a questão do aumento da informalidade como expressão da precarização das políticas públicas do município.

2.1. Parintins em Preto e Branco: o paradoxal desenvolvimento local

O município de Parintins está localizado na Mesorregião Centro Amazonense, Microrregião do Baixo Amazonas e na 9ª Sub-região – Região do Baixo Amazonas, faz divisa com o Estado do Pará e tem como limites os municípios de Barreirinha, Nhamundá e Urucurituba, conforme ilustra a Figura I.



Figura 1: Localização do Município de Parintins no Baixo Amazonas. Fonte: Seplan, 2013.

É importante destacar que Parintins é uma ilha inserida em um complexo fluvial composta por terras de várzeas, motivo que leva o município a alagar na época das cheias. Situada à margem direita do Rio Amazonas a Ilha faz fronteira com o Pará e fica distante da capital 369 Km em linha reta e 420 Km via fluvial. O município assume a 47ª posição no ranking dos maiores municípios do Amazonas, com sua área correspondente a 0,37% de todo o território do Amazonas e 0,15% da região Norte.

Caracterização Histórica

A história de Parintins é contada sobre diferentes olhares, principalmente no que se refere à sua fundação. De acordo com Saunier (2003) Parintins foi fundada dia 29 de setembro de 1669 quando o Padre João Felipe Bettendorff dedica uma capela em honra a São Miguel na aldeia dos Tupinambaranas, a qual batiza de São Miguel dos Tupinambarana.

Conforme Souza apud Santos (2012) a história de Parintins data de 1749 quando o Padre José Gonçalves da Fonseca descreve relatos de várias tribos indígenas que habitavam a região, entre estas: Maué, Mundurucu, Parauenis, Parintim, Parintintin, Patuaruana, Paraviana, Sapopé, Tupinambarana, Tupinambá e Uapixana. Fato é que o surgimento de Parintins é marcado pelas missões jesuíticas e suas influencias na região.

Em 1755 os conflitos relacionados à autonomia territorial levaram a expulsão dos quatro jesuítas mais influentes da Amazônia, fator que impactou a continuidade das missões que foram afetadas principalmente pelo aparecimento de doenças e o esvaziamento das tribos. De acordo com Saunier (2003) neste período Parintins entrou em total decadência e foi tomada pelo matagal.

No ano de 1796 chega à região o capitão de milícias José Pedro Cordovil que organizou o Núcleo Tupinambarana localizado em uma fazenda agrícola, onde, além de seus escravos e agregados, trabalhavam também os índios Maué e Sapopé. Os relatos históricos sobre o Capitão Cordovil são divergentes, uma vez que alguns o consideram fundador de Parintins e outros apenas organizador de Tupinambarana.

Em 1803 foi criada no local uma missão religiosa chamada de Vila Nova Rainha que posteriormente, em 1832 foi elevada à condição de freguesia com a denominação Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana. De acordo com Saunier (2003) em 1848 a Lei Paraense de 1848 tornou Parintins vila e município com a denominação de Vila Bela da Imperatriz. Entretanto, esta lei foi efetivada apenas em 1853, quando o município ficou constituído por dois distritos: Parintins e Ilha das Cutias.

O primeiro projeto que propunha a elevação de Parintins à categoria de cidade foi apresentado em 1858 pelos os deputados provinciais e pelos padres que atuavam nas missões, entretanto não foi aceito. Apenas em 30 de outubro de 1880, pela Lei n. 499, Vila Bela Imperatriz foi elevada à categoria de cidade com o nome de Parintins, uma homenagem à tribo mais antiga que habitou a região, os Parintintins.

Caracterização Demográfica

O último Censo do IBGE (2010) contabilizou em Parintins um total de 102.033 habitantes, sendo deste percentual 69.890 habitantes situados na zona urbana (68,50%) e 32.143 habitantes situados na zona rural (31,50%). Porém, as estimativas do IBGE no ano de 2012, apontam que a população cresceu para 103.828, o que coloca Parintins como o 2º município mais populoso do Amazonas, ficando atrás apenas da capital Manaus.

Os dados ainda revelam que entre os anos de 2000 a 2010 a população de Parintins cresceu em média 1,25%, o que representa uma diminuição em relação à década anterior (1991-2000) onde a taxa média de crescimento foi de 4,87%. Outro fator que merece destaque é a caracterização do gênero populacional, representado 51,26% por habitantes do sexo masculino e 48,74% por habitantes do sexo feminino. A Tabela 2 ilustra estes dados.

População	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População Total	90.150	100,00	102.033	100,00
População residente masculina	46.165	51,21	52.304	51,26
População residente feminina	43.985	48,79	49.729	48,74
População Urbana	58.125	64,48	69.890	68,50
População Rural	32.025	35,52	32.143	31,50

Tabela 2 – População Total- Gênero e Rural/Urbana – Parintins – AM
Fonte: IBGE, Pnud (2010), Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Em termos de estrutura etária, o resultado do Censo (2010) ainda aponta que a população entre 15 e 64 anos representa 57,54% da população total, em seguida destaca-se a população com menos de 15 anos que representa 37,56%. É importante considerar que a pesquisa revelou crescimento na taxa de envelhecimento que evoluiu de 3,86% para 4,13%, entretanto a população mais jovem é predominante no município.

Caracterização Econômica e Mercado de Trabalho

O município de Parintins ocupa a 4º posição no ranking dos municípios do Amazonas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e o 1º lugar entre os municípios do Baixo Amazonas. De acordo com informações da Secretaria de Estado de Planejamento do Amazonas (SEPLAN, 2012), em 2009 o município obteve um rendimento de R\$ 460,522

milhões, o equivalente a 0,93% de todo o Estado do Amazonas. As atividades econômicas do município estão concentradas nos Setores Primário, Secundário e Terciário, esse último vem ganhando espaço nos últimos anos.

No que tange o *Setor Primário*, a atividade que se destaca é a Pecuária com a criação de bovinos e suínos. Parintins é o terceiro município com maior concentração de bovinos e, contraditoriamente, tem como principais consumidores os pecuaristas paraenses, pois a viagem dos animais até Manaus representa a perda de quilos e prejuízos para quem comercializa (BILLACRÊS e NOGUEIRA, 2011). A situação seria diferente se no município existisse frigorífico matadouro legalizado para o abate, entretanto, no Amazonas estes estabelecimentos estão concentrados nas proximidades da capital para facilitar a comercialização.

Outro ramo que ganha destaque no setor primário é a agricultura, existente tanto para subsistência quanto para a comercialização. Dentre as culturas temporárias destacam-se o abacaxi, arroz, batata-doce, cana de açúcar, feijão, mandioca, melancia, milho. Já na cultura permanente tem prioridade o abacate, banana, cacau, café, caju, coco, laranja, limão e tangerina (SEPLAN, 2012).

Entre os anos de 2005 e 2012 o *setor primário* de Parintins foi orientado por meio do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável que tinha como principal objetivo promover a melhoria das condições de vida dos produtores familiares, por meio do uso sustentável dos recursos e da melhoria na infraestrutura social e produtiva. O plano previu entre outras ações: aumento da diversificação da produção, ampliação da comercialização do produto, satisfação das necessidades dos membros de organizações de produtores e melhoria da infraestrutura básica.

Ainda que estas ações tenham sido operacionalizadas, as mudanças não foram sentidas pelas famílias produtoras, pois, conforme a pesquisa de Souza e Santos (2010) os agricultores encontraram dificuldades para a manutenção ou aumento da produção, entre estas se destacam: a pouca disponibilidade de sementes, a reduzida assistência técnica aos produtores, a ausência de informação e burocratização das linhas de crédito disponíveis e a concorrência com os produtos oriundos de Santarém/PA.

Tal situação corrobora com análise do Relatório Analítico do Território Anual do Baixo Amazonas (2011) que reafirma a importância do setor primário para a economia do Estado, porém, em contrapartida “os produtos primários não estão gerando emprego e renda suficientes para o atendimento das necessidades da população local, fator que os obriga a buscar melhorias nas cidades e centros urbanos, abandonando suas terras e áreas de produção” (Idem, p.25).

No que se refere ao *Setor Secundário* do município de Parintins é composta pela instalação de micro e pequenas empresas tendo como principais segmentos a indústria madeireira, alimentícia, gráfica, movelarias e outras. De acordo com dados do IBGE o município assume a 4º posição no ranking dos municípios do Amazonas com maior número de empresas atuantes, conforme mostra a Tabela 3.

Município	Numero de empresas atuantes
Manaus	23.827
Itacoatiara	915
Manacapuru	889
Parintins	872

Tabela 3 – Numero de Empresas atuantes no Estado do Amazonas
Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2011.

O lugar *privilegiado* do município em relação ao número de empresas atuantes não corresponde ao cenário do trabalho e da geração de emprego e renda. De acordo com pesquisa do IBGE (2011), o número total de pessoal ocupado em Parintins corresponde a 8.481 pessoas, o que o coloca na 3º posição de município com mais pessoal ocupado do Estado do Amazonas. Entretanto, considerando que Parintins possui atualmente pouco mais de 102 mil habitantes, o número de pessoal ocupado revela também a proporção daqueles que estão *desocupados* e, possivelmente, buscando sua sobrevivência por meio de alternativas que estão situadas, por exemplo, na informalidade.

Dados da Seplan (2012) revelam que os principais empregadores do município estão concentrados nas áreas de Administração Pública (70,71%) com destaque para o aumento dos professores na Educação de Jovens e Adultos, do Comércio (16,07%) sendo o aumento dos vendedores do comércio varejista e dos Serviços (7,92%), com os trabalhadores de serviços de limpeza e conservação.

A escassez de emprego e a predominância dos trabalhadores na Administração Pública é característica da maioria dos municípios do interior do Estado. Essa situação, presente também em Parintins, foi sinalizada por 100% dos informantes da pesquisa de campo deste trabalho, que afirmaram ser difícil conseguir trabalho em Parintins e sinalizaram os principais motivos, categorizados no Quadro 4.

Categorização	Trechos dos Discursos
Ausência de Empregadores	<p>“Aqui é difícil, não tem gente pra empregar. Logo que terminei os estudos corri atrás, procurei e não consegui. Depois disso desisti, nem fui mais atrás.” (Trabalhador 9)</p> <p>“O movimento de emprego é só no período do Festival, aí você vê gente empregando, depois que passa não tem renda. Fica só mesmo quem trabalha em triciclo e área de transporte.”(Trabalhador 22)</p> <p>“Falta local para empregar tanta gente desempregada, mais difícil ainda é quem tá começando a vida.” (Trabalhador 33)</p>
Infraestrutura para instalação de empresas	<p>“Não tem emprego porque não tem infraestrutura para abrigar empresa. Além de tudo o serviço de energia não é nada confiável” (Trabalhador 2).</p>
Ausência de Qualificação Profissional	<p>“[...] Muitas pessoas almejam estar em um emprego, mas a dificuldade é imensa. A gente mora em um mundo capitalista, precisa de qualificação pra entrar nesse mundo, o problema é que a gente não tem dinheiro para esta qualificação e nesse mundo capitalista quem não tem dinheiro não consegue nada.”(Trabalhador 5)</p> <p>“Aqui todo mundo exige experiência, qualificação e ainda a recomendação. Exigem muito e pagam pouco” (Trabalhador 31)</p>
Desvalorização Salarial	<p>“Eu acho que trabalho até tem, mas trabalho digno não. Os salários que eles querem pagar aqui são muito baixos.”(Trabalhador 1)</p> <p>“Os empregadores daqui acham que tem condições de pagar e assinar a carteira, mas não tem não. Querem pagar pra gente um salario miserável.”(Trabalhador 32)</p>
Prioridade de contratação no Funcionalismo Público	<p>“Aqui se você não tiver trabalho na prefeitura ou no estado, você não tem trabalho. Fica muito difícil.” (Trabalhador 9)</p> <p>“Aqui o pessoal só consegue trabalho quando tem troca de prefeitura, mesmo quem está formado não consegue.” (Trabalhador 22)</p> <p>“[...]não tem trabalho mesmo, o único que tem aqui é de funcionário público. Meus filhos mesmo estão se formando e indo embora pra Manaus.”(Entrevistado 34)</p>

Quadro 4: Categorização dos principais dificuldades para conseguir trabalho no município de Parintins. Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

As dificuldades ressaltadas pelos trabalhadores expressam a ausência do poder público no que se refere à geração de emprego e renda no município. Ao mesmo tempo, identifica-se que as inflexões da reestruturação produtiva alcançam a realidade desses trabalhadores, tendo em vista que os mesmos sinalizam a exigência de qualificação profissional e a precarização salarial.

A questão da desvalorização salarial identificada na fala dos trabalhadores fica evidente na pesquisa do IBGE (2011) acerca do salário médio mensal do município que tem variação de 1,9 salários mínimos. Se comparado ao município de Japurá, que está no topo da lista com variação salarial de 6,4 salários mínimos, Parintins configura-se como um dos municípios com pior média salarial do Estado do Amazonas. Esta realidade apresenta-se ainda mais precarizada no Setor Terciário do município, em que estão concentradas as atividades de comércio e serviços.

Nos últimos anos o *Setor Terciário* alcançou altos índices no município de Parintins. O crescimento dos Serviços dobrou e representa aproximadamente 72% do Produto Interno Bruto, o que significa dizer que atualmente este setor sustenta a economia do município. São aproximadamente 1.500 empresas nos ramos comercial, varejista e atacadista entre estes salões de beleza, bares, restaurantes, distribuidoras de bebidas, oficinas mecânicas entre outros estabelecimentos.

No contexto do setor terciário de Parintins destaca-se um expressivo número de trabalhadores que atuam na informalidade. O número é tão alto, que é praticamente impossível mensurar um quantitativo, pois nem as instituições públicas ou mesmo as pesquisas sobre a informalidade no município apresentam estes dados. Aparentemente os principais segmentos em que estes trabalhadores atuam são os de transporte, alimentação e artesanato, sendo estes dois últimos realizados tanto em bancas instaladas em ruas e avenidas, quanto nas próprias residências.

Nesse contexto da realidade parintinense, inúmeros trabalhadores estão situados na *periferia* da força de trabalho, composta por empregados em tempo parcial, empregados casuais, temporários e subcontratados, que atuam sem formalização do trabalho (ANTUNES, 2001). É possível afirmar também que a população de Parintins vivencia a situação do Subemprego, apontado por Pochman (2001) como alternativas de sobrevivência de um excedente de mão-de-obra quase invisível, que fazem “bicos” para sobreviver e também procuram por ocupação, ou mesmo aqueles de deixaram de procurar em função da condição desfavorável do mercado.

Os resultados da pesquisa de campo (2014) deste estudo revelam que a informalidade foi a única alternativa que os trabalhadores parintinenses encontraram para garantir sua

sobrevivência, em meio a escassez de emprego em Parintins. Porém, outros motivos são elencados pelos trabalhadores e destacados no Gráfico 01.

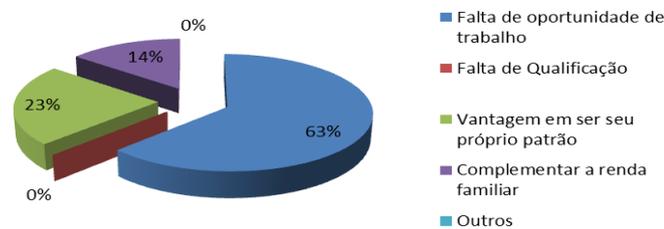


Gráfico 01- Motivos que levaram a trabalhar na Informalidade
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Verifica-se que 63% dos trabalhadores optaram pela informalidade, pois não tiveram oportunidade de trabalho, fator que reforça este fenômeno como alternativa e desvela a realidade do mercado de trabalho em Parintins. Esta situação ficou clara durante a realização do Grupo Focal com os trabalhadores que participam da Associação dos Vendedores Ambulantes de Parintins (AVAPIN). Quando questionados sobre o trabalho informal, um dos trabalhadores relatou sua opinião caracterizando o crescimento deste fenômeno no cenário local, conforme descrito no trecho a seguir:

A questão do trabalho informal ele na verdade é alternativa. Eu vejo assim, foi uma alternativa, porque eu morava em Manaus e eu estava desempregado aí eu disse: “vou ser meu próprio patrão”, aí eu vim embora pra Parintins e aqui eu comecei a trabalhar na praça coloquei minha banca lá e criei meus 4 filhos. Quando eu cheguei [...] eu peguei uma época boa, tinha uma boa economia. Só que de um tempo pra cá, Parintins cresceu tanto que hoje você vê a economia informal em todos os cantos de Parintins, de manhã, de tarde e de noite. [...] o número de trabalhadores da economia informal é muito grande e isso é alternativa pra quem não consegue emprego, porque a cidade não tem emprego[...]. (T.A., Grupo Focal, 2014).

Um dado que chama atenção na fala do trabalhador e que representa 23% do resultado acerca dos motivos de inserção na informalidade é a frase “ser meu próprio patrão”. Entende-se que esse é um discurso formalmente propagado por meio do incentivo ao empreendedorismo.

De acordo com Oliveira (2009) na cultura brasileira há uma resignificação que evoca os benefícios do empreendedorismo como condição de empregabilidade e autonomia. Entretanto, de acordo com o autor, este discurso se revela frágil e contraditório quando se considera que as instituições que poderiam contribuir com estes trabalhadores são as que mais impõem barreiras, expressas principalmente por meio da alta Carga Tributária e do excesso de burocracia.

A propagação do empreendedorismo no município de Parintins ganha força em 2007 com a instalação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), instituição que representa as ações de empreendedorismo no Brasil. Entre as principais atividades está a orientação para a abertura de empresas, o acesso a linhas de financiamento e a realização de cursos e treinamentos, sendo este último a atividade mais desenvolvida pela unidade do Sebrae em Parintins.

Mesmo considerando a importância do Sebrae para o município é necessário reconhecer também que esta é uma estratégia para proporcionar respostas à problemática do desemprego no cenário local. Nestes termos, pode-se afirmar que o incentivo ao empreendedorismo em Parintins tem relação direta com o desemprego uma vez que, sem alternativas os trabalhadores buscam outras formas de sobrevivência que resultam em um empreendedorismo por necessidade (GUIMARÃES, 2002).

Além disso, a atual infraestrutura do município não favorece os trabalhadores que buscam melhorias em suas atividades, principalmente em termos socioeconômicos. Neste caso, é possível afirmar que no contexto parintinense o chamado *espírito empreendedor* configura-se ainda como um *clichê*, pois o cenário econômico aliado à precarização do trabalho inviabilizam a qualidade de quaisquer atividades.

Tal situação seria diferente se as estratégias de desenvolvimento econômico do município fossem realmente concretizadas, conforme estão descritas no Plano Diretor Municipal (PDM), elaborado no ano de 2006²².

²² Ressalte-se que este foi o último Plano Diretor do Município. De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) o Plano Diretor é válido por 10 anos, após este período o documento deve ser revisto ou elaborado um Novo Plano. Atualmente, as mobilizações populares reivindicaram e conquistaram a reformulação do Plano Diretor de Parintins, processo que está em curso.

A política de desenvolvimento econômico está descrita no Capítulo II, Artigo 61 do Plano Diretor e tem como principais objetivos:

- dinamizar a geração de emprego, trabalho e renda;
- desenvolver as potencialidade locais nos setores primário, secundário e terciário em todo município;
- consolidar a posição do município como “Centro de Referência em Turismo/Cultura”;
- fortalecer e difundir a cultura empreendedora;
- aperfeiçoar continuamente o modelo adotado a partir da perspectiva sistêmica, considerando os desafios do crescimento econômico, a equidade social e o respeito ao meio ambiente.

Ao se considerar toda análise que foi realizada sobre o cenário econômico do município, facilmente serão identificadas contradições nos objetivos apresentados. As diretrizes para a concretização destes objetivos, descritas no Capítulo 2, Artigo 62 do Plano Diretor, revelam ainda mais incoerências quando se considera a realidade local. Dentre todas se destacam algumas que permitem despertar varias reflexões, sendo:

Parágrafo I – incentivar e apoiar iniciativas de geração de oportunidades de emprego, trabalho e renda;

Parágrafo II– Promover a Infraestrutura necessária a adequada ao desenvolvimento econômico, turístico e social do município.

Em linhas gerais, verifica-se que os incentivos à geração de emprego e renda ainda são incipientes no município, bem como a questão da Infraestrutura que, mesmo sendo diferente dos outros municípios do Amazonas em diversos aspectos, ainda não é suficiente para atender as demandas populacionais.

Caracterização Infraestrutural

O crescimento populacional urbano de Parintins, já evidenciado neste estudo, é causa de inúmeras mudanças de ordem social, econômica, política e, principalmente, territorial. Oficialmente o município é composto por 20 bairros, sendo estes: Santa Clara, Castanheira, Santa Rita de Cássia, Francesa, Centro, Palmares, Nossa Senhora de Nazaré, São Vicente de Paula, Emilio Moreira, Raimundo Diniz, Vitória Régia, São Benedito, São José Operário, João Novo, Dejard Vieira, Distrito Industrial, Jacareacanga, Itaúna I, Itaúna II e Paulo

Corrêa. Ressalta-se ainda bairros não oficiais, constituídos por ocupações desordenadas que abrigam expressivo número de moradores, sendo: Bairro da União, loteamento Lady Laura, Pascoal Alágio, Tonzinho Saunier e Texeirão²³.

Os principais meios de transporte em Parintins são as motos e as bicicletas, mas também é perceptível o crescimento do número de carros que circula no município. Destaca-se também o transporte por meio de triciclos, utilizado para a circulação de passageiros e a entrega de mercadorias. Esta atividade está associada à categoria de trabalhadores *tricicleiros*, identificada em poucos municípios do interior do Amazonas, o que torna esta atividade também atração turística. Além dos tricicleiros, destacam-se os trabalhadores moto taxistas cuja atividade é regulamentada pela Lei Municipal 373/2006 que autoriza o serviço de transporte individual de passageiros.

O acesso ao município se dá por meio fluvial e aéreo. O transporte fluvial é feito por barcos, navios e lanchas que diariamente fazem percursos entre a capital Manaus ou mesmo para outros municípios do Amazonas e também do Pará. Em 2006 o Porto de Parintins foi inaugurado pela Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias (SNPH) e recebeu a designação de Terminal Hidroviário de Parintins. O porto atende tanto passageiros do Amazonas quanto do Pará, pois todas as embarcações com destino a este Estado passam obrigatoriamente pela orla do município.

No que se refere ao transporte aéreo Parintins possui um aeroporto que opera voos diários de duas Companhias Aéreas. Os voos são noturnos e diurnos, sendo que os voos diurnos ficaram suspensos por um longo período de tempo em função do risco aviário, pois uma grande quantidade de urubus e outras aves representavam perigo para os procedimentos de pousos e decolagens.

Esta problemática é uma das consequências da localização do Aterro Sanitário a céu aberto que fica na área urbana, próximo ao aeroporto do município. Tal situação aponta para a precarização das condições de Saneamento Básico em Parintins, que está diretamente relacionada à ausência de Gestão dos Resíduos Sólidos do município.

²³ SOUZA, Luciana Dinelly. *O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação*. 2013.155f. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2013.

contaminação do lençol freático. Neste sentido, o projeto apresenta-se como uma transferência de problemas em nível territorial, de Parintins para a Vila Amazônia.

O problema do lixo em Parintins reflete-se na ausência de operacionalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos descrito no Plano Diretor do Município, na Subseção V do Capítulo VI. De acordo com o Artigo 44 da referida subseção:

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos visa proteger a saúde humana e o meio ambiente, especificando medidas que incentivem a conservação e recuperação de recursos naturais e ofereçam condições para a destinação final adequada dos resíduos sólidos.

Os estudos de Cardoso Filho (2012) sinalizam a ausência de execução deste plano, uma vez que o município ainda não opera com sistema de Coleta Seletiva, sendo assim, todos os resíduos coletados não recebem tratamento adequado antes de serem despejados no Aterro Sanitário.

Esta questão foi sinalizada na pesquisa de campo como fator desmotivador quanto a prática de coleta seletiva no município, pois 71% dos entrevistados não fazem a separação do lixo de forma adequada pelos seguintes motivos:

A estrutura do município não permite que a gente faça a separação do lixo (Entrevistada2).

Porque aqui em Parintins eles colocam só um balde no meio da rua, não tem coleta seletiva não. (Entrevistado 12)

Não faço não. Primeiro porque não cobram isso da gente, segundo porque, pra quê eu vou separar o lixo? Eu separo, o lixeiro vem, mistura tudo que eu separei e joga de qualquer jeito no caminhão. (Entrevistada 35).

O grupo de trabalhadores que afirmou executar a coleta seletiva (29%) sinalizaram que separam o lixo para fins de reaproveitamento, para ganhar dinheiro e também para ajudar os trabalhadores da Associação de Catadores do município.

Verifica-se que a produção do lixo em Parintins e a ausência de definições que proporcionem respostas a esta problemática vem causando impactos ao ambiente e principalmente à qualidade de vida da população, uma vez que esta questão impacta

diretamente sobre a qualidade do Saneamento Básico e tem reflexos sobre as condições de saúde da população.

Caracterização das Políticas Públicas

Saúde

Os serviços de Saúde do município são praticamente todos ofertados pela rede pública, salvo algumas clínicas particulares onde são oferecidas consultas ambulatoriais e realização de exames especializados. De acordo com dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2012) o município de Parintins conta com 39 estabelecimentos cadastrados, onde se destaca a atuação de dois Hospitais Gerais que atendem média complexidade, sendo estes o Hospital Jofre Cohen de natureza Pública e o Hospital Padre Colombo de Natureza Mista, uma vez que foi fundado pela Igreja Católica, mas recebe recursos do Estado. Os casos que demandam Alta Complexidade são direcionados para a Capital, por meio de Tratamento Fora Domicílio²⁴.

Ainda de acordo com o CNES os hospitais deste município possuem 140 leitos divididos para o atendimento de clínica geral, pediatria, ginecologia obstetrícia e ortopedia. Os estabelecimentos de saúde do município podem ser visualizados no Tabela 4.

Estabelecimentos de Saúde	Quantitativo
Centros de Saúde	10
Unidades Básicas de Saúde da Família	3
CAPS II	1
Hospital Geral	2
Policlínica	1
Laboratórios de Análises Clínicas	5
Serviços de Oftalmologia	2
Serviços de Odontologia	2
Atenção à Saúde Indígena	2
Atendimento à Pessoa com Deficiência	1
Centro de Diagnóstico por Imagem	3
Farmácia Popular	1
Estabelecimentos administrativos e fiscalizadores	5
Unidade Móvel de Saúde	1
Total Geral	39

Tabela 4 – Síntese dos Estabelecimentos de Saúde em Parintins
Fonte: CNES/DATASUS, 2012

²⁴ O Tratamento Fora Domicílio (TFD) foi instituído pela Secretaria de Assistência à Saúde (Ministério da Saúde) por meio da Portaria n. 55/99 e visa garantir, por meio do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem, quando esgotados todos os meios de atendimento.

Em geral o cenário da Saúde Pública nos municípios do Amazonas não é dos mais favoráveis, o que acarreta uma série de problemas para a população que depende destes serviços. Uma análise realizada especificamente no Baixo Amazonas, pela Universidade Federal do Amazonas em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial²⁵ aponta a realidade da Saúde Pública nos municípios desta região e sinaliza problemas comuns a todos estes locais, sendo estes: a ausência de postos de saúde e medicamentos, ausência de conhecimento dos principais programas, ausência de transporte para pacientes da área rural, dificuldade para a realização de exames e internações, insuficiência de equipamentos para atender as demandas, ausência de programas de cunho preventivo, infraestrutura deficiente, alto custo do profissional médico e a ausência de serviços direcionados à mulher, criança, adolescente e idoso.

Tais problemáticas tornam evidentes as fragilidades da operacionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) nos municípios do Amazonas, o que abrange também a realidade do município de Parintins. Todavia é necessário ressaltar que estas questões configuram-se como produto da afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil, que tem sido responsável pela desconstrução de direitos sociais, entre estes a Saúde Pública.

De acordo com Bravo (2009) no cenário neoliberal a proposta de Reforma Sanitária vem sendo desconstruída em função da vinculação da saúde ao mercado, pautada em uma Política de Ajuste que tem como principais tendências a contenção dos gastos com a racionalização da oferta, ou seja, “ao Estado cabe garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento aos que tem acesso ao mercado.” (Bravo, 2009, p.15). A escassez dos serviços é sentida pela população especialmente na Atenção Básica²⁶, pois na proposta neoliberal existe uma tendência em priorizar a assistência médico-hospitalar em detrimento das ações de promoção e proteção da saúde.

Em Parintins, esta questão reflete-se na ausência de alguns serviços que fazem parte da Atenção Básica e da Média Complexidade e que já poderiam ter sido implantados, como

²⁵ Dados consolidados em 2011, no Relatório Analítico Territorial do Baixo Amazonas do Programa Território de Cidadania, elaborado pela Universidade Federal do Amazonas em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq).

²⁶ A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde (Política Nacional de Atenção Básica, 2006). A Atenção Básica configura-se, por assim dizer, a “porta de entrada” do Sistema Único de Saúde.

por exemplo: Maternidade, Centro de Atenção Integral a Criança (CAIC) e Centro de Atenção Integral à Melhor Idade (CAIMI). Entretanto, de acordo com a pesquisa de Silva (2011) a saúde pública no município caracteriza-se pela supervalorização da atenção hospitalar, tendo em vista que a Atenção Básica apresenta dificuldades em atender as demandas da população.

Outra questão a ser ressaltada acerca da saúde pública no município é a ausência de ações que tenham como foco a Saúde do Trabalhador, instituída no Capítulo I, Parágrafo 3º da Lei 8.080/90. Em linhas gerais, a lei estabelece a realização de atividades que visem a promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, bem como a recuperação e reabilitação de trabalhadores expostos a riscos e agravos relacionados à sua condição de trabalho. Em Parintins estas ações deveriam ser realizadas constantemente pelo Núcleo de Saúde do Trabalhador que funciona desde 2006, porém, verifica-se que as atividades de caráter preventivo são realizadas apenas em períodos sazonais, tais como datas alusivas e festas regionais.

Entretanto, considera-se que a pior lacuna em relação à Saúde do Trabalhador em Parintins refere-se à fragilidade ou mesmo a ausência nos registros de Acidentes de Trabalho ocorridos no município. Estes processos são dificultados tanto pela ausência de documentações que investiguem a procedência dos atendimentos nos Estabelecimentos de Saúde, quanto pelo desconhecimento dos trabalhadores acerca da necessidade de Comunicação de Acidente de Trabalho. Ressalte-se ainda a fragilidade na investigação acerca de possíveis Doenças Ocupacionais que acometem os trabalhadores em razão da atividade que exercem.

Tais ponderações reafirmam a necessidade de melhorias na saúde pública de Parintins, que garantam a efetivação de direitos dos usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Assistência Social

No município de Parintins a aplicabilidade da Política Pública de Assistência Social se dá por meio da operacionalização do Sistema Único de Assistência Social²⁷, que oferece ações no âmbito da Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial, onde são desenvolvidos os serviços socioassistenciais.

No âmbito da Proteção Social Básica o município possui três Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que tem por finalidade fortalecer a proteção social às famílias, prevenir a ruptura de vínculos e promover o acesso aos direitos sociais para a melhoria da qualidade de vida da população. No CRAS de Parintins são desenvolvidos os seguintes serviços socioassistenciais: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos e o serviço de atendimento a domicílio destinado às pessoas com deficiência e idosos, ressaltando que este último ainda está em fase de implementação.

No que se refere à Proteção Social Especial verifica-se que Parintins atua no atendimento de Média Complexidade e possui apenas um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que atende a indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados. A instituição trabalha na operacionalização dos seguintes programas: Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra crianças e adolescentes, Serviço de Orientação e Apoio a Indivíduos e Famílias com seus direitos violados, Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. (Souza e Rolim, 2013).

A particularidade da operacionalização da Política de Assistência Social em Parintins acaba por revelar a situação de um expressivo número de famílias que vivem em condições de pobreza no município. De acordo com informações do MDS, até o mês de Março de 2014

²⁷ O Sistema Único de Assistência Social, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93), consolidou-se no ano de 2005 por meio da Norma Operacional Básica que regulamenta sua operacionalização. O SUAS é constituído por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da Assistência Social que devem estar voltados à proteção social da Unidade familiar e dos segmentos vulnerabilizados da população. A Proteção Social da Assistência Social é hierarquizada em Básica e Especial. A primeira visa prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A segunda tem por objetivo prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco social e pessoal por ocorrência de abandono, abuso sexual, maus tratos físicos e psíquicos, cumprimento de medidas socioeducativas e outras (NOB/SUAS, 2005).

foram contabilizadas no Cadastro Único²⁸ 17.035 famílias, entre estas se destaca um total de 16.532 famílias que vive com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo.

Neste contexto encontram-se famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda tal como o Programa Bolsa Família que tem crescido abruptamente no município. De acordo com o Relatório de Programas e Ações do MDS, o programa beneficia atualmente 12.716 famílias residentes na área urbana e rural de Parintins. Os resultados da pesquisa de campo mostram que um percentual de 49% dos trabalhadores entrevistados faz parte deste contexto, pois os mesmos afirmaram ser beneficiários do programa.

Conforme o MDS o Programa Bolsa Família possui três eixos principais: o alívio imediato da pobreza, o reforço ao acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência (condicionalidade) e a promoção do desenvolvimento das famílias para superar a condição de vulnerabilidade.

As informações do MDS quanto ao desempenho do programa no município de Parintins sinaliza que atualmente o Programa Bolsa Família proporciona cobertura a uma estimativa de 116% das famílias pobres do município, sendo que as mesmas recebem um valor médio de R\$ 178,38 reais. O relatório ainda trata das condicionalidades sinalizando que o acompanhamento da frequência escolar atinge um percentual de 95,28%, o que não necessariamente representa qualidade na educação.

Entretanto, verifica-se a ausência de informações acerca de possíveis ações desenvolvidas com a finalidade de contribuir para a superação da condição de vulnerabilidade das famílias. A realização destas está prevista na Política Municipal de Assistência Social descrita do Plano Diretor (2006) no Art. 55, Parágrafo III, que preconiza a implantação de “ações que possibilitem a criação de oportunidades de trabalho e renda à população em situação de risco e exclusão social.”

²⁸ De acordo com o MDS o Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendido como aquelas que têm renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. Por meio do Cadastro Único é possível conhecer a realidade socioeconômica das famílias trazendo informações de todo núcleo familiar. Com base nestas informações é realizada a seleção dos beneficiários de Programas Sociais do Governo Federal.

Outra situação que chama atenção na Política Municipal de Assistência Social refere-se a operacionalização de suas diretrizes, descritas na seção IV, artigo 55. Consta-se que algumas foram implementadas e outras sequer saíram do papel como, por exemplo:

II- Criar e implementar programas municipais que visem a integração dos diferentes pólos existentes no município, em especial, o que vise o resgate dos cidadãos em situação de pobreza absoluta, preparando-os para obter o mínimo de renda para sua sustentabilidade;

V- Criar uma Política Permanente de Qualificação Profissional, através de Centros de geração de Trabalho e Renda;

VI – Criar um banco de dados para identificar, registrar e encaminhar pessoal para o mercado de trabalho.

Tais evidências revelam a realidade da Política de Assistência Social no município e indicam fragilidades em sua operacionalização. Conforme Silva (2008) a ausência de entendimento por parte dos administradores locais acerca da Política de Assistência Social tem relegado os programas e serviços socioassistenciais à prestação de serviços que se reduzem ao estrito campo da pobreza, o que parece estar ocorrendo em Parintins. Um dos fatores causadores desta questão é a mudança de gestores nos municípios, pois a depender da visão de gestão, os programas sociais podem perder o caráter da política pública para se tornar *bandeira* de campanha político-partidária.

Nestes termos, longe de formular concepções prematuras acerca da operacionalização da política de assistência social no município considera-se, a partir das informações expostas, a necessidade da aplicabilidade do que preconiza a Lei Orgânica de Assistência Social no Capítulo I, Parágrafo Único que afirma “a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e universalização de direitos sociais.”

Educação

Os serviços educacionais em Parintins destacam-se em relação aos outros municípios do Amazonas pela oferta de instituições em todos os níveis escolares, incluindo o Ensino Profissionalizante e o Ensino Superior. A maioria das instituições de ensino faz parte da Rede

Pública (Federal, Estadual e Municipal), porém, destacam-se também escolas privadas²⁹. O Quadro 5 sintetiza as informações estatísticas acerca dos serviços de educação em Parintins.

NÚMERO DE DOCENTES						
PRÉ-ESCOLA		ENSINO FUND.		ENSINO MÉDIO		
Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Federal
-	181	316	553	281	-	35
181		869		316		
NÚMERO DE ESCOLAS						
PRÉ-ESCOLA		ENSINO FUND.		ENSINO MÉDIO		
Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Federal
-	123	20	135	12	-	1
123		155		13		
NUMERO DE MATRÍCULAS						
PRÉ-ESCOLAR		ENSINO FUND.		ENSINO MÉDIO		
Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Federal
-	3.955	9.330	12.683	7.103	-	666
3.955		22.019		7.769		

Quadro 5: Síntese de Informações sobre os serviços de educação em Parintins
Fonte: Elaboração Própria com Base em Dados do IBGE, 2012.

O município conta ainda com três instituições de Ensino Superior, sendo estas: Universidade Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. A implantação dessas instituições no município fortaleceu a produção científica em torno das demandas e das problemáticas, tanto do município de Parintins, quanto de todos os outros municípios do Baixo Amazonas.

Entretanto, apesar de ganhar destaque no Plano diretor do município como uma das diretrizes da Política de Educação, Ciência e Tecnologia, o incentivo à Pesquisa parece não ser prioridade do poder público local. O Plano sinaliza na Seção II, artigo 52 e Parágrafo VI, o investimento e o incentivo “à pesquisa no ensino através de convênios com o INPA, FAPEAM, UFAM, UEA, INEP, EMBRAPA e outras instituições científicas públicas e/ou privadas.” Porém, ainda que o desenvolvimento de pesquisas tenha crescido no município é necessário destacar que os pesquisadores não contam com o patrocínio do Poder Público local para o financiamento destes estudos.

Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2011 sinalizam que o município ocupa a 4^o posição no que se refere aos Anos Iniciais do

²⁹ Nos dados do IBGE do ano de 2012 não foram identificadas as escolas privadas, entretanto o município possui atualmente três escolas privadas que atuam na área da pré-escolar e do Ensino Fundamental.

Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), onde atingiu o índice de 5,0 pontos. Já nas séries finais (6º ao 9º ano) o município ocupa o 5º lugar com um índice de 4,4 pontos. Tais resultados sinalizam uma avaliação parcial acerca da qualidade da educação no município, uma vez que a metodologia do IDEB restringe-se às avaliações quantitativas³⁰.

Uma das situações mais agravantes em relação à educação é a ausência de creches no município que atenda a primeira fase da educação infantil, ou seja, crianças entre 0 e 3 anos. O direito à creche é garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Título IV, Artigo 11º e Parágrafo V, que assevera o dever do município em oferecer a Educação Infantil em creches e Pré-escolas.

Em Maio de 2012 foi assinado convênio do Governo Federal com o município de Parintins que previa a construção de seis creches com recursos dos Ministérios da Educação e do Planejamento, porém, até o momento apenas 1 creche começou a ser construída e atualmente está com as obras paralisadas.

Quanto à avaliação das escolas, estas quase sempre destacam entre as melhores do Estado, de acordo com a avaliação do IDEB. Contudo, ao detalhar estes índices verifica-se que apenas 7,4% atingem o Grau de *Excelência*, enquanto 25,0% encontram-se em estado de *Atenção* e 18,5% em estado de *Alerta*, ou seja, está abaixo do valor de referência. Neste sentido, os índices apurados indicam não apenas os avanços, mas também a desigualdade em relação ao contexto da educação parintinense.

Caracterização Cultural

A cultura de Parintins é marcada pela diversidade, pois recebe influências religiosas e de outras culturas do Brasil e do mundo. A principal manifestação cultural sem dúvida é o Festival Folclórico que acontece todos os anos no mês de junho, porém, existem outras

³⁰ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica constitui-se como recurso técnico por excelência para monitorar, definir e redefinir metas, orientar e avaliar os resultados do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE). É calculado a partir dos resultados obtidos na Prova Brasil e no fluxo escolar indicado pelo Censo Educacional. A Prova Brasil é aplicada a cada 2 anos e focaliza a avaliação nas habilidades de leitura e da resolução de problemas. Para Silva e Maria (2008) as avaliações nacionais por si só não apontam a realidade do processo pedagógico uma vez que são padronizadas e assumem caráter controlador. Além disso, desconsidera importantes especificidades que interferem no processo pedagógico, tais como os aspectos geográficos, sociais, econômicos e culturais.

importantes festas populares que marcam a cultura do município, conforme ilustra o Quadro 6.

Festividade	Data
Soltura de Quelônios – Projeto Pé de Pincha	Janeiro
Carnailha	Fevereiro
Encenação da Paixão de Cristo	Março
Alvorada do Boi Garantido	Abril
Boi de Rua do Boi Caprichoso	Mai
Festival Folclórico de Parintins	Junho
Festa da Padroeira Nossa Senhora do Carmo	Julho
Aniversário do Município de Parintins	Outubro
Festival de Toadas	Outubro
Festival de Pastorinhas	Dezembro

Quadro 6: Festas Populares do Município de Parintins

Fonte: Coordenadoria Municipal de Cultura de Parintins, 2012.

Conforme ressaltado todas as festividades representam um pouco da cultura do município, entretanto, o Festival Folclórico ganha destaque, uma vez que sua realização, projetou o município de Parintins Nacional e Internacional.

2.3. Festival Folclórico de Parintins: da Tradição à Mercantilização

A origem do Festival Folclórico de Parintins é narrada por diversos autores que, mesmo retratando a história de diferentes maneiras, buscam preservar as principais influências que construíram a identidade desta festa centenária.

A influência primária decorre do Folclore de Parintins que inicia com os primeiros habitantes da Ilha Tupinambarana, mais precisamente com suas festas. De acordo com Saunier (2003) as principais festas eram as danças da Tucandeira ou tocandira, realizadas pelas etnias Maué e Mundurucu que, por meio de suas festividades, exaltavam a natureza e tudo que nela existe. A segunda influência vem da brincadeira do *Bumba Meu Boi* advindo do Nordeste, tradição que se une aos costumes de danças e cantorias de toadas indígenas e dá início ao *boi bumbá*.

Conforme Silva (2011) o auto popular da brincadeira de boi existe em várias regiões do Brasil como um fenômeno cultural de caráter lúdico e polivalente e apresenta “as mediações míticas e simbólicas decorrentes de diferentes etnias que trazem questões amplas

em torno das ambivalências das categorias étnicas e sociais básicas da história do Brasil: o branco, o negro e o índio”(p.231).

No Amazonas a brincadeira de boi surge por influência da migração Nordestina no final do século XIX, marcadamente no período áureo da borracha. Foi motivada pelas classes populares, que durante a festividade buscavam expressar suas experiências, valores, crenças, insatisfações e percepções da natureza.

Em Parintins, de acordo com grande parte dos historiadores, a brincadeira de boi tem início em 1913 quando um grupo de pessoas saía às ruas do município encenando a *venda da língua do boi*. Em geral, os brincantes procuravam realizar suas encenações em frente às casas das pessoas de maior poder aquisitivo, uma vez que em troca da apresentação da matança do boi o dono da casa compraria a língua do animal ofertando uma quantia em dinheiro para os que participavam do auto.

A encenação que tomava conta das ruas nos primórdios da festa de boi bumbá obedece a dinâmica narrada por Braga (2002)

Catirina, estando gestante, tem desejo de comer a língua do boi. *Pai Francisco*, seu marido, fica desesperado e resolve matar o boi do dono da fazenda, denominado *Amo do Boi*. *Pai Francisco*, após matar o animal, foge para o mato. Um dos *vaqueiros* da fazenda denuncia o ocorrido para o *Amo* que revoltado, resolve ir à caça de *Pai Francisco*. Para persegui-los o *Amo* chama os *índios guerreiros* e seu *Tuchaua*. Antes da perseguição, os *índios* são batizados pelo *padre* que é chamado pelo *dono do boi*. Os *índios* trazem *Pai Francisco* amarrado e o *Amo* exige seu boi de volta. (...) Sob ameaça ele resolve chamar o *pajé* para ajuda-lo a curar o *boi*. O *pajé* ensina o processo de cura que consiste em dar um espirro no rabo do *boi*. *Pai Francisco* faz o que lhe foi ensinado e *boi* dá seu urro demonstrando que está vivo. A partir de então todos comemoram com danças, comida e bebida (p. 27-28).

A caracterização dos personagens narradas por Braga (2002) sinalizam diferentes características entre o *Boi Bumbá* e o *Bumba meu Boi*, principalmente na incorporação das figuras indígenas do *pajé* e dos *índios guerreiros*. Conforme Assayag apud Santos (2012) todas as manifestações que envolvem o povo precisam ajustar-se à cultura do local. No caso do boi bumbá de Parintins os cenários de engenhos e fazendas dos sertões nordestinos que figuram a festa do Bumba meu Boi, dão lugar as várzeas e canoas, assim como “a substituição

do *negro* pelo caboclo, que em seu canto cobra cidadania e o índio que quer “preservar sua terra e sua cultura.” (idem, p.138-139)

A rivalidade é uma característica emblemática da festa do *boi bumbá* de Parintins e gira em torno da disputa entre os bois Garantido e Caprichoso identificados respectivamente pelas cores vermelho e branco e azul e branco, conforme mostra a Figura 3. No ano de 2012 ambas as agremiações comemoraram 100 anos de existência, porém, a origem dos bumbás é motivo de divergências entre os historiadores e o povo de Parintins, em função da ausência de documentação que comprove a história de ambos.



Figura 3: Bois Bumbás Garantido e Caprichoso
Fonte: www.parintins.com.br, 2014.

Fato é que a *brincadeira de boi* transmite a identidade cultural do município de Parintins e com o passar do tempo tem impacto sobre os aspectos sociais, econômicos, políticos e até territoriais, pois as duas agremiações folclóricas promovem uma divisão entre dois territórios: o primeiro, no lado Leste da cidade, território do Boi Caprichoso e o segundo no Lado Oeste, território do Boi Garantido (DINELY, 2013).

A influência da festa no município determina identidades que motivam a preferência pelo Garantido ou pelo Caprichoso não apenas no período do Festival, mas no cotidiano do município. Em Parintins, o vermelho e azul não são simplesmente cores, elas refletem uma identidade construída na história do município passada de geração em geração. É quase impossível, salvo exceções, um parintinense não definir sua preferência por um dos *bumbás*, até porque em muitos casos a influência vem de tradições familiares.

Considerando este aspecto julgou-se importante investigar se os trabalhadores tinham um boi de sua preferência. O resultado apontou que 90% dos trabalhadores são torcedores dos bois Garantido e Caprichoso, entretanto, os outros 10% sinalizaram que tinham

preferência por um dos bois e pararam de torcer após converterem-se a uma religião. Tal evidência não está relacionada ao objeto de investigação deste estudo, porém, o fato chama atenção uma vez que revela a percepção da festa como algo *profano*, contrário a princípios religiosos.

É importante salientar também que do universo de 90% dos trabalhadores que afirma ter um boi de sua preferência, 82% se diz torcedor do Boi Garantido e 8% tem simpatia pelo boi Caprichoso. Em geral, os trabalhadores afirmaram que a preferência pelo boi vem da tradição familiar e da influência do local onde nasceram e foram criados. No imaginário popular os bois representam também a divisão entre classes sociais, já que o Boi Garantido é conhecido como o *boi do povão* e o boi Caprichoso está associado à figura da *elite* parintinense.

A *brincadeira de boi* em Parintins, segundo Vieira Filho (2002), distingue-se em dois diferentes momentos: o primeiro, do boi que brincava nas ruas, em frente às casas e quintais e o segundo participando do Festival Folclórico de Parintins, considerado atualmente um mega espetáculo.

O primeiro Festival Folclórico de Parintins foi realizado no dia 12 de junho de 1966 na quadra da Catedral de Nossa Senhora do Carmo, porém, sua idealização aconteceu em 1965, em uma reunião na sede da Juventude Alegre Católica. Pode-se afirmar que este período marca a competitividade entre os bois Garantido e Caprichoso, pois a partir deste momento, as agremiações começaram a disputar o título de melhor do Festival.

A apresentação dos *bumbás* é realizada anualmente em três noites do mês de junho, que inicialmente aconteciam nos dias 28, 29 e 30. Entretanto, a Lei Municipal N. 0336/2005 altera a data do evento para os dias sexta, sábado e domingo do último fim de semana do mês de junho. A mudança foi influenciada pelo caráter mercadológico assumido pelo Festival Folclórico a partir da década de 90, questão que será discutida no próximo tópico desse estudo.

Os *bumbás* são avaliados por uma Comissão Julgadora composta por 1 presidente e 9 jurados que são indicados por 5 Estados brasileiros, sendo estes sorteados aleatoriamente 6

dias antes da realização do Festival Folclórico. Cada boi bumbá tem um tempo mínimo de 2 horas de apresentação e um tempo máximo de 2 horas e 30 minutos.

Os itens avaliados na apresentação são divididos em três blocos, sendo estes: Bloco A (Musical), Bloco B (Cênico/Coreográfico) e Bloco C (Artístico). A divisão dos itens pode ser visualizada no Quadro 7.

Bloco	Itens Avaliados
A – Musical	Apresentador, Levantador de Toadas, Batucada ou Marujada, Amo do Boi, Galera, Toada- Letra e Música e Organização do Conjunto Folclórico.
	
B- Cênico/ Coreográfico	Porta Estandarte, Sinhazinha da Fazenda, Rainha do Folclore, Cunhã-Poranga, Pajé, Boi-Bumbá Evolução e Coreografia.
	
C- Artístico	Ritual Indígena, Tribos Indígenas, Tuxauas, Figura Típica Regional, Alegorias, Lenda Amazônia e Vaqueirada
	

Quadro 7 – Itens avaliados no Festival Folclórico de Parintins por Blocos

Fonte: Elaboração própria com base em Regulamento do Festival Folclórico de Parintins (2011)

Imagens: disponível em www.parintins.com.br , 12 de junho de 2014.

As temáticas trabalhadas pelos bois Garantido e Caprichoso em geral estão centradas nas tradições amazônicas e tem como foco a questão ambiental. Para Silva (2012) o Festival Folclórico exerce uma importante função social e política à medida que denuncia as agressões ambientais e exige tratamento digno para os cidadãos da Amazônia. As toadas tem papel fundamental para a transmissão destas mensagens, pois estas conduzem praticamente toda a dinâmica de apresentação dos bois e nelas estão contidas todas as expressões da temática definida.

Durante anos as apresentações dos bois foram realizadas em diferentes lugares, porém, em 1985 ganhou um lugar próprio que recebeu o nome de *bumbódromo*. Inicialmente o local

foi construído com arquibancadas de madeira e capacidade para 15.000 pessoas, o que comportava o público daquele momento. Três anos mais tarde, o espaço é ampliado para 50.000 lugares em função do crescente número de pessoas que começaram a frequentar o Festival Folclórico.

Em 2012, na gestão do então Governador Omar Aziz, foi aprovado recurso para reforma do *bumbódromo* onde inicialmente seriam investidos 32 milhões de reais. A proposta previa projetos de acessibilidade para as pessoas com deficiência, a ampliação das arquibancadas da área gratuita e da área paga, assim como dos camarotes. Porém, verificou-se que as mudanças beneficiaram principalmente os *pagantes* da festa, uma vez que as ampliações priorizaram a área dos camarotes e arquibancadas especiais³¹. A Figura 4 ilustra o bumbódromo em diferentes momentos e após a Reforma.

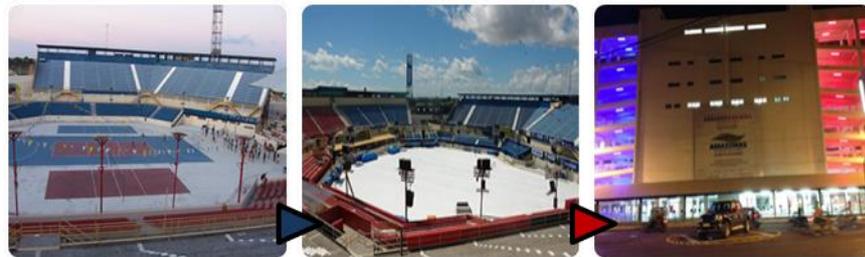


Figura 4 – Bumbódromo de Parintins em diferentes momentos.

Disponível em: <http://thymothy-amazonas.blogspot.com.br/>, 12 de Junho de 2014.

O *novo bumbódromo*, reinaugurado em Maio de 2013 custou aos cofres públicos o equivalente a 48 milhões de reais, que foram investidos também na ampliação da Arena de apresentação, no sistema de som e na extensão de arquibancadas especiais destinadas a pessoas com deficiência. Aparentemente, o projeto de reforma relegou a ampliação das arquibancadas das *Galeras*, desfavoreceu os torcedores *não pagantes* que, para assistirem o

³¹ O público que participa do Festival Folclórico de Parintins assume três diferentes perfis: 1) Público dos Camarotes, que em geral são autoridades, representantes e/ou convidados dos principais patrocinadores e até pessoas que compram conjuntamente o camarote; 2) Público de arquibancadas e cadeiras que pagam diferentes valores para assistir as três noites de festa, sendo os seguintes: arquibancada central (R\$ 1.050,00), arquibancada especial (R\$ 800,00), cadeira tipo 1 (R\$ 820,00) e cadeira tipo 2 (R\$ 600,00); 3) Público das arquibancadas das Galeras (Caprichoso e Garantido) cuja entrada é gratuita e a mais concorrida, o que leva uma multidão a aglomerar-se nas mediações do *bumbódromo* horas antes dos portões serem abertos.

Festival, ficam de 10 a 12 horas antes do início da festa aglomerados nos arredores do *bumbódromo* para garantir seu espaço no espetáculo.

Acerca das modificações ocorridas no *bumbódromo* os trabalhadores entrevistados, sinalizaram diferentes opiniões. Para 57% dos trabalhadores, as mudanças em nada contribuíram para a população os outros 43% sinalizaram que perceberam algumas mudanças. Tais opiniões podem ser compreendidas a partir da fala dos mesmos:

A gente continua passando mais de um dia na fila, na hora da revista mais 30 minutos. E os camarotes? Esse novo bumbodromo foi construído só pros bacanas (Trabalhadora 3).

Aquilo ali serve pra poucas pessoas, porque se o cara quer assistir a festa ali onde foi feita a reforma ele vai ter que pagar alto. Pra mim, por exemplo, tá longe. Eu vou continuar indo pra fila então. Não mudou muita coisa não (Trabalhadora 12).

Com tanta gente que precisa de moradia o governo gastando só naquela parte do bumbódromo, que não serve pra nada, um absurdo. O que foi gasto ali poderia ter sido usado para a construção de muitas casas (Trabalhador 19).

Eu acho que foi bom, atraiu mais gente e depois vai servir para a população porque vai funcionar um monte de curso por lá (Trabalhadora 27).

As percepções dos trabalhadores sinalizam não apenas as insatisfações acerca da reforma do local, mas também do investimento que privilegiou apenas um público. Ainda que um dos entrevistados sinalize a otimização do espaço por meio dos cursos³², a população parintinense considera o *bumbódromo* um espaço de festa, o local onde cumpre, anualmente, o papel de torcedor e a tradição de *brincar de boi*.

O *bumbódromo* assume um papel estratégico para a projeção televisiva do Festival Folclórico de Parintins e sua inserção no cenário mercadológico. De acordo com Nogueira (2008) a estrutura arquitetônica deste espaço atende as necessidades de brincantes, dos meios de comunicação, do público espectador e principalmente dos patrocinadores, principais responsáveis pelo caráter mercadológico do Festival Folclórico.

³² Atualmente na nova estrutura do *bumbódromo* funciona o Liceu de Artes Cláudio Santoro, que foi inaugurado em 2013 e oferece cursos profissionalizantes em parceria com outras instituições, além de atividades culturais.

O Festival Folclórico de Parintins ganha projeção nacional e internacional na década de 90 motivada principalmente pela mídia televisiva. A toada *Parintins para o mundo ver* composta pelo sambista Jorge Aragão em homenagem ao Boi Garantido, retrata o momento de repercussão do Festival Folclórico por meio da melodia que afirma “...*atravessou pro outro lado do oceano/ ficou famoso meu valente boi de pano/que era só na velha Tupinambarana.*”

O reconhecimento do Festival Folclórico em nível mundial trouxe na bagagem mudanças repentinas não apenas para os bois Garantido e Caprichoso, mas principalmente para o pequeno município de Parintins, que a partir daquele momento precisou adaptar-se às exigências de um mundo globalizado que busca atender prioritariamente os interesses do mercado.

Em sua essência, as festas [...] “permitem observar transformações profundas ocorridas na sociedade, no âmbito da cultura, ou compreender complexas relações sociais, tentativas de disciplinas ou controle de educação do povo. Elas se constituem, portanto, em palco das transformações culturais e cenários importantes da vida social.” (SANTOS, 2012, p.143). Em sentido mais amplo, as festas expressam a tradição, os costumes, os hábitos e em muitos casos, a identidade de uma população.

No contexto capitalista, as festas assumem outros papéis, agora não mais determinados pelas raízes culturais e sim pela lógica do mercado, cujo sentido privilegia a reprodução ampliada do capital. Neste processo propaga-se a ideia de um *mundo globalizado, sem fronteiras* que transcende o local, o regional e o nacional, ou como denomina Ianni (2007), a formação da chamada *Aldeia Global*³³.

Segundo o autor a noção de *Aldeia Global* envolve ideias, padrões e valores socioculturais voltados para a propagação de uma cultura mundial que tem como pano de fundo a dominação política para a manutenção da “nova ordem mundial”. Para Ianni (2007) este fenômeno cria e generaliza a cultura da mundialização que tem como consequência a desterritorialização das coisas, gentes, ideias, realidades e imaginários, uma vez que o foco das ações está no consumo.

³³ É necessário deixar claro que a expressão *aldeia global* é tratada por Ianni (2007) como uma das metáforas para explicar o fenômeno da globalização. Estes conceitos dizem respeito às distintas possibilidades de conquistas e dilemas da modernidade, revelando as controvérsias existentes entre o moderno e o pós-moderno.

Para tanto, a dinâmica da *aldeia global* requer ferramentas que viabilizem a mundialização. De acordo com Ianni (2007) os meios de comunicação de massa e o avanço da eletrônica e da informática são elementos estratégicos neste processo pois

[...] rompem ou ultrapassam fronteiras culturais, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades socioeconômicas e hierarquias raciais, de sexo, de idade. Em poucos anos, na segunda metade do século XX, a indústria cultural revoluciona o mundo da cultura e transforma radicalmente o imaginário de todo mundo. (idem, p. 120)

O movimento da mídia no contexto da *aldeia global* não é isolado, pois atua em consonância com as empresas, organizações e grandes corporações que frequentemente disputam clientes, audiências, públicos, extratos sociais e acima de tudo precisam comercializar seus produtos. Nestes termos, no contexto da *aldeia global* verifica-se o dinamismo da *indústria cultural*³⁴ onde [...] “além das mercadorias convencionais, sob formas antigas e atuais, empacotam-se e vendem-se as informações (...) sendo estas fabricadas como mercadorias e comercializadas em escala mundial. As informações, os entretenimentos e as ideias são produzidos, comercializados e consumidos como mercadorias.” (IANNI, 2007, p.16).

Independente das simbologias locais ou regionais, a *indústria cultural* trabalha para a criação de produtos que exerçam influência em nível mundial, por isso no contexto da *aldeia global*, tudo é válido para influenciar comportamentos e opiniões, fato que explica o crescimento das produções cinematográficas, literárias, teatrais, musicais e televisivas.

Sob este prisma Nogueira (2008) afirma que os meios de comunicação têm interesses múltiplos na hora de alcançar seu público. Todavia, no atual contexto fica claro que estes são movidos por interesses de caráter mercadológico capazes de impactar sobre o cotidiano dos povos e suas culturas, o que inclui as festas populares.

³⁴ A *indústria cultural* é entendida pelos *frankfurtianos* Theodor Adorno e Max Horkheimer (2001), como a mercantilização da cultura a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Para estes autores os meios de comunicação configuram-se como uma poderosa influência para a geração de lucro em razão de sua proximidade com as massas.

Ainda considerando a concepção de Nogueira (2008) verifica-se que relação entre o capitalismo e as festas populares compreende três momentos: as *distanciadas*, em que a ação e o sentido estão voltados à produção e ao cotidiano; as que estão *em processo de integração*, controladas pelo mercado, porém, dentro das dimensões controláveis pelo *ethos* comunitário; as *integradas* que expressam um sentimento local, mas que se realizam sob uma dimensão desterritorializada e dominada por ações mercadológicas ou por aparelhos culturais ideológicos.

Na dinâmica da *aldeia global* tem-se como referência as festas *integradas* à medida que a tradição, a cultura e a identidade da festividade tornam-se elementos secundários, para que a festa converta-se em mais um produto a ser consumido no mercado. Atribui-se esta realidade ao Festival Folclórico de Parintins que, após as influências da mídia televisiva, transformou-se em um lucrativo negócio para grandes corporações.

A transmissão televisiva foi a principal responsável pela projeção mundial do Festival Folclórico de Parintins e conseqüentemente pela mercadorização da festa. As transmissões *ao vivo* iniciaram em 1987 pela TV A Crítica, naquele momento, apenas para os moradores de Parintins. Nogueira (2008) assinala que já neste período a televisão mediu as possibilidades econômicas e políticas do Festival incentivando matérias jornalísticas para avaliar o retorno financeiro à emissora e seus anunciantes. Em 1995, a concessão da transmissão é creditada à Rede Amazônica de Rádio e Televisão que estende as transmissões *ao vivo* em nível mundial via satélite por meio do Amazonsat.

No ano 2000 a TV A Crítica retomou o direito de transmitir o Festival quando convenceu as agremiações com uma atrativa proposta financeira e um espaço maior de divulgação em âmbito nacional. Em 2008, um contrato estabelecido entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Rede Bandeirantes de televisão concedeu à emissora o direito de transmissão do Festival Folclórico de Parintins pelo período de 5 anos. O contrato, estimado em R\$ 10 milhões de reais, estabelecia que a festa seria transmitida ao vivo para todo Brasil e para mais 13 países, o que resultou na expansão mundial do Festival Folclórico, que conseqüentemente ganha mais simpatizantes e potenciais consumidores.

Com o encerramento do contrato, o ano de 2013 foi marcado por uma verdadeira *batalha* entre duas grandes emissoras de televisão para a transmissão do Festival Folclórico.

Naquele momento a Rede Record e a Rede Amazônica disputavam o direito de exclusividade na transmissão da festa e as agremiações folclóricas por sua vez divergiam opiniões.

O resultado deste impasse gerou um cenário inédito na história do Festival, pois pela primeira vez as transmissões das apresentações foram realizadas de forma isolada por duas emissoras diferentes, ou seja, Rede Amazônica transmitiu apenas o Boi Caprichoso e TV A Crítica apenas o Boi Garantido. A situação conferiu ao Festival Folclórico uma espécie de *leilão* entre as empresas televisivas, uma evidencia da prevalência do mercado sobre o folclore e a cultura parintinense.

A influência do mercado sobre o Festival Folclórico ganhou maior impacto a partir da década de 90 quando o Festival Folclórico de Parintins se consolidou mundialmente como um atrativo produto cultural para o mercado. Neste período, por força de estratégias governamentais, comerciais e políticas, o boi bumbá parintinense passa a ser considerado um ícone da identidade cultural amazonense, pois, na dinâmica da festa reproduz os modos de ser e de viver na Amazônia. Tal evidência torna-se um atrativo para as lideranças governamentais e para patrocinadores de empresas privadas que, naquele momento, já demonstravam interesse pelo evento.

Mas o que justifica o tanto investimento em uma festa popular? Quais as vias de interesse do mercado sobre o Festival Folclórico de Parintins?

Parte desses questionamentos encontram respostas no que já vem sendo discutido acerca das transformações produzidas no fenômeno da globalização, cuja lógica está centrada no mercado. Neste sentido, o investimento em uma festa popular ocorre quando esta “(...) alcança um nível de profissionalização que atende aos interesses do mercado na forma de se apresentar e das relações comerciais.” (NOGUEIRA, 2008, p.49)

Tal situação explica um dos interesses do mercado pelo ao Festival Folclórico de Parintins, pois, a divulgação na mídia televisiva movimenta um grande numero de telespectadores, que podem ser considerados um potencial público consumidor da festa. Nestes termos, Garantido e Caprichoso firmam um contrato com o mercado e são inseridos na *aldeia global* à medida que se tornam elementos atrativos para a comercialização das mais diversas mercadorias, entre estas CD’s, DVD’s, camisas, sandálias, bolsas e outras.

O pacto mercadológico estabelecido conduz a dinâmica do Festival Folclórico no sentido de atender as necessidades comerciais dos patrocinadores. Naturalmente, esta imposição modifica a natureza da *brincadeira de boi* a fim de tornar o espetáculo ainda mais *encantador* aos olhos do público. Uma das principais modificações é a inserção de elementos eletrônicos, conforme ressaltam Ferreira e Rodrigues (2012):

Foram introduzidos elementos eletrônicos e sintetizadores. Nesse embalo, a dança tradicional e cadenciada do “dois pra lá, dois pra cá” tornou-se uma cópia das coreografias de forró, pagodes ou coisas do gênero, e a arte que brotava da querela imaginária do artista deu lugar a um espetáculo *high-tech* de luzes e cores, tudo auxiliado pelas novas tecnologias. À serviço da arte, reforçou-se assim uma indianização instrumentalizada pela técnica capitalista (p. 32).

No atual cenário do Festival Folclórico as influências da *aldeia global* estão por toda parte, “[...] modificando as expressões sociais, econômicas e políticas da festividade que adquiriram configurações desconhecidas e inimaginadas pelo público em geral [...]” (IANNI, 2007, p.124). Aparentemente, as mudanças *eletrotécnicas* inseridas nas apresentações foram tratadas como inovações, entretanto, ao que parece poucos perceberam a *descaracterização* das origens do Festival Folclórico. No decorrer da pesquisa, alguns trabalhadores sinalizaram insatisfações a esta questão, conforme os relatos abaixo:

“Pra mim o folclore de Parintins só piorou. Eles já colocaram outras coisas que não tem nada com o folclore, só para chamar atenção de patrocinador e ganhar dinheiro.” (Trabalhadora 3)

“Pra mim piorou. É um bocado de exigência, exigência pra tudo. Não sei pra quê? Quando era só uma brincadeira era melhor.” (Trabalhador 20)

“Eu vejo que os bois estão se distanciando muito da tradição da festa e da cultura.” (Trabalhadora 24)

Os *bumbás* são considerados produtos altamente rentáveis, por isso atraem patrocinadores e recebem incentivos governamentais. Atualmente o Festival Folclórico de Parintins tem quatro fontes de financiamento: 1) O Estado e o Governo Federal; 2) Receita direta por meio das vendas de produtos e dos ingressos. 3) Venda do direito de transmissão a empresas televisivas; 4) Empresas privadas através de patrocínios.

Informações da Secretaria de Estado da Cultura (2013) revelam que no ano de 2013 foram gastos com o Festival Folclórico de Parintins um valor aproximado de R\$ 13,5 milhões de reais, onde cada agremiação recebeu em torno de R\$ 4 milhões de reais para custear os

serviços de iluminação, confecções de alegorias e outras despesas. O valor restante foi investido em despesas de hospedagem e alimentação dos convidados oficiais do Governo do Estado, bem como a compra de ingressos e camarotes para os mesmos.

Quanto aos patrocinadores privados, atualmente o Festival Folclórico conta com o incentivo de oito empresas, sendo estas: Correios, Map, Eletrobras, Vivo, Bradesco, Petrobras, Skol e Coca-Cola. O incentivo ao consumo faz com que estes patrocinadores penetrem as relações sociais estabelecidas na dinâmica da festa buscando atrair a confiabilidade dos consumidores.

Para isso, as marcas precisam acompanhar as particularidades da festa, portanto, sofrem adaptações mostrando-se imparciais, uma *imparcialidade intencional* pois busca atender os consumidores simpatizantes do Boi Garantido e do Boi Caprichoso.

Tal situação cria singularidade a alguns patrocinadores do Festival Folclórico de Parintins, como por exemplo a Coca-Cola e o Banco Bradesco que se *vestem de azul* e a Petrobras que abandona o tradicional verde amarelo para incorporar as cores vermelho e azul, conforme ilustra a Figura 5.

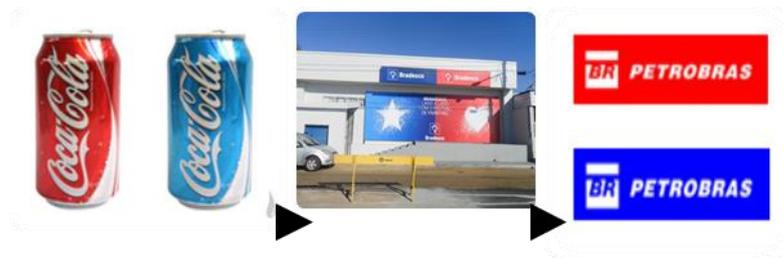


Figura 5 – Marcas adaptadas à dinâmica do Festival Folclórico de Parintins.
Fonte: www.parintins.com.br

A modificação das marcas configura-se como uma das estratégias de marketing das empresas patrocinadoras, uma vez que a diferença é mais um atrativo para o público consumidor. Entretanto, entende-se que um dos principais interesses das grandes empresas que patrocinam o Festival Folclórico de Parintins é sem dúvida a associação de sua imagem a um evento que tem como foco as questões ambientais.

Não por acaso, as primeiras empresas interessadas em patrocinar o Festival Folclórico de Parintins sinalizaram suas propostas exatamente na década de 90, quando a Amazônia está no foco do debate mundial da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ECO-92). Conforme Correa (2000) neste cenário :

(...) a Amazônia assume posição central como capital natureza na crise/reestruturação capitalista contemporânea e não permanecerá intacta. E o posicionamento da sociedade brasileira há que levar em conta o estilo do crescimento nacional/transnacional e tecnológico dominante no mundo contemporâneo (p. 11).

Os debates sobre a questão ambiental centravam-se justamente nos perigos do desenvolvimento do capitalismo industrial e seus impactos sobre o meio ambiente. Por este motivo, naquele momento seria oportuno associar a imagem da empresa a uma festa onde “(...) os bumbás comportam uma série de modelos de sucesso mercadológico que interessa à indústria cultural, entre os quais a encenação de apelos ecológicos que mobilizam mentes e corações em todo planeta.” (Nogueira, 2008, p. 116).

Neste sentido, verifica-se que o interesse do mercado em patrocinar o Festival Folclórico decorre tanto do potencial de retorno financeiro, quanto da promoção da marca por meio do *Marketing Verde*. Sob esta ótica verifica-se que os patrocinadores são detentores de muitos benefícios, entretanto questiona-se: *Quais as contribuições do Festival Folclórico para o desenvolvimento local de Parintins? Quais os principais impactos socioambientais para o município gerados em decorrência da festa?* No próximo capítulo será realizada essa discussão, em que serão pontuadas questões que visam esclarecer tais indagações.

CAPÍTULO 3

A TOADA NÃO CANTADA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO FESTIVAL FOCLÓRICO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS COM ENFASE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL.

As festas populares são importantes símbolos de uma população, um momento de lazer onde expressam sua cultura e identidade. Entretanto, nos últimos anos estas festas também têm se tornado oportunidade para o ganho de *renda extra* de muitos trabalhadores, que comercializam os mais diversos produtos.

Nas festas, as contradições do mundo do trabalho existem de forma imperceptível, pois as pessoas buscam estes momentos para lazer e diversão e acabam não observando as expressões da questão social que se manifestam naquele ambiente. Neste contexto, situa-se a precarização do trabalho como uma dessas expressões, principalmente sob o aspecto da *informalidade*, pois em geral muitos trabalhadores optam pela informalidade quando se encontram desempregados.

Este também é um cenário presente no Festival Folclórico de Parintins, onde todos os anos muitos trabalhadores concentram-se em locais estratégicos do município para comercializar seus produtos. O trabalho informal cresceu tanto nos últimos anos que obrigou o poder público a criar medidas para organizar os trabalhadores durante os três dias que em que acontece o Festival Folclórico.

Para iniciar a análise específica dos impactos socioambientais da organização do trabalho informal desenvolvido durante o Festival Folclórico no município, faz-se necessário que antes sejam apresentados os impactos mais amplos decorrentes da própria lógica de mercantilização do festival.

3.1 Impactos socioambientais do Festival Folclórico para o município de Parintins

Antes do início da abordagem analítica a ser realizada neste tópico do trabalho, considera-se importante esclarecer *de que aspectos socioambientais estamos falando?*

O norteamento teórico deste estudo funda-se sobre os pilares da sustentabilidade e suas particularidades. Neste caso, considera-se que o aspecto *ambiental* não deve ser entendido de forma isolada, pois suas mutações têm interferência nos mais diversos aspectos da vida em sociedade, assim como as mutações de ordem social, econômica, cultural, territorial e política convertem-se em mudanças na relação entre homem e natureza.

Neste contexto, parte-se do pressuposto que todos estes pilares permeiam o universo dos trabalhadores informais que atuam durante o Festival, caracterizando, portanto, o que este trabalho considera como *questões socioambientais*. Sob este prima, sustenta-se a análise dos resultados da pesquisa.

A beleza e a criatividade do Festival Folclórico de Parintins atraem anualmente milhares de pessoas que visitam a Ilha Tupinambarana para prestigiar as apresentações dos bois Garantido e Caprichoso. Durante os três dias de festa, Parintins converte-se em uma metrópole para receber os visitantes, que vem de todas as partes do Brasil e do mundo.

O Festival Folclórico tornou-se uma das maiores manifestações culturais da Região Norte e Parintins um dos principais destinos turísticos de quem visita o Amazonas. Em 2013 o Festival Folclórico de Parintins foi considerado Patrimônio Cultural do Amazonas pelo Decreto n. 33.684 passando a fazer parte do conjunto de bens considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura do povo amazonense.

Conforme já comentado, a divulgação midiática do Festival Folclórico marcou sua inserção na *indústria cultural* como um lucrativo produto. Tal cenário proporcionou também o crescimento do *turismo cultural* no município de Parintins, o que na opinião de muitos especialistas configura-se como um dos principais elementos para o desenvolvimento local.

De acordo com Aires e Fortes (2011) a participação da atividade turística para o desenvolvimento econômico é fundamental, entretanto, o turismo enquanto fenômeno

mundial deve considerar também os fatores ambientais, políticos, sociais e culturais uma vez que as atividades desenvolvidas geram impacto sobre a vida das pessoas e do local onde elas vivem.

Para esclarecer esta afirmativa, os mesmos autores citam Doxey (1975) cuja teoria busca identificar os efeitos cumulativos do turismo sobre as relações sociais e a evolução das mudanças de atitudes dos moradores em relação aos turistas. O autor sinaliza a receptividade dos moradores locais perpassa diferentes momentos, podendo ser entendidos da seguinte forma: 1) *Entusiasmo e euforia*, o turismo é visto como fonte de prazer e desenvolvimento; 2) *Apatia em relação ao Turismo*, quando a comunidade começa a sentir pressão por parte dos turistas que exigem uma infraestrutura mais completa, neste caso, a relação começa a ficar mais distante, o que transforma o turismo em mera obtenção de lucro; 3) *Hostilidade em relação aos turistas*, quando o fluxo de turistas começa a aumentar causando uma série de mudanças que prejudicam a comunidade gerando um sentimento de irritação.

Tal análise permite entender que a atividade do Turismo pode gerar impactos positivos e negativos sobre uma comunidade, sendo este último muitas vezes ignorado em razão da satisfação do turista, para que este seja um consumidor generoso. Esta realidade concretiza-se no pequeno município de Parintins durante os três dias em que é realizado o Festival Folclórico, quando o município recebe uma multidão de turistas.

Dados da Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur) apontam que 70 mil turistas participaram das apresentações dos *bumbás* no ano de 2013 injetando um montante de R\$ 54 milhões para a economia do Amazonas. A pesquisa de Silva (2013) sinaliza que três tipos de turistas participam da festa, sendo estes: 1) os que residem nos Estados da Região Norte ou em cidades próximas; 2) os que vem de outros Estados do país; 3) os visitantes oriundos de outros países.

Verificou-se que na fala dos trabalhadores a expressão *turista* é pouco utilizada, sendo esta substituída pelo termo *visitante*. Na linguagem local esta expressão é tão presente que a recepção dos *turistas* é realizada um dia antes do início do festival na conhecida *Festa dos Visitantes*. Outro detalhe importante é que para os trabalhadores entrevistados existem os *visitantes*, que são os brasileiros e os *visitantes de fora*, aqueles que vêm de outros países.

Outra situação identificada, ocorrida no momento da *pesquisa de campo*, foi um expressivo número de trabalhadores oriundos de outras localidades e que estavam em Parintins trabalhando na prestação de serviços. O crescimento do Festival Folclórico demandou vários tipos de serviços que exige tanto o deslocamento de materiais quanto a presença de profissionais especializados. Nestes termos, a movimentação no município ocorre muito antes das apresentações dos *bois*, como relata o Secretário de Coordenadoria de Terras, Arrecadação e Cadastro:

O festival hoje no município de Parintins é a ação maior do município no decorrer do ano, porque na realidade o festival de Parintins são três dias ali no bumbódromo, mas há toda uma estrutura que envolve, toda uma logística que envolve o festival então para que as pessoas possam ser bem recebidas é necessário ter toda uma estrutura. Quando se fala em estruturar uma cidade (...) significa dizer que há um aumento de pessoas trabalhando, há uma circulação maior de dinheiro porque as empresas vêm pra cá e se instalam 30 dias antes do festival, pra montar seus stands, pra montar seus materiais trazendo para o município de Parintins uma renda extra. Muitas pessoas de Parintins acabam alugando suas casas pela ausência de hotéis, então não só os empresários mas como toda população em geral acabam se envolvendo direta ou indiretamente com o festival pelo retorno financeiro que ele deixa no decorrer do ano (Secretário da Coordenadoria de Terras, Arrecadação e Cadastro) .

A fala do Secretário reporta também sua visão acerca dos impactos positivos que a realização do Festival Folclórico traz para o município. Este questionamento foi direcionado aos trabalhadores entrevistados e a maioria sinalizou que a maior vantagem é a *geração de renda* adquirida durante os três dias de festas. Além desta, outras percepções foram ressaltadas e podem ser visualizadas no Quadro 8.

Categorização	Trechos dos Discursos
Geração de Renda	<p>“A melhoria financeira porque aí os visitantes chegam e vem comprar nossos produtos.” (Trabalhadora 1)</p> <p>“Acredito que o lucro, a renda extra que você tira e pode te dar segurança por uns bons meses.”(Trabalhador 5)</p> <p>“Traz dinheiro todo ano. Em três dias a gente ganha o que não ganha o ano inteiro.” (Trabalhador 6)</p> <p>“Para mim são as condições de ganhar dinheiro por meio dos visitantes que vem para a festa.”(Trabalhador 23)</p> <p>“Pelo menos uma vez no ano a gente tem uma renda extra” (Trabalhadora 28)</p> <p>“A gente ganha um dinheirinho a mais” (Trabalhador 18)</p>
Reconhecimento do	<p>“Pelo menos os visitantes vem pra reconhecer o nosso trabalho” (Trabalhador 8)</p>

Trabalho	“O pessoal que vem acha nosso trabalho bonito, principalmente o artesão, aí leva pro resto do mundo.” (Trabalhador 11)
Melhorias na Infraestrutura do município	“Eu acho que o ponto positivo é que o governo ajeita a cidade. Também é só nesse tempo.” (Trabalhadora 12) “Nesse período eles (o Estado) limpam e ajeitam a cidade entes do boi. Isso é um benefício, não é ?” (Trabalhador 25)

Quadro 8 – Principais vantagens da realização do Festival Folclórico para o município de Parintins.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Na fala dos trabalhadores é possível identificar que a palavra *geração de renda* vem sempre complementada com a palavra *extra*, isto significa que a realização do Festival Folclórico não representa o principal propulsor de renda ou mesmo da criação de emprego para o município, a festa é apenas uma oportunidade temporária onde “pelo menos uma vez no ano, tem uma renda na cidade.” (Trabalhador 28).

Os trabalhadores não deixam de reconhecer a importância do Festival Folclórico para a economia do município, entretanto, reclamam que ao final da festa o município volta a sofrer a escassez de renda, ou como afirma um dos entrevistados “*Parintins volta a ser Parintins.*” (Trabalhador 21). Os relatos dos trabalhadores esboçam a realidade da geração de renda no município ao término do Festival:

Cada um vai arrumando um jeito de trabalhar. Quando acaba o festival o dinheiro da cidade vai todo embora. (Trabalhadora 3)

“Para mim fica normal e o normal aqui é pouco mesmo, o lucro diminui principalmente quando chega a enchente. (Trabalhadora 9)

Fica complicado. Quando passa o festival fica só no pinga-pinga, um dia tem, outro dia não tem. Aí pinga um dinheiro aqui um dia, no outro dia não pinga e assim vai. (Trabalhador 13)

O movimento cai totalmente. Parintins fica sem respirar, não consegue respirar. (Trabalhador 5).

A percepção dos trabalhadores acaba por revelar que o lucro adquirido com a festa não tem retorno produtivo para a população, uma vez que a economia permanece estagnada assim como a infraestrutura do município, conforme já comentado nas discussões anteriores. A escassez de informações por parte do poder público impossibilita mensurar valores exatos acerca dos rendimentos do Festival Folclórico para o município de Parintins. Entretanto, uma

reportagem do Jornal A Crítica do dia 18 de junho de 2011 revela que o movimento financeiro da festa, durante os três dias, arrecada um valor aproximado de R\$ 40 milhões de reais.

Ao que parece a aplicabilidade desta verba não gera impacto sobre a melhoria das condições de vida da população, uma vez que os trabalhadores ressaltaram que a melhoria nas condições de infraestrutura só é feita quando se aproxima o Festival. Neste caso, é neste período que o poder público se preocupa em dar respostas as situações de precarização que afetam o município durante todo o ano. A fala de uma das trabalhadoras entrevistadas expressa de forma metafórica esta situação

Costumo dizer que o Festival de Parintins é como uma maquiagem, porque no festival, quando chega essa época fica tudo muito bonito, a prefeitura manda ajeitar a rua, tapar buraco. A cidade fica toda enfeitada, aparece emprego. Só que depois que acaba o Festival, sai tudo, desaparece tudo. É como uma maquiagem, quando a gente passa e lava o rosto, bem assim, some, desaparece. (Trabalhador 3)

Há que se considerar que até a *maquiagem* improvisada na cidade durante o Festival Folclórico tem um custo muito alto para os cofres públicos. Este ano o Governo do Estado investiu R\$ 15,5 milhões de reais, sendo R\$ 12 milhões destinados ao patrocínio dos *bumbás*, R\$ 1,5 milhões investidos na Festa dos Visitantes e R\$ 2 milhões destinados à conservação e reparos no município.

Estas informações estão longe de apresentar respostas para as demandas do município, ao contrário, instigam questionamentos acerca da destinação dos altos investimentos que são aplicados em Parintins, prioritariamente, em razão do Festival Folclórico. É como se a garantia da melhoria das condições de vida da população estivesse condicionada à realização da festa, ou melhor, dos recursos que são destinados pelo Estado às *melhorias* na cidade. Tal situação gera um sentimento de descontentamento e revolta que pode ser evidenciado na fala de uma das trabalhadoras

Acho que o pior é saber que existe uma grande quantidade de verba que o governo libera para três noites de boi, quando na verdade esse dinheiro teria que ser aplicado em saúde e saneamento para Parintins, isso a gente realmente precisa. A gente mora aqui porque é o jeito, mas a cidade não tem muita condição não. (Trabalhadora 5)

Para o Poder Público é apropriada a divulgação da ideia de que o Festival é a mola propulsora do desenvolvimento do município, pois esta também é uma forma de encobrir suas deficiências no que se refere aos investimentos em outros setores que poderiam ser fontes de geração de renda para a população, tal como o setor primário.

Ainda que se reconheça a importância do Festival para a economia do município, seria equivocado atribuir o desenvolvimento local à realização de uma festa que acontece apenas em um período do ano. Somado a isto, a identificação dos inúmeros problemas de ordem social que são ocasionados em razão da realização do Festival Folclórico e que impactam a população de Parintins.

De acordo com Santos (2012) as desvantagens que uma população paga pelo progresso econômico do turismo não aparecem em nenhum levantamento contábil. Para a autora os impactos sociais que emergem das atividades turísticas sobre as comunidades receptoras podem estimular hábitos de consumo desconhecidos e as “alterações de moralidade” que indicam, por exemplo, o aumento da prostituição e da criminalidade.

Esta realidade consolida-se em Parintins em decorrência da realização do Festival Folclórico. O alto contingente de pessoas e a ausência de controle por parte do poder público ocasionam ao município vários problemas que ficam de “herança” para a população após o término do Festival.

Considerando esta realidade, buscou-se conhecer a opinião dos trabalhadores acerca dos principais problemas sociais que surgiram em Parintins em decorrência da realização do Festival Folclórico. A primeira observação a fazer trata-se da expressão de insatisfação dos trabalhadores no momento em que foram questionados sobre este assunto. Em muitos casos escapavam frases como *tanta coisa ficou ruim com o festival* ou *a cidade vira de cabeça para baixo*, complementos pelos quais os trabalhadores demonstravam o seu descontentamento quanto aos impactos da realização do Festival Folclórico para o município.

Diversos problemas foram sinalizados pelos trabalhadores e alguns discursos foram até repetidos, mesmo assim as opiniões ficaram centralizadas em cinco principais aspectos: *social, saúde pública, econômico, ambiental e mobilidade urbana*. Em outras palavras, os principais problemas sociais que surgiram em Parintins com a realização do Festival

Folclórico referem-se à exploração sexual, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, o aumento abusivo nos preços, o crescimento da violência, a calamidade do trânsito, e o problema do lixo, sendo este último o mais destacado.

Nas observações de campo realizadas durante o Festival Folclórico de 2013 todos estes aspectos foram identificados, especialmente na área onde ficam ancorados os barcos que trazem os visitantes, parte do local de realização da pesquisa. O Quadro 9 sintetiza a opinião dos trabalhadores acerca de alguns aspectos, exceto o ambiental cujas contribuições serão explicitadas de forma mais detalhada nas discussões seguintes.

Categorização	Trechos dos Discursos
Violência	<p>“Os assaltos são os maiores problemas porque vem muita gente de fora” (Trabalhadora 1)</p> <p>“Vem muita gente de fora, no meio desse povo tem gente boa e gente ruim. Tem gente que vem para fazer o mal, para roubar, para explorar e para fazer bagunça.” (Trabalhadora 20)</p> <p>“ Muita violência, muita briga, principalmente por causa de bebida.” (Trabalhadora 12)</p>
Exploração Sexual	<p>“Eu vejo tanta depravação aqui, principalmente com criança. Antes a gente nem via muito isso.” (Trabalhador 11)</p> <p>“Um problema sério no festival é a prostituição, o aliciamento de menores. Também a exploração do trabalho. ” (Trablhador 19)</p> <p>“ O que eu vejo aqui todo dia é a exploração pro sexo, principalmente a infantil.” (Trablhador 18)</p>
Desordem no Trânsito	<p>“ Muito acidente de trânsito, muita violência. Uma falta de respeito terrível.” (Trabalhadora 7)</p> <p>“ O trânsito fica muito perigoso e ninguém se respeita.” (Trabalhador 6)</p>
Transmissão de Doenças Sexualmente Transmissíveis	<p>“Quando termina o festival pode procurar, tem muita menina grávida e cheia de doença, pra mim esse <i>boi</i> só dá o que não presta.” (Trablhadora 21)</p> <p>“O festival traz as doenças sexualmente transmissíveis para Parintins, assim como a gravidez na adolescência e o consumo de bebidas alcoólicas.” (Trablhador 9)</p>
Aumento abusivo dos preços	<p>“O preço das coisas sobre demais. É comida, aluguel, transporte, tudo.” (Trabalhador12)</p> <p>“As coisas aumentam muito. Tudo aumenta no festival, as pessoas parece que querem ficar ricas em 3 dias.” (Trablhadora 17)</p>

Quadro 9 – Principais problemas sociais que surgiram em Parintins com a realização do Festival.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Tais percepções desenham a realidade da *Ilha do Folclore* para além dos três dias de festa, uma vez que muitas das problemáticas sinalizadas fazem parte do cotidiano da população parintinense, como por exemplo a exploração sexual e a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis.

A pesquisa de Ribeiro (2011) sobre a incidência de violência sexual no Amazonas sinaliza o município de Parintins como um dos pontos de maior vulnerabilidade para a exploração sexual de crianças e adolescentes. Este agravante justifica-se pela realização do Festival Folclórico, pois, de acordo com o autor, os períodos das festas temáticas dos municípios são propícios à vulnerabilidade das crianças e adolescentes considerando a presença de visitantes que oferecem dinheiro rápido, em muitos casos para a própria família.

Verifica-se que nos últimos anos, durante o Festival Folclórico, a Secretaria de Assistência Social vem realizando campanhas contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Entretanto, as ações desenvolvidas pelo poder público junto às crianças e adolescentes vítimas de exploração e abusos sexuais são insuficientes, uma vez que o município não conta com a estrutura adequada para o atendimento dos mesmos.

Quanto à questão da *transmissão de doenças sexualmente transmissíveis* as próprias estatísticas reforçam a fala dos trabalhadores, uma vez que Parintins é considerado o 2º município com mais casos de AIDS no Amazonas. Informações da Secretaria Municipal de Saúde sinalizam que só no ano de 2013, nove casos da doença foram confirmados além daqueles que já recebem acompanhamento. Porém, não é apenas a incidência do vírus HIV que preocupa, mas sim o alto número de casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis registrados no município, sendo um total de 1.300 casos apenas no ano de 2012.

A partir destes dados questiona-se a efetividade das campanhas de prevenção que são realizadas no município. Verifica-se que as ações acontecem pontualmente em datas alusivas ou em festividades tais como o Festival Folclórico e o Carnaval. Diante do quadro apresentado, a intensificação das campanhas deveria ser prioridade das instituições de saúde.

Todas as problemáticas evidenciadas na fala dos trabalhadores proporcionam visibilidade acerca das consequências negativas da realização do Festival Folclórico para a população de Parintins, entretanto, as insatisfações quanto à questão do gerenciamento dos

resíduos produzidos durante a festa ganhou destaque em quase todas as opiniões. Os resultados da pesquisa revelam que 86% dos trabalhadores sinalizaram que “*o lixo e a sujeira são as piores coisas que o Festival traz para Parintins*” (Trabalhador 13), além de outras problemáticas já expostas no Quadro 9.

Talvez esta evidência seja uma das principais contradições da festa, dado que toda sua dinâmica está direcionada para o discurso ambiental com foco na preservação e o que se viu no município foi uma total *desordem* em relação ao controle dos resíduos, que tem impacto direto sobre o ambiente.

Tais percepções foram sentidas no momento da observação de campo realizada no período do Festival Folclórico de 2013, assim como foi observada a ausência do poder público no que se refere à realização de campanhas educativas para a redução dos impactos causados pelo acúmulo de resíduos. Tal situação contraria a fala da secretária de Meio Ambiente quando esta afirma que

Este ano (2013) fizemos campanha na orla da cidade e nas embarcações juntamente com a limpeza pública. Colocamos tambores de identificação dos resíduos, coisa que não acontecia antes. Outro diferencial foi a associação de catadores dentro do bumbódromo com o apoio da Secretaria de Limpeza Pública para armazenar o material (...) isso foi muito importante para o município (Secretária Municipal de Meio Ambiente, pesquisa de campo, 2014).

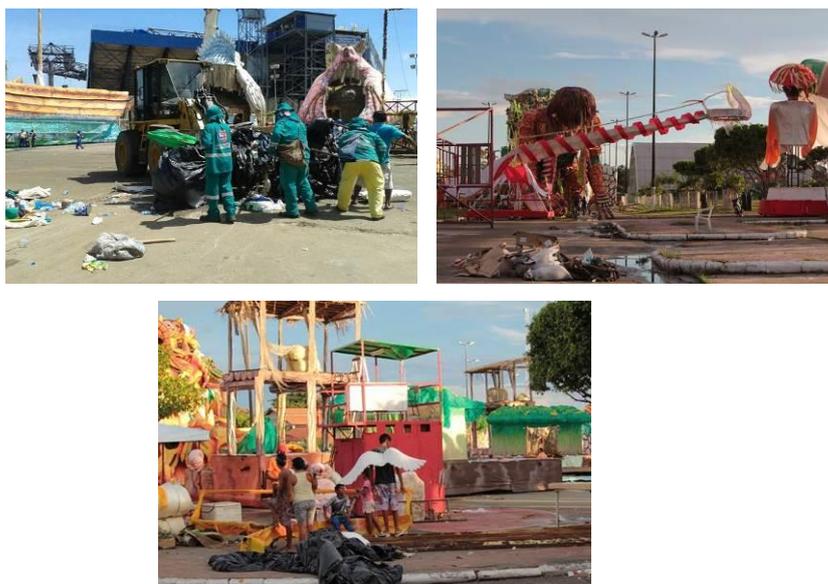
Na fala da secretária é possível perceber que as ações realizadas foram focadas apenas em um ambiente, o que fragilizou as ações de educação ambiental em outros pontos do município onde se concentra um grande número de pessoas, como por exemplo, a Avenida Amazonas (frente à Catedral Metropolitana) e as adjacências do *bumbódromo*, onde ficam também as alegorias dos *bois*.

A Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) classifica os resíduos por meio da NBR 10004 (ABNT, 2004) cuja definição corresponde:

Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível (p.7).

No caso específico do Festival Folclórico pode-se afirmar que os resíduos gerados podem ser classificados como *resíduos sólidos urbanos*, uma vez que são provenientes de comércios, residências e de serviços oriundos de limpeza pública. Para Nery apud Salhofer (2013), nos grandes eventos os resíduos sólidos são representados principalmente por embalagens (como por exemplo, copos e pratos descartáveis, latas, garrafas não retornáveis e embalagens de cigarros); material de divulgação; papelão e resíduos de alimentos não consumidos.

As observações de campo permitiram perceber a expressiva quantidade de resíduos que são gerados durante a festa e que em determinados locais estes se diferenciam, como por exemplo, nas laterais do bumbódromo onde os resíduos das alegorias dos *bumbás* formam verdadeiros *lixões* a céu aberto após as apresentações, conforme ilustram as Figuras 6, 7 e 8.



Figuras 6, 7 e 8 – Resíduos das alegorias dos bois Garantido e Caprichoso após as apresentações nas laterais do bumbódromo.

Fonte: Facebook Festival e Meio Ambiente – do espetáculo à realidade, 2013.

As figuras apresentadas evidenciam as contradições da festa, uma vez que a mensagem principal tem como foco a questão ambiental que, aparece inclusive em todos os itens, principalmente nas toadas. Neste sentido, questiona-se a *razão de ser* do Festival Folclórico, pois na arena, as apresentações de beleza incontestável reivindicam a proteção do ambiente, porém, ao sair do bumbódromo o público se depara com uma realidade completamente inversa, onde as belas alegorias transformam-se em um acúmulo de resíduos.

Conforme já exposto, a coleta seletiva é uma ação inexistente no município de Parintins e no período do Festival Folclórico esta situação prevalece. Os *tambores de resíduos* mencionados pela secretária de Meio Ambiente não contemplam a coleta seletiva, pelo contrário, estavam sendo utilizados para o descarte dos resíduos de maneira geral, conforme ilustra a Figura 9. Outro fator observado é que o número e tambores mostrou-se insuficientes para atender tanto os visitantes quanto o público de trabalhadores. A Figura 10 ilustra um dos únicos tambores disponibilizados aos trabalhadores e os demais ficavam distantes um do outro, fator que dificultava o descarte dos resíduos pelos transeuntes.



Figura 9 – Tambor de Resíduos
Fontes: Observação de Campo, 2013.



Figura 10- Tambor de Resíduos dos Trabalhadores.
Fonte: Observação de Campo, 2013



Figura 11- Identificação dos Tambores de Resíduos entre as barracas
Fonte: Observação de Campo, 2013

O resultado da insuficiência dos tambores e de profissionais da limpeza pública promovia um cenário *calamitoso* nos locais de maior aglomeração de pessoas. Na ausência da organização por parte do poder público, formavam-se verdadeiras “lixeiros” onde os resíduos eram despejados, alguns armazenados em sacolas, outros descartados isoladamente. Tais locais misturavam-se às barracas de vendas de alimentação e bebidas ocasionado um cenário degradante.

Em nenhum momento da observação de campo notou-se a presença de trabalhadores das associações de materiais recicláveis, pelo contrário, ficou evidenciado a presença de pessoas (entre elas crianças e idosos) buscando sobras de alimentos e materiais de alumínio, tais como latas de refrigerante e cerveja. As figuras abaixo expressam as situações relatadas.



Figura 12-“Lixeiras” improvisadas
Fonte: Observação de Campo, 2013



Figura 13- “Lixeiras” improvisadas
Fonte: Observação de Campo, 2013



Figura 14- Crianças e Idosos
coletando sobras de alimentos e
resíduos metálicos

Este cenário confirma a opinião de 100% dos trabalhadores que afirmaram que *o lixo é o impacto ambiental mais grave que a realização do Festival Folclórico traz para o município*. Os trabalhadores ainda reconhecem que a produção de resíduos gera impactos tanto para o ambiente quanto para a saúde da população, pois *“o visitante vem, aproveita o festival, vai embora e deixa a cidade um lixão, aí depois tem um monte de gente doente.”* (Trabalhadora 13).

Na visão da trabalhadora entrevistada o visitante é o principal agente causador do impacto ao ambiente. Entretanto para 23% dos entrevistados os visitantes não são responsáveis por estes impactos, pelo menos *“não os turistas que vem de fora (do Brasil), porque a cultura deles é diferente. Quem faz mesmo são os daqui, os brasileiros.”* (Trabalhadora 1). Os outros 77% , afirmam que os turistas são os que mais poluem e desrespeitam a população de Parintins, as narrativas abaixo respaldam tal situação:

“A maioria nem liga. Chegam aqui, sujam, jogam lixo e ainda fazem as necessidades fisiológicas pelo meio das plantas da cidade, como se fosse o banheiro deles. Mas é isso mesmo, nada aqui é deles, eles estão de passagem então não estão preocupados.” (Trabalhadora 3)

“90% dos visitantes jogam as coisas no rio desde a viagem de barco. Quando chegam fazem muita sujeira, principalmente urinar perto das bancas, nem ligam pro que a gente vai sentir,”(Trabalhadora 4)

“Os turistas quando vêm jogam mesmo lixo na rua, no rio, nas praças, fazem as necessidades em qualquer lugar. Mas também, não dá nem pra culpar, não tem nem lixeira suficiente no festival.” (Trabalhadora 12)

Diferente do que pensam sobre os visitantes, os trabalhadores não se consideram causadores de impactos ambientais, pelo contrário, 100% dos informantes afirmam que contribuem para a conservação do meio ambiente principalmente porque:

Tento conscientizar as pessoas para não jogar lixo na rua. (Trabalhador 2)

Eu reaproveito a minha matéria-prima para fazer adubo e outros materiais que são possíveis. (Trabalhadora 15)

No meu local de trabalho eu não deixo lixo e também não jogo lixo na rua. (Trabalhadora 22)

Eu cuido das árvores que tenho no meu quintal, não jogo lixo na rua, então eu considero que contribuo para a conservação do meio ambiente. (Trabalhador 20)

A maioria dos discursos apresentados associa o impacto ambiental à questão do lixo, talvez porque este seja atualmente, um dos principais problemas do município, que atinge toda a população. Estes discursos revelam também a visão fragmentada de um percentual relativo de trabalhadores, que afirmaram nunca ter ouvido falar de crise ambiental (67%) e em sua totalidade economizam água e energia porque “(...) *no final do mês dói no bolso*”. (Trabalhador 9).

Ainda que esta visão fragmentada fique evidente, os trabalhadores consideram que as questões ambientais do município tem impacto direto sobre suas condições de vida e de trabalho, pois atingem o meio em que desenvolvem suas atividades, causando impacto sobre o ambiente e sua saúde.

O pensamento de Jacobi (2006) explica tal situação, pois de acordo com o autor:

Os riscos contemporâneos explicitam os limites e as consequências das práticas sociais, trazendo consigo um novo elemento: a “reflexividade”. A sociedade, produtora de riscos, se torna crescentemente reflexiva, o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para si própria. A sociedade se torna cada vez mais autocrítica e, ao mesmo tempo, em que a humanidade põe a si em perigo, reconhece os riscos que produz e reage diante disso. A sociedade global “reflexiva” se vê obrigada a autoconfrontar-se com aquilo que de positivo e de negativo criou. (p.1)

A *reflexividade* preconizada por Jacobi (2006) permitiu aos trabalhadores sinalizarem as fragilidades, mas ao mesmo tempo apontarem alternativas para que proporcionem ao poder público a mitigação dos impactos ambientais no município. O Quadro 11 sintetiza as opiniões dos trabalhadores.

Categorização	Trechos dos Discursos
Coleta Seletiva	<p>“Criação de pontos de coletas e campanhas de conscientização.” (Trabalhador 2)</p> <p>“Incentivar a coleta seletiva.” (Trabalhadora 4)</p> <p>“Se o governo colocasse mais lixeiras e sinalizasse melhor o município, eu aposto que a gente teria menos problema.” (Trabalhador 3)</p>
Incentivo à criação de Cooperativas	<p>“Cada um deveria ter sua própria lixeira independente da prefeitura colocar na rua. Outra coisa é o incentivo à existência de cooperativas de materiais recicláveis, além de tudo ia gerar renda e lucro.”(Trabalhador 5)</p>
Educação Ambiental	<p>“Precisa de mais investimento da prefeitura em campanhas de conscientização. (Trabalhador 16)</p> <p>“Se tivessem mais campanhas para conscientizar as pessoas a colocar lixo no lixo acho que ficaria tudo bem.” (Trabalhadora 26)</p>
Aplicabilidade das Políticas Públicas	<p>“O que falta é fiscalização, mas antes de tudo falta contratar mais funcionários, porque não tem suficiente pra fazer isso.” (Trabalhador 11)</p> <p>“O principal pra resolver esse problema não tem que é o aterro sanitário. Deveriam existir políticas públicas para o tratamento do lixo.” (Trabalhador 25)</p> <p>“Pra mim só tem jeito com o investimento do governo em políticas públicas de saneamento e saúde.” (Trabalhadora 28)</p>

Quadro 10- Alternativas apontadas pelos trabalhadores para a mitigação dos impactos socioambientais no município.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

As ponderações dos trabalhadores recaem sobre a ausência de políticas públicas que viabilizem a melhoria das condições ambientais do município. Tal iniciativa proporcionaria a melhora nas condições de vida da população, bem como dos trabalhadores, que, atualmente desenvolvem seu trabalho de forma precarizada, tanto pela falta de recursos quanto pela ausência de apoio por parte do Poder Público.

Este cenário converte-se em uma vida de mão dupla, pois o mesmo trabalho informal exercido para o atendimento das necessidades de inúmeros trabalhadores, também é causa de sérios impactos socioambientais para o município, situações que serão analisadas no tópico seguinte.

3.2. A (des) organização do Trabalho Informal no Festival Folclórico de Parintins

No tópico anterior foi evidenciado que a realização do Festival Folclórico traz uma série de impactos negativos para a população parintinense, sendo estes principalmente de natureza socioambiental. Tais aspectos repercutem também sobre o trabalho e as condições de vida de muitos trabalhadores informais, que durante a festa buscam a geração de renda, mesmo que em condições precárias de trabalho.

A indústria mercadológica que movimentava o Festival Folclórico de Parintins apresenta-se sob duas formas: a primeira centra-se na figura dos patrocinadores e a segunda refere-se à expansão do mercado informal, presente nas mais diversas atividades. De acordo com Severo (2005) o crescimento da informalidade em atrações turísticas alimenta-se da necessidade de sobrevivência e do mito do turismo como uma atividade “salvadora”, principalmente em regiões de baixo desenvolvimento econômico e social, como é o caso de Parintins.

Conforme já comentado, a realização do Festival Folclórico projetou o município de Parintins mundialmente, o que atraiu muitos turistas e ao mesmo tempo motivou trabalhadores locais e de outras regiões ao comércio dos mais diversos produtos, ocasionando a formação de um mercado informal que vem crescendo a cada ano.

Este cenário obrigou o poder público a institucionalizar as atividades informais, à medida que foram criados mecanismos de controle que visam organizar o comércio informal durante a festa. A instituição responsável pelo controle destas atividades é a Coordenadoria de Terras, Arrecadação e Cadastro (CTAC), onde ficam centralizadas todas as ações que se referem à dinâmica do trabalho informal durante o Festival Folclórico de Parintins.

As principais atividades para a organização do trabalho informal no período do Festival são as seguintes: divisão dos espaços para a comercialização, classificação dos tipos de espaços, cadastro e emissão de crachás para os trabalhadores, montagem e desmontagem das barracas e fiscalização do comércio informal.

No comércio informal constituído no período do Festival Folclórico identifica-se uma variedade de produtos, entretanto, os trabalhadores informais atuam, em sua maioria,

nos segmentos de alimentação, bebidas, artesanato, confecções e transporte. Ressalta-se, porém que outros tipos de produtos são comercializados no decorrer da festa, alguns destes até curiosos, como por exemplo, a venda de unhas postiças e o serviço de massagens.

Outro ponto que merece destaque é que grande parte dos produtos, principalmente calçados e confecções, são personalizados com as marcas dos bois bumbás. Para alguns trabalhadores, além de representar a identidade da festa, os produtos com a marca dos bois são “o *carro chefe* para atrair os clientes e lucrar mais, porque todo mundo tá aqui pra isso, pra ver Garantido e Caprichoso.” (Trabalhadora 21).

As figuras 15, 16, 17 e 18 ilustram alguns dos produtos comercializados no decorrer do Festival.



Figura 15 – Vendas de Unhas Postiças
Fonte: Observação de Campo, 2013.



Figura 16- Segmento de Calçados
Fonte: Observação de Campo, 2013.



Figura 17 – Serviço de Massagem
Fonte: Observação de Campo, 2013



Figura 18 – Segmento de Artesanato
Fonte: Observação de Campo, 2013.

No que se refere à definição dos espaços para a comercialização são considerados prioritariamente os locais onde existe maior aglomeração de pessoas. Além disso, procura-se dividir os espaços de acordo com os segmentos dos produtos comercializados. Acerca desta questão o Secretário da CTAC pondera:

Nos locais onde tem movimento de pessoas e um espaço que permita a elas pararem a gente sabe que ali fica mais viável o artesanato e as confecções, porque as pessoas precisam parar e ao mesmo tempo circular por entre as barracas. A gente também procura observar se nos locais escolhidos vai ficar muita sujeira, se as pessoas vão descartar resíduos sólidos que possam causar problemas ao meio ambiente. Inclusive a critério ambiental é o principal que nós procuramos levar em consideração. A gente pensa, por exemplo, no descarte de garrafas e vidros, principalmente para as áreas que ficam muito próximo ao rio. Isso causa danos ao meio ambiente e há uma preocupação quanto a isso (Secretário da CTAC).

No discurso do Secretário a questão ambiental aparece como o principal critério para a definição dos espaços do mercado informal no festival. Entretanto, a concentração dos espaços, demonstrada na Figura 19, sinaliza que, produtos que causam expressivo impacto ambiental tais como alimentação e bebidas, ficam localizados na orla do município que fica às margens do Rio Amazonas, o que evidencia contradições no discurso do Secretário.

Fica evidente que a questão ambiental não é fator prioritário no que se refere à organização do trabalho informal durante o Festival Folclórico. Privilegia-se a satisfação e a comodidade dos visitantes que, neste caso, transfigura-se como *consumidor*, aquele que traz renda para o município. Assim, toda infraestrutura é pensada em função do *consumo* imediato, mesmo que este processo tenha impacto negativo sobre o ambiente. O que se verifica é a prevalência da racionalidade capitalista em detrimento da racionalidade ambiental, onde, de acordo Leff (2001), se manifestam as contradições que ocorrem através de confronto de diferentes valores e potenciais que estão arraigados na esfera institucional. A figura 19 demonstra que o comércio informal durante o Festival está concentrado principalmente nas principais ruas do Centro do município e nas adjacências do *bumbódromo*, locais onde há maior movimentação de pessoas.

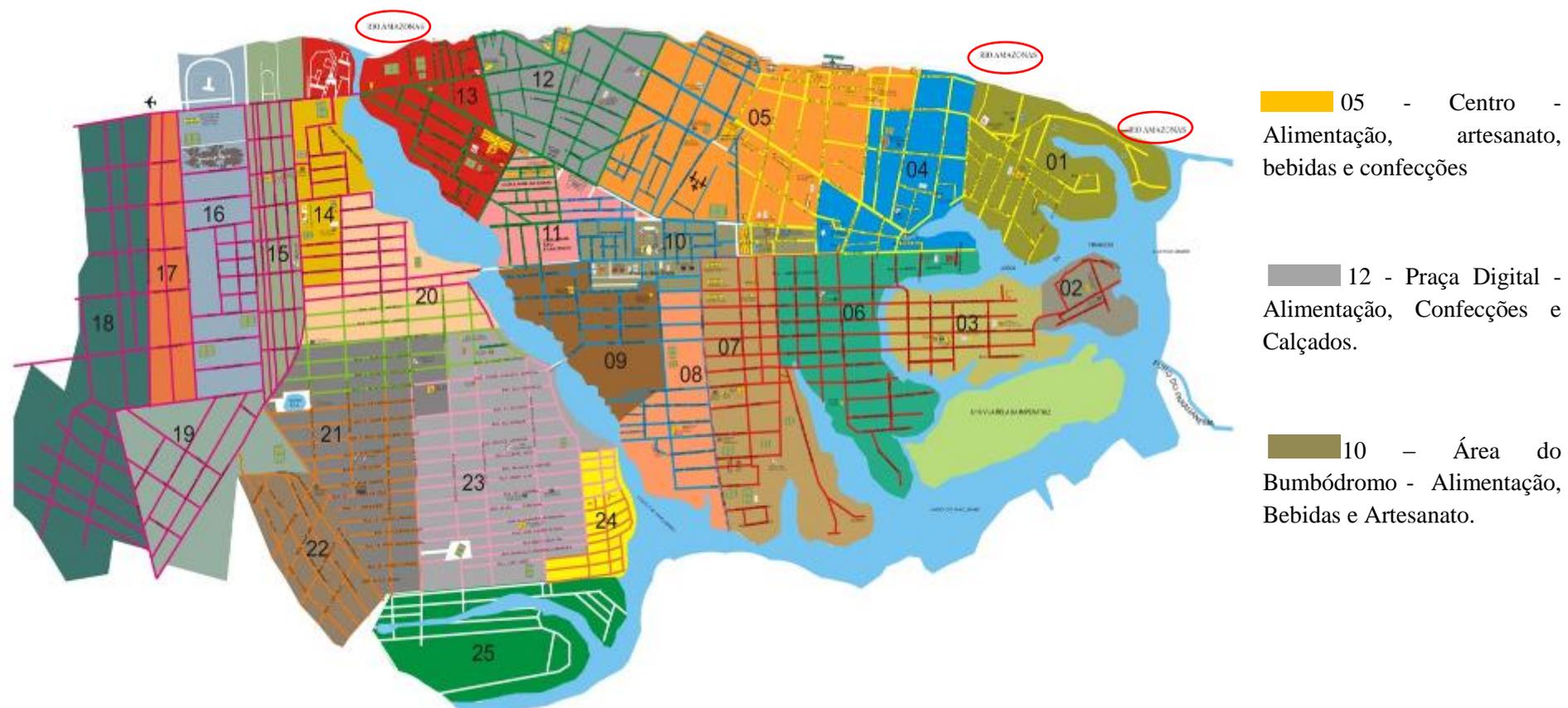


Figura 19 – Mapa do Município de Parintins / Concentração dos espaços e segmentos do Comércio Informal no período do Festival
 Fonte: Secretaria Municipal de Obras, 2013.

Deduz-se que os trabalhadores que comercializam alimentos e bebidas são alocados na orla para atender os visitantes hospedados nas embarcações. Esta é uma situação muito frequente durante o Festival Folclórico e que também é considerada, pelos próprios trabalhadores, um dos principais impactos ambientais causados no período do festival, conforme os discursos abaixo:

A poluição maior é na beirada dos rios, que é deixada principalmente pelos visitantes que vem nos barcos e ficam por lá mesmo. E esse monte de barraca de comida aqui na beira do rio? Você acha que a embalagem vai pra onde? porque no lixo mesmo eles não jogam o resto das coisas não. (Trabalhador 11)

Quando a gente fala de impacto ambiental no Festival a primeira coisa que a gente percebe é o leito do rio que fica todo poluído, cheio de lixo por causa das embarcações. Tanto as grandes quanto as pequenas, não interessa, o pessoal consome as coisas e joga nos rios. (Trabalhador 16)

A partir dos discursos verifica-se a preocupação dos trabalhadores acerca da questão ambiental, principalmente no que se refere à relação estabelecida com a natureza, que “[...] *deve ser respeitada, pois precisamos dela para tudo que fazemos na nossa vida.*” (Trabalhadora 22).

Entretanto, ainda que os trabalhadores evidenciem os impactos socioambientais, a divisão dos espaços é estabelecida pela Coordenadoria de Terras, o que impossibilita os mesmos em optar por outros locais. Nem mesmo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem evidências de estudos técnicos que pudessem orientar a divisão dos segmentos sem causar prejuízos ao ambiente.

A Coordenadora de Meio Ambiente afirmou que a instituição participa do planejamento e tomada de decisões acerca da divisão dos espaços para o comércio informal, entretanto, em seu discurso o que menos se evidencia é a preocupação com os impactos socioambientais causados pela organização do comércio informal.

A gente tem todo um trabalho de planejamento junto com as demais secretarias e instituições, a gente faz esse serviço porque precisa identificar algumas questões. Tipo assim a orla é uma área muito procurada, mas ela tem algumas limitações, por exemplo, a rampa do mercado que é a ladeira onde sobe passageiro, então a gente evita colocar ambulantes ali, porque é uma passagem né, uma entrada e saída de mercadorias. Então a gente sim, identifica estes locais juntamente com o setor de terras (Coordenadora de Meio Ambiente).

A fala da coordenadora referenda a ideia de que questão ambiental não se configura como prioridade no planejamento da divisão do comércio informal, situação que revela as contradições também nas campanhas educativas realizadas pelo poder público. De acordo com a Coordenadora as principais campanhas são realizadas principalmente nas embarcações, entretanto, a autorização por parte do poder público, para a comercialização de produtos como alimentação e bebidas próximo às águas do Rio Amazonas torna este ambiente suscetível à poluição.

Além destes segmentos mencionados, a organização do comércio informal do Festival Folclórico é dividida em diferentes categorias que funcionam como uma forma de controle do poder público sobre os trabalhadores. Tais categorias configuram-se como os espaços que serão ocupados pelos trabalhadores nos diferentes locais onde se concentra o mercado informal.

A garantia desses espaços é *comercializada*, ou seja, com exceção dos *Isentos*, todos os trabalhadores devem efetuar o pagamento de uma taxa³⁵ para garantir seu espaço no comércio informal, sendo, os valores pagos diferenciados para os trabalhadores que moram em Parintins e para aqueles que vêm de outras localidades. As categorias são divididas em *barracas padronizadas, lotes, ambulantes e isentos*, entretanto, a principal responsabilidade do poder público é na montagem e desmontagem das barracas, conforme relatou o Secretário da CTAC.

Geralmente as barracas são montadas 3 a 2 dias antes do início do festival. Geralmente fica por mais um dia ou mais após o festival, não mais que isso, até porque nós temos um contrato, fazemos uma licitação com as empresas que cobram as barracas pra gente, então nós temos um período porque eles cobram por dia, e temos um período para receber e entregar. Geralmente esse período gira em torno de 5 dias (Secretário da CTAC)

³⁵ De acordo com a entrevista do Secretário da Coordenadoria de Terras, Arrecadação e Cadastro os valores definidos para a comercialização dos espaços tem como base a Unidade Financeira Municipal (UFM) que é a alíquota municipal. A cobrança da taxa é calculada de acordo com o espaço que será ocupado pelos trabalhadores, ou seja, cada m² refere-se a uma UFM. No caso dos ambulantes, que não ocupam espaço fixo o secretário afirmou que é cobrado apenas um percentual de alíquota.

O Quadro 11 sintetiza a divisão dos espaços por categoria, bem como sinaliza o número de trabalhadores cadastrados em 2013.

Síntese da Comercialização de espaços por Categoria em 2013			
Barraca Padronizada	Lotes	Ambulantes	Isentos
			
Barraca montada pela prefeitura, porém, sem os recursos necessários para o trabalho.	Espaços definidos pela prefeitura e vendidos aos trabalhadores. Os recursos e a barraca são de responsabilidade do próprio trabalhador.	Trabalhadores que circulam por todos os locais no município, sem um ponto fixo.	Trabalhadores que atuam de forma permanente em um espaço de trabalho.
Valores: Trabalhadores de Parintins: R\$ 150,00 Trabalhadores de outras localidades: R\$ 350,00	Valores: Trabalhadores de Parintins: R\$ 70,00 Trabalhadores de outras localidades: R\$ 100,00	Valores: Trabalhadores de Parintins: R\$ 30,00 Trabalhadores de outras localidades: R\$ 60,00	Isentos de Taxas
Total de Cadastros: 154 148 – Trabalhadores parintinenses 6 – Trabalhadores de outras localidade	Total de Cadastros: 200 90- Trabalhadores Parintinenses 110 - Trabalhadores de outras localidade	Total de Cadastros: 179 143- Trabalhadores Parintinenses 36 - Trabalhadores de outras localidade	Não Informado

Quadro 11 – Divisão de comercialização de espaços por Categorias
Fonte: Coordenadoria de Terras, Arrecadação e Cadastro, 2013.

É importante ressaltar que os trabalhadores que fazem parte de Associações, que também compõem o universo de trabalhadores informais no Festival Folclórico, pagam uma taxa estipulada no valor de R\$ 30,00 e não precisam comparecer à prefeitura, uma vez que a própria associação envia um documento especificando os dados pessoais completos.

Na organização do trabalho informal do Festival a figura do poder público remete-se à *fiscalização*. Em geral, as ações são sempre direcionadas ao controle das atividades dos trabalhadores. Uma dessas ações refere-se à emissão de crachás de identificação para os trabalhadores, que de acordo com o Secretário da CTAC “(...) foram implantados para impedir que pessoas que viessem de fora comprassem o espaço que, por privilégio, pertence aos parintinenses, fato que vinha acontecendo todos os anos.”

A situação relatada pelo Secretário refere-se à comercialização das barracas pelos próprios arrendatários, ou seja, o trabalhador parintinense que adquire o espaço e vende para terceiros por um valor superior àquele pago à prefeitura. Mesmo com o massivo controle da prefeitura foi possível constatar que algumas barracas estavam com placas de vendas, situação que remete a questionamentos acerca da fiscalização do poder público.

Outra situação identificada durante o levantamento exploratório foi o *monopólio de barracas* por trabalhadores que eram proprietários de várias destas. Nesta situação, os trabalhadores que tinham a posse dos locais contratavam outros trabalhadores para atuarem em suas barracas durante os três dias do Festival sem qualquer legalidade trabalhista.

Considerando as análises de Alves e Tavares (2009) verifica-se nesta situação a relação entre os Trabalhadores por Conta Própria e os Trabalhadores Informais Tradicionais Ocasionalmente, sendo o primeiro um produtor simples de mercadoria que subcontrata força de trabalho e o segundo aquele que vive momentos de desemprego e se submete a trabalhos precários, realizando o que comumente se denomina de *bicos*. Entretanto, conforme já evidenciado, ambos estão sujeitos às condições degradantes impostas no contexto da Informalidade.

As duas situações apresentadas acerca da garantia dos espaços revela contradições no processo de aquisição, principalmente das barracas, o que não é tão simples quanto parece, pois existe todo um processo estabelecido pelo poder público que inicia pelo cadastramento e finaliza na entrega dos crachás. Pelo menos duas semanas antes de começar o Festival Folclórico, filas quilométricas são formadas pelos trabalhadores informais no entorno do CTAC para a realização do cadastramento e posteriormente para o recebimento dos crachás.

Durante a observação de campo, constatou-se que o processo é tumultuado e ainda que o Secretário afirme que no ano de 2013 “(...) foram adotadas medidas, tais como a distribuição de senhas, que evitaram o acúmulo de pessoas e a formação de filas” 63% dos trabalhadores afirma que tiveram dificuldades para garantir o espaço de trabalho no Festival, conforme os relatos a seguir:

Para mim foi uma guerra. Para fazer o cadastro tive que ficar toda madrugada, peguei muita chuva para conseguir me cadastrar. Ou você dorme ou tem que pagar alguém para ficar para você na fila. É muito difícil. (Trabalhador 1)

Fui 2 horas da manhã para dormir lá. Depois foi mais um dia andando para pagar taxa. E depois um dia de novo na fila para pegar o crachá. Esse tempo todo levou do dia 12 de junho até o dia 26 de junho. (Trabalhador 19)

Enfrentei uma fila para conseguir o local na prefeitura, tive que dormir por lá. Tudo estava uma bagunça porque a gestão da Secretaria de Terras foi trocada recentemente. Aí quando eu vim para a barraca, outra raiva que eu tive porque é pequena, sem espaço nem pra gente nem para cliente sentar. O valor que paguei não foi nada justo porque não tem água e nem tem luz e aí mais dinheiro porque paguei para a Eletrobrás R\$ 85,00 para eles fazerem a fiação. (Trabalhadora 23)

O discurso da Trabalhadora 23 sinaliza que o Trabalho Informal no Festival Folclórico necessita de maior organização, não apenas nos procedimentos administrativos, mas principalmente no que se refere às condições de trabalho que são oferecidas aos trabalhadores. É evidente que estas condições se diferenciam de acordo com as categorias, por exemplo, os trabalhadores de Lotes, Ambulantes e Isentos não recebem recursos do poder público para desenvolver suas atividades, entretanto são obrigados a efetuar o pagamento das taxas sem qualquer contrapartida.

Quando se trata dos trabalhadores das barracas padronizadas, a realidade é ainda mais contraditória, pois o investimento é maior e a estrutura das barracas não atende nem mesmo as necessidades básicas para o trabalho, tais como água e energia elétrica.

A ausência de condições trabalho facilita a ocorrência dos impactos ambientais à medida que os trabalhadores, principalmente os de alimentação, não encontram condições de saneamento para realizar suas atividades. No que diz respeito à ocorrência de impactos, 60% dos trabalhadores entrevistados afirmaram que sua atividade pode prejudicar o ambiente e relataram algumas situações que podem ocasionar esta situação:

Tudo que eu faço aqui agride o rio porque eu não tenho para onde mandar a água que eu uso, não tem encanamento. Essa água que eu tiro aqui desce toda suja e vai poluir o rio. Mas o que a gente pode fazer? A prefeitura mesmo não está preocupada com isso. (Trabalhadora 20)

Porque tudo que eu faço aqui gera poluição com os resíduos. (Trabalhador 4)

Prejudica sim. Um monte de fumaça que tem aqui perto do rio ao mesmo tempo, durante três dias seguidos. Prejudica e muito. (Trabalhadora 18)

Prejudica sim [...] se a gente não tiver cuidado com a matéria prima do artesanato, por exemplo, eu trabalho com uma planta que é tirada da beira do rio e pra tirar esta planta tem que saber tirar, tem que ter todo cuidado pra não arrancar com a raiz, senão ela não volta mais a nascer. Se a pessoa que fornece pra gente essa planta não souber tirar, ela prejudica o meio ambiente e também a nossa atividade. (Trabalhador 33)

Pode-se afirmar que todas as situações relatadas fundam-se sob o aspecto socioambiental à medida que, a realização do seu trabalho, que atende as suas necessidades vitais, perpassa a relação com a natureza. Entretanto, é necessário reconhecer a ausência de oferta, por parte do poder público, de serviços como saneamento básico e gestão de resíduos sólidos, o que condiciona o trabalhador a gerar o impacto ambiental que atinge não só o recurso natural, mas toda a população, uma vez que este é de uso coletivo.

Estas constatações revelam na verdade, a precarização das questões estruturais e da incipiência das políticas públicas do município, questões já abordadas no capítulo 2. Entretanto, o papel do poder público seria de proporcionar aos trabalhadores informais condições de trabalho dignas, uma vez que o destino da verba arrecadada é justamente para a organização destas atividades durante o Festival.

Sob este aspecto, pelo menos 80% dos trabalhadores entrevistados afirmaram que as condições de trabalho durante o Festival não são adequadas e os principais motivos decorrem de questões estruturais presentes no município, conforme os relatos seguintes:

A gente não tem água, a gente não tem luz. Paga a taxa, mas não tem nada disso. O esgoto é a céu aberto, nada adequado para quem trabalha com comida como eu.”(Trabalhador 2)

Essas barracas não dão nenhuma proteção pra gente contra sol e contra chuva. O valor que a gente paga não vale. (Trabalhadora 7).

Verifica-se neste cenário a precarização das condições de trabalho, situação intrínseca ao processo de Informalidade e presente no universo dos trabalhadores informais do Festival, onde “(...) as ocupações são caracterizadas pela maior precariedade em termos de qualidade da atividade, em termos de condições de trabalho, de salário e de organização por categoria.” (LIRA, 2012, p. 175).

As precárias condições de trabalho vivenciadas por estes trabalhadores envolvem um universo de situações que são imperceptíveis aos consumidores, principalmente no que se refere ao segmento de alimentação. As observações de campo permitiram perceber que as condições de higiene e de manipulação dos alimentos são preocupantes e este foi um dos fatores que determinou a escolha dos *trabalhadores de barracas de alimentação* como informantes da pesquisa.

Especificamente na orla do município, onde foi realizada a observação de campo, verificou-se a ausência de água encanada em todas as 35 barracas instaladas no local, sendo que destas, 25 eram de alimentação e 15 de Artesanato. O poder público disponibilizou apenas duas torneiras para atender todos os trabalhadores, que eram obrigados a encher vários vasilhames e deixar nas barracas para o preparo dos alimentos e higienização das louças. Alguns preferiam não utilizar a água da torneira e optavam por comprar garrações de água das distribuidoras de bebidas, fator que causou prejuízo às finanças.

Na ausência de recursos básicos os trabalhadores atuavam no improvisado, manipulando os alimentos no mesmo local, sem as condições necessárias de higiene. Especificamente nas barracas de alimentação acumulavam-se sacolas, panelas, talheres, louças, caixas de isopor e outros materiais necessários para o trabalho. Para uma das trabalhadoras entrevistadas “a organização das barracas foi uma verdadeira bagunça, uma falta de consideração com os trabalhadores que pagaram um valor absurdo pelo espaço.” (Trabalhadora 35).

Contraditoriamente, todos os trabalhadores que comercializaram alimentação foram obrigados a participar de um curso de Manipulação de Alimentos ministrado pela Vigilância Sanitária do Município. Entretanto, questiona-se: *que recursos o poder público proporcionou aos trabalhadores para que estes cumprissem com as determinações estipuladas no referido treinamento?*

A partir das observações de campo, pode-se afirmar a omissão por parte do poder público no que se refere à estrutura adequada para os trabalhadores, principalmente os do segmento de alimentação. O que se constata é uma verdadeira desordem no que se refere à dinâmica do Trabalho Informal durante o Festival. As Imagens abaixo demonstram essa realidade.



Figura 20 – Visão de fundos das barracas
Fonte: Observação de Campo, 2013.



Figura 21 – Trabalhadora tratando peixe sem as mínimas condições de higiene.
Fonte: Observação de Campo, 2013.



Figura 22- Trabalhadora cortando frango sem as mínimas condições de higiene.
Fonte: Observação de Campo, 2013.



Figura 23- Condições da parte interna das barracas.
Fonte: Observação de Campo, 2013.

Fica claro que estes trabalhadores foram submetidos a condições de trabalho que também têm impactos sobre suas condições de vida, saúde e segurança, uma vez que são expostos a riscos e não recebem recursos para evitar tais situações. Mas afinal, *quem são estes trabalhadores? Quais são as suas condições de vida? Por que atuam na Informalidade? Qual a importância do Festival Folclórico para estes trabalhadores? E qual a rotina destes trabalhadores durante este período? O que pensam sobre as questões socioambientais? E de que forma isso influencia no trabalho que executam?* Tais questionamentos serão esclarecidos na discussão do próximo tópico.

3.3. A voz dos trabalhadores informais do Festival: condições de vida e trabalho

A dinâmica do Trabalho Informal no decorrer do Festival Folclórico de Parintins assume características peculiares, primeiro por ser sazonal, segundo por fazer parte do contexto de uma festa conhecida mundialmente e terceiro porque a relação dos trabalhadores com o Festival ultrapassa o âmbito comercial, uma vez que faz parte da identidade do município.

Neste universo particular que compõe o mundo do trabalho, foram identificadas todas as Categorias de Trabalhadores Informais mencionadas na literatura especializada que serviu de base teórica deste estudo. As entrevistas realizadas junto aos trabalhadores informais que atuam no Festival Folclórico permitiram conhecer suas condições de vida e trabalho, tanto no período da festa, quanto no que vivenciam em seu cotidiano. No Quadro 11 verifica-se o Perfil dos trabalhadores informais entrevistados.

Trabalhador Informal	Gênero	Estado Civil	Naturalidade	Onde Mora Atualmente	Residência	Moram com você	Tem filhos
1	M	Casado	Parintins	Parintins	Própria	2	Sim
2	M	Solteiro	Parintins	Parintins	Própria	4	Não
3	F	Casada	Parintins	Parintins	Alugada	2	Sim
4	M	Solteiro	Parintins	Barreirinha	Alugada	7	Não
5	M	Casado	Barreirinha	Parintins	Alugada	3	Sim
6	F	Solteira	Parintins	Parintins	Própria	8	Sim
7	F	Solteira	Santarém	Parintins	Própria	6	Sim
8	M	Solteiro	Parintins	Parintins	Própria	6	Sim
9	M	Solteiro	Parintins	Parintins	Própria	4	Sim
10	M	Solteiro	Caburi	Parintins	Alugada	5	Sim
11	M	Solteiro	Parintins	Parintins	Própria	5	Sim
12	M	Viúvo	Nhamundá	Parintins	Própria	4	Sim
13	M	Casado	Parintins	Parintins	Própria	4	Sim
14	F	Divorciada	Itaituba	Parintins	Própria	7	Sim
15	F	Casada	Oriximiná	Parintins	Própria	3	Sim
16	M	Casado	Manaus	Manaus	Própria	4	Sim
17	F	União Est.	Parintins	Parintins	Própria	3	Sim
18	F	Solteira	Manaus	Manaus	Própria	8	Sim
19	M	União Est.	Parintins	Parintins	Própria	5	Sim
20	F	União Est.	Parintins	Parintins	Própria	7	Sim
21	F	Casada	Maués	Parintins	Própria	5	Sim
22	F	Solteira	Parintins	Parintins	Própria	4	Sim
23	F	Casada	Parintins	Parintins	Cedida	8	Sim
24	F	Casada	Parintins	Parintins	Própria	5	Sim
25	M	Casado	Parintins	Manaus	Própria	5	Sim
26	F	Solteira	Parintins	Parintins	Cedida	14	Sim
27	M	União Est.	Parintins	Parintins	Própria	12	Sim
28	F	Casada	Parintins	Parintins	Própria	6	Sim
29	M	Solteira	Parintins	Parintins	Própria	5	Sim
30	M	Solteira	Parintins	Parintins	Própria	8	Não
31	F	Casada	Belém	Parintins	Alugada	5	Sim
32	M	Casado	Parintins	Parintins	Própria	4	Sim
33	F	União Est.	Parintins	Parintins	Própria	3	Sim
34	F	União Est.	Parintins	Parintins	Própria	2	Sim
35	F	Casada	Ceará	Parintins	Própria	7	Sim

Quadro 12: Perfil dos Trabalhadores Informais que atuam no Festival Folclórico

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Os resultados apresentados acerca do perfil dos trabalhadores revela que 69% dos entrevistados é natural de Parintins. E que também 89% residem no município. Tal

informação contradiz o imaginário popular, em que se acredita que grande parte dos trabalhadores informais que atuam no Festival são provenientes de outros municípios.

No que se refere ao Gênero dos entrevistados, chama atenção o número de mulheres que atua na informalidade durante o Festival Folclórico, perfilando um total de 51% dos entrevistados. Este fenômeno pode ser entendido a partir da análise de Hirata (2001) que afirma ser este um efeito da Globalização que oportunizou o crescimento das mulheres no mercado de trabalho, entretanto, essa participação se traduz principalmente em trabalhos precários e vulneráveis, o que inclui a Informalidade.

Quanto ao Estado Civil, verifica-se que 43% dos trabalhadores são casados, 34% são solteiros e 17% estão na condição de União Estável. Os trabalhadores que estão na condição de Viúvo e/ou Divorciado totalizam apenas 6% dos entrevistados. A pesquisa não se propôs a realizar a identificação da composição familiar, entretanto, as observações durante a pesquisa de campo permitiram identificar a predominância da família nuclear e família monoparental, sendo esta última centrada na figura da mulher.

O número de famílias extensas também tem destaque, especialmente porque neste tipo de composição familiar constatou-se que as atividades informais foram passadas de geração para geração.

Outra importante característica refere-se à Faixa Etária dos entrevistados, em que se destacaram os trabalhadores com mais de 49 anos (29%), os trabalhadores de 33 a 37 anos (17%) e o segmento mais jovem, sendo os de 18 a 22 anos (15%) e entre 23 a 27 anos (15%), conforme ilustra o Gráfico 2.

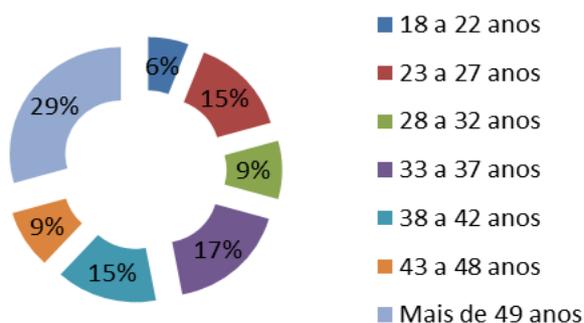


Gráfico 2 – Idade dos Trabalhadores
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

De acordo com a síntese dos Indicadores Sociais do IBGE publicada em 2012, atualmente 44,2 milhões de brasileiros que sobrevivem do Trabalho Informal são Pessoas Idosas e jovens entre 16 a 24 anos. Tal situação pressupõe duas tendências absurdas do mercado de trabalho contemporâneo: a exclusão por Idade e a exigência de experiência profissional. Uma das trabalhadoras reafirma esta questão quando relata sua dificuldade em conseguir emprego, pois “(...) com esta idade, quem vai querer me contratar? As pessoas já não querem mais aceitar ninguém por causa de idade.” (Trabalhadora 20).

No que se refere à Escolaridade, verifica-se que 40% dos trabalhadores entrevistados possuem Ensino Médio, que atualmente é requisito mínimo para inserção no mercado de trabalho. Outra questão que deve ser destacada é que 6% destes trabalhadores tem o Ensino Superior Completo, situação que pressupõe a ausência de oportunidades de trabalho em Parintins para profissionais especializados. O Gráfico 3 evidencia o percentual de escolaridade dos trabalhadores entrevistados.

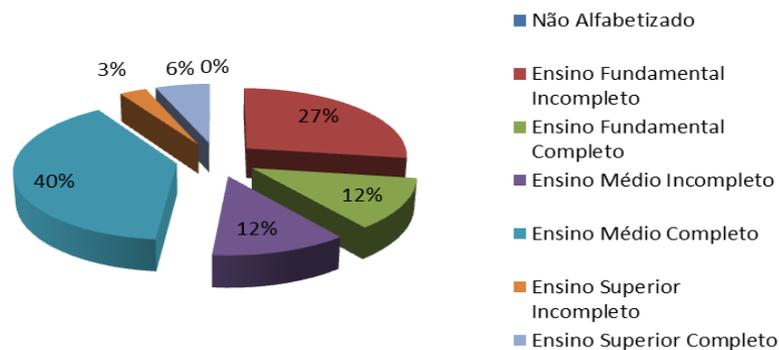


Gráfico 3 – Escolaridade dos Trabalhadores
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Além da questão da Escolaridade, 74% dos trabalhadores afirmaram que têm uma profissão, entretanto, 89% dos mesmos encontram-se em situação de *Desemprego*. Na atual dinâmica do mercado de trabalho, o fato de ter uma profissão não se configura como garantia de emprego, pois “(...) o trabalho dos nossos dias é um trabalho mais *desespecializado e multifuncional*, de fato mais intensamente explorado.” (Antunes, 2012, p.63).

Por outro lado, nem todos os trabalhadores entrevistados estão na condição de Desempregados. No Universo de 11% de trabalhadores foram identificados trabalhadores assalariados, aposentado e funcionário público que atuam na Informalidade, principalmente para a complementação de renda.

Tal situação permite afirmar que no Trabalho Informal em Parintins encontram-se trabalhadores formais atuando na Informalidade, situação mencionada por Malaguti (2009) quando afirma que *a formalidade* penetra a *Informalidade* e nutre-se desta em diversas situações.

No caso particular do Festival de Parintins, não são apenas os trabalhadores informais das ruas que atuam na Informalidade, grande parte dos moradores aproveita o período de festa para garantir renda extra. Neste caso, é muito comum durante o Festival os integrantes da população de Parintins alugarem suas residências e, também, organizarem comércios em suas próprias casas, situações que estão inseridas em um processo de Informalidade.

Outra evidência curiosa revelada pela pesquisa de campo é que quando questionados sobre sua atual condição, alguns trabalhadores se intitularam *autônomos* e não se reconhecem enquanto trabalhadores informais, denominando-se *microempresários*. De acordo com Cacciamali (2000) este grupo é caracterizado principalmente por aqueles com pouco nível de capital físico e humano que são patrões e empregados de si mesmo, além disso, atuam prioritariamente na produção e na prestação de serviços. A autora ainda complementa afirmando que, este grupo sobrevive do suficiente para manutenção da sua reprodução e de sua família, uma vez que não possuem capitalização e organização no trabalho.

De fato, a situação de reprodução fica clara quando são analisadas as condições econômicas dos trabalhadores em seu cotidiano. No que se refere à Renda Familiar Mensal, 34% dos trabalhadores afirmaram ter renda entre 1 a 2 salários mínimos, outros 34% sobrevivem com renda menor que 1 salário mínimo e o mais agravante é que 9% destes trabalhadores afirmaram não ter nenhuma renda, sobrevivem apenas do que comercializam nas ruas de Parintins, conforme afirma uma das trabalhadoras : *“trabalho para comer, só pra isso e olhe lá, porque tem dia que dá dinheiro e outros que não aparece R\$1,00. Aí a gente só compra o pão de manhã e comemos isso o dia inteiro.”* (Trabalhadora 17).

A condição de vulnerabilidade social³⁶ em que vivem, obriga os trabalhadores à inserção em Programas de Transferência de Renda, tal como o Programa Bolsa Família, onde 49% dos entrevistados são beneficiários. Entretanto, esta não é uma situação confortável para os mesmos, pois *“o certo era ter emprego pra todo mundo, pra todo mundo viver bem, se sustentar, sem depender dessa miséria que o governo passa pra gente todo mês.”* (Trabalhadora 34).

Na concepção de Lira (2012):

[...] os problemas associados à Informalidade vão além da maior precarização das condições de trabalho, implicam uma degradação da qualidade de vida e da proteção social, pois essas condições fazem com que os trabalhadores informais apresentem um grau de vulnerabilidade muito elevado, por não disporem de cobertura de Seguridade nem de qualquer direito trabalhista que possa ampará-los e às suas famílias em situação de afastamento temporário ou definitivo do trabalho (p.193).

Estas problemáticas, ocasionadas principalmente pela ausência de emprego e da proteção social, obriga os trabalhadores de Parintins a se inserirem na Informalidade, sendo esta a única alternativa para garantir o atendimento de suas necessidades básicas. É também por estes motivos que os trabalhadores informais criam tantas expectativas em relação à realização do Festival Folclórico, pois *“este é o único período que circula dinheiro na cidade, então tem que aproveitar para ganhar dinheiro para o ano inteiro”* (Trabalhador 20).

Em sua totalidade, os trabalhadores acreditam que o Festival é a principal fonte para a economia do município, mesmo que ocorra em apenas um período do ano, conforme afirma um dos trabalhadores.

“ Eu vejo que se não fosse os bois, se não tivesse esse festival, Parintins não tinha progredido tanto o que progrediu agora. E olha que só acontece uma vez no ano. Se você conversa com outros colegas, de outros municípios que não tem o nosso festival, você vai ver que hoje a melhor saúde que tem nos municípios do interior do estado é o de Parintins. Eu disse pra ele se a de Parintins é a melhor dos municípios, Deus me livre o resto” (Trabalhador Grupo Focal, 2014).

³⁶ O entendimento sobre vulnerabilidade social preconizado na Política Nacional de Assistência Social (2004) compreende a situação de pobreza, do cidadão privado de renda e acesso aos serviços públicos, bem como na fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social.

O discurso do trabalhador acerca da realização do festival no município ultrapassa as questões econômicas, e se revela também até como parâmetro para a reflexão sobre a qualidade das políticas públicas nos outros municípios do Amazonas. A noção de progresso transmitida pelo trabalhador refere-se essencialmente às condições econômicas do município e, de certa forma, desconsidera as inúmeras problemáticas socioambientais manifestadas principalmente pela realização da festividade.

Os trabalhadores entrevistados conhecem detalhadamente a dinâmica do trabalho informal do Festival e esta *experiência* provém da quantidade de tempo em que os mesmos atuam na festa. No Gráfico 4, destacam-se os trabalhadores que atuam durante o Festival há mais de 11 anos (40%), bem como os 34% que desenvolvem estas atividades entre o período de 1 a 5 anos. Outros 20% atuam entre 6 e 10 anos e apenas 6% iniciou suas atividades no ano de 2013.

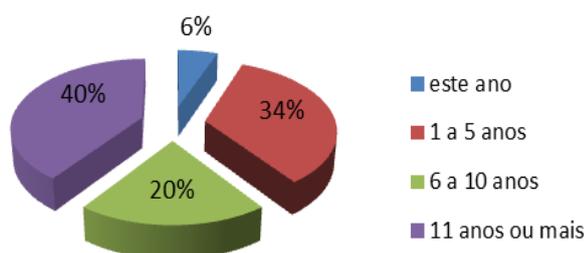


Gráfico 4 – Tempo de atuação durante o Festival Folclórico
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Um aspecto importante a ser destacado é que a participação destes trabalhadores na festa é essencialmente para o trabalho, pois 54% revelaram que nunca participaram da festa no *bumbódromo*. Os outros 46% disseram ter participado em média apenas 3 vezes, isto porque “*a prioridade são as vendas e o trabalho. O Festival a gente assiste depois no DVD, vai para os ensaios, participa da alvorada. Mas no período mesmo a gente precisa trabalhar*” (Trabalhador 31).

E este trabalho não inicia dias antes da festa, em muitos casos acontece em meses e até o ano inteiro. Esta é uma condição necessária para garantir a renda no período do Festival³⁷, e para isso, os trabalhadores necessitam planejar suas atividades.

Os resultados da pesquisa revelam que 46% dos trabalhadores começam a organizar suas atividades entre 1 e 2 meses antes do festival, outros 23% levam de 5 a 8 meses e por fim um percentual de 31% dos trabalhadores concentram-se no grupo que se organiza entre 6 meses a 1 ano antes da festa, ou seja, preparam-se durante todo o ano. Os trechos a seguir retratam esta realidade.

“Olha, o negócio é assim: eu passo o ano inteiro trabalhando só esperando o Festival Folclórico, aí quando chega eu vendo três dias seguidos para me sustentar o ano inteiro. Eu pago todas as minhas contas, guardo um pouco para comer e depois começo a trabalhar de novo. Depois que passa o festival fica só no pinga-pinga, um dia tem, outro dia não tem e assim a gente vai vivendo.” (Trabalhadora 34)

“O trabalho é dobrado, em compensação o que eu ganho eu sobrevivo o ano inteiro. Claro que algumas coisas a gente não consegue ter, mas o principal a gente consegue sim.” (Trabalhadora 28)

Mas esta organização depende também da cooperação de outras pessoas, pois em geral, “[...] para realizar suas atividades os trabalhadores informais necessitam da ajuda da família, ou contratam outros profissionais que os auxiliem.” (TAVARES, 2004, p.31). Neste caso, 57% dos trabalhadores afirmaram que recebem ajuda de alguém da família para exercer suas atividades durante o Festival Folclórico.

Esta preparação exige também a preparação dos produtos, seja este artesanato ou alimentação. Desta forma, 63% dos trabalhadores afirmaram que o produto comercializado é de fabricação própria e os outros 37% sinalizaram que compram os produtos para revenda. Em geral 77% compram a mercadoria no município e outros 23% compram na Capital Manaus, em razão das dificuldades em conseguir matéria prima em Parintins.

Tanta expectativa e preparação em torno do Festival Folclórico reside, principalmente, pela ausência de oportunidades de emprego no município, ocasionada pela ineficácia das

³⁷ Para os trabalhadores o “período do Festival” compreende os 5 dias que antecedem a festa e mais os três dias da festividade. Alguns ainda sinalizaram que seguem trabalhando na Festa de Nossa Senhora do Carmo, que ocorre no mês de julho, logo após o término do Festival.

Políticas Públicas, principalmente no que se refere ao Emprego, Trabalho e Renda. Para Serra (2009) essas políticas não são suficientes para atender a precariedade do mercado de trabalho, visto que não estão centradas na busca efetiva do emprego, mas sim focando em ações que visam o enfrentamento dos efeitos do desemprego e não a mudança de situação de emprego das pessoas.

Entretanto, presume-se ser cômodo para o poder público o fortalecimento da ideia de que o Festival é o principal propulsor da economia do município, pois assim, inibe possíveis manifestações dos trabalhadores, por meio de *pseudoexpectativa* de que os rendimentos durante o Festival Folclórico são suficientes para atender as necessidades dos trabalhadores por um longo período de tempo.

Visando a contestação de tal discurso tão arraigado no imaginário popular em Parintins, foram investigados os rendimentos dos trabalhadores informais durante o festival e já nos resultados as incoerências são visíveis. A partir das informações consolidadas no Quadro 13, verificou-se que os trabalhadores do segmento de Artesanato, por exemplo, têm maior lucro em função do valor de seu produto e os de alimentação já não alcançam lucros tão satisfatórios. De qualquer forma, em ambos os casos, seria inconcebível afirmar que os valores são suficientes para atender as necessidades dos trabalhadores por um longo período de tempo.

Trabalhador Informal	Segmento	Profissão	Renda Adquirida no Festival
1	Artesanato	Artesão	R\$ 1.000,00
2	Alimentação	Industriário	R\$ 2.000,00
3	Alimentação	Não identificou	R\$ 2.300,00
4	Alimentação	Vendedor	R\$ 4.000,00
5	Artesanato	Locutor de Rádio	R\$ 2.000,00
6	Artesanato	Artesão	R\$ 1.000,00
7	Artesanato	Artesão	R\$ 2.000,00
8	Artesanato	Vendedor	R\$ 2.500,00
9	Artesanato	Atendente	R\$ 1.400,00
10	Alimentação	Não identificou	R\$ 500,00
11	Alimentação	Operador de Máquinas	R\$ 900,00
12	Artesanato	Operador de Máquinas	R\$ 700,00
13	Artesanato	Serviços Gerais	R\$ 1.800,00
14	Artesanato	Serviços Gerais	R\$ 2.000,00
15	Artesanato	Artesã	R\$ 3.000,00
16	Artesanato	Agrônomo	R\$ 4.000,00
17	Alimentação	Não Identificou	R\$ 1.000,00
18	Alimentação	Costureira	R\$ 3.000,00
19	Artesanato	Artesão	R\$ 5.000,00
20	Alimentação	Cozinheira	R\$ 2.500,00

21	Alimentação	Cozinheira	R\$ 1.500,00
22	Artesanato	Artesã	R\$ 4.000,00
23	Artesanato	Artesã	R\$ 3.000,00
24	Alimentação	Não identificou	R\$ 1.500,00
25	Artesanato	Artesã	R\$ 3.600,00
26	Alimentação	Costureira	R\$ 2.000,00
27	Alimentação	Costureira	R\$ 2.000,00
28	Artesanato	Artesã	R\$ 2.000,00
29	Artesanato	Artesã	R\$ 3.000,00
30	Alimentação	Eletricista	R\$ 180,00
31	Alimentação	Cozinheira	R\$ 1.500,00
32	Artesanato	Monitor de Ed. Física	R\$ 10.000,00
33	Artesanato	Cozinheira	R\$ 5.000,00
34	Artesanato	Artesã	R\$ 15.000,00
35	Artesanato	Rep. Comercial	R\$ 2.000,00

Quadro 13: Rendimentos dos Trabalhadores no período do Festival divididos por segmento.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A inviabilidade da renda justifica o “sonho” do emprego de *carteira assinada* manifestado por 83% dos trabalhadores entrevistados, que afirmam que gostariam de trabalhar de carteira assinada. No caso dos trabalhadores informais do Festival, isso se explica porque “[...] a informalidade é apenas uma forma que os trabalhadores procuram para sobreviver e em muitos casos até desistiram de procurar emprego.” (SINGER, 2001).

Os trabalhadores entrevistados concebem a carteira de trabalho como a porta de acesso aos direitos sociais e, conseqüentemente, a sua reafirmação como cidadãos na sociedade. No contexto da Informalidade esse papel é invertido, tendo em vista que os rendimentos são cada vez mais reduzidos em função da inserção dos trabalhadores em ocupações precárias de trabalho, situação que agrava as desigualdades sociais.

No Quadro 13 são sintetizados os principais motivos pelos quais os trabalhadores gostariam de trabalhar de carteira assinada.

Categorização	Trechos de alguns dos Discursos
Segurança Financeira	<p>“Esta é uma forma de trabalho fixo, sem ter que me sujeitar a algumas coisas.” (Trabalhadora 28)</p> <p>“Porque seria uma forma de ajudar com as despesas da casa. O que a gente ganha hoje não atende as nossas necessidades.” (Trabalhadora 27)</p> <p>“Um salário fixo todo mês. Isso já seria o suficiente pra mim, saber que no final do mês tem um dinheiro certo.” (Entrevistado 5)</p> <p>“Porque é uma garantia. Eu sempre trabalhei como ambulante e passei várias dificuldades.” (Trabalhador 6)</p>

Direitos Sociais	<p>“com a carteira assinada a gente teria onde se apoiar na hora de conseguir aposentadoria.”(Trabalhador 5)</p> <p>“Pra ficar mais fixo, ter mais segurança. Além disso, receber os direitos trabalhistas, o FGTS e ainda poder pagar o INSS.” (Trabalhador 9)</p> <p>“Pra mim é o trabalho de carteira assinada que me garante todos os meus direitos, deveria ser assim pra todo mundo.”(Trabalhador 27)</p>
------------------	---

Quadro 14- Motivos pelos quais gostaria de trabalhar com carteira assinada
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Os trabalhadores reconhecem a importância do acesso aos direitos sociais em todos os âmbitos, principalmente na questão previdenciária, que proporciona maior segurança nas situações em que ficam impossibilitados de trabalhar. A ausência dessa proteção social talvez seja um dos maiores agravantes da Informalidade e o que mais chamou atenção na pesquisa foi que 89% dos trabalhadores entrevistados afirmou não contribuir com a Previdência Social pelos seguintes motivos:

“Porque o valor é muito alto e pra gente que não sabe quanto pode ganhar por mês fica impossível.” (Trabalhador 1)

“Por falta de interesse mesmo, nunca procurei me informar para fazer o cadastramento.”(Trabalhador 19)

“E se eu não tenho carteira assinada eu posso? Pra mim o INSS era só pra quem trabalha, não tenho informação sobre isso não.” (Trabalhadora 26)

“Eu paguei por um tempo, mas me faltou condições para continuar pagando. Mas eu sei o quanto é importante. (Trabalhador 25)

Para a Previdência Social a inclusão dos trabalhadores informais ocorre como Contribuinte Individual e foi constituída pela Lei n. 9.876 de 26 de Novembro de 1999, que considera, entre outros trabalhadores, *aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.* (Artigo 12, paragrafo V).

Entretanto, a dificuldade dos trabalhadores informais reside no cumprimento do pagamento da contribuição, visto que a renda mensal é instável, ou como expressam entre si, uma *renda pinga-pinga, onde um dia pinga alguma coisa e no outro não pinga nada*, expressão muito utilizada entre os trabalhadores entrevistados.

Mesmo nestas condições, alguns trabalhadores relataram ser possível o pagamento das contribuições quando se faz um planejamento da renda. Estes trabalhadores fazem parte do

Universo de 17% que afirmaram que não trabalhariam de carteira assinada, principalmente porque na informalidade é possível ser *seu próprio patrão*. Os trechos abaixo revelam essa opinião:

Não gostaria de trabalhar de carteira assinada. Eu acho que demora muita a receber, eu aqui vendo para mim mesma, todo dia eu vendo alguma coisa. Mesmo sendo pouco, o dinheiro é meu. (Entrevistada 7)

Não. Eu particularmente gosto de ficar aqui porque eu acho que eu ganho mais. Esse negócio de 1 e 2 salários não dá certo. Além disso faço meu horário.” (Trabalhador 8)

Eu nunca mais trabalharia de carteira assinada, eu acho o salário mínimo algo deprimente. (Trabalhadora 16)

A noção de *independência* é também constituída no processo de informalidade, para transmitir ao trabalhador a fantasiosa ideia de autonomia, que na verdade funciona como “ [...] mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais.” (TAVARES, 2004, p.18).

Complementando este pensamento Malaguti (2000) afirma que a vontade de se tornar um trabalhador autônomo, independente, não exprime o desejo real dos trabalhadores, mas representa a única forma de escapar do desemprego e dos salários degradados, ou seja, por estarem impedidos de tornarem-se assalariados, os trabalhadores tornam-se pequeno patrão ou trabalhador de si próprio.

Em síntese, ainda que sinalizem dificuldades ou satisfações, certezas ou incertezas todos os trabalhadores afirmaram que existem *vantagens* e *desvantagens* no contexto do Trabalho Informal. A partir de seus discursos, buscou-se abstrair as principais percepções acerca destes critérios, sendo estas sintetizadas no Quadro 14.

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> - Administração do próprio tempo - Autonomia da administração da renda - Autonomia para mudanças das condições de trabalho - Em alguns casos, a complementação da renda - Ausência de subordinação à figura de um chefe 	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade Financeira - Ausência de apoio do Poder Público - Ausência dos direitos sociais e trabalhistas - Precárias condições de trabalho - Impactos sobre a saúde e segurança pela ausência de equipamentos de proteção - Ausência de articulação sociopolítica - Alta Concorrência - Ausência de recursos para a aquisição dos produtos comercializados

Quadro 15 – Vantagens e desvantagens do Trabalho Informal segundo a percepção dos trabalhadores. Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

As situações postas pelos trabalhadores são contraditórias principalmente no que se refere às vantagens por eles citadas. Por exemplo, a autonomia na administração da própria renda tem reflexos sobre a instabilidade financeira, assim como a autonomia para as mudanças nas condições de trabalho recai sobre a ausência do poder público. Destaque-se ainda a situação de complementação de renda, apontada como uma vantagem, quando deveria ser pensada como uma desvantagem, por revelar a insuficiência de renda para atender as necessidades básicas.

É necessário ressaltar que as *desvantagens* ganharam destaque nos discursos, principalmente no que se refere à instabilidade da renda. Entretanto, curiosamente, ao serem questionados sobre a realização pessoal com o trabalho, 66% dos trabalhadores afirmaram que estão realizados e apenas 34% afirmaram que não. Em geral, os trabalhadores atrelaram a realização com o trabalho ao atendimento de suas necessidades, por outro lado, as insatisfações referem-se a ganhos e condições de trabalho, conforme sinaliza os discursos a seguir:.

Não estou realizado, estou satisfeito é diferente. Tenho que está satisfeito porque é isso que garante o sustento da minha família. (Trabalhador 5)

Não sou realizada não. Tenho muito trabalho pra ganhar um pouco de dinheiro, tem que trabalhar muito pra ganhar só um pouco de dinheiro. (Entrevistada 17)

Eu sou realizada porque este trabalho é de onde eu tiro dinheiro para sustentar a minha família e ajudar o meu filho na faculdade dele. (Trabalhadora 22)

Eu gosto de trabalhar, mas não nas condições que eu trabalho. O sol maltrata muito e a chuva também. Tem dias que o calor é insuportável. Como vou gostar de um trabalho que sei que afeta a minha saúde. (Trabalhador 13)

Mesmo reafirmando a realização com o trabalho, parte dos trabalhadores sinaliza dificuldades em relação às condições pelas quais desenvolvem suas atividades. Um dos trabalhadores ressaltou, de forma indireta, que a ausência destas condições afeta diretamente sua saúde, situação que se agrava durante o período em que trabalham no Festival Folclórico.

Em períodos normais a rotina de trabalho dos trabalhadores informais gira em torno de 6 a 8 horas de trabalho por dia. Situação completamente diferente do período do Festival Folclórico, onde 60% dos trabalhadores afirmou que trabalha 14 horas ou mais por dia. Outros 17% sinalizaram que trabalham entre 10 a 13 horas e 14% dos trabalhadores entre 7 e

9 horas. Por fim, apenas um número irrisório de trabalhadores atua entre 4 a 6 horas, uma vez que “*também precisam curtir a festa.*”(Trabalhador 22).

Tantas horas de trabalho em condições precárias tem impacto direto sobre a saúde dos trabalhadores, situação que foi confirmada por 100% deles ao serem questionados se o trabalho que realizam oferecem riscos a sua saúde. Conforme Mendes e Campos (2004) tal situação ocorre porque, em geral, as atividades no trabalho informal acontecem em ambientes limitados e improvisados, onde é possível observar múltiplos fatores de risco para a saúde e também a ausência de mecanismos básicos de proteção.

Com base em informações dos trabalhadores entrevistados foi elaborado um Mapa de Riscos³⁸, de forma figurativa, para ilustrar os *riscos* e os principais *agentes* aos quais os trabalhadores de alimentação e artesanato (informantes da pesquisa) ficam expostos durante o Festival. O Quadro 15 ilustra a referida situação.

Riscos	Agentes	Riscos à saúde
Químicos	Poeira, Vapores e Substâncias ou Produtos Químicos em Geral	Irritação nas vias superiores, náuseas, dores de cabeça, sonolência, asfixia e outros.
Físicos	Ruídos e Temperaturas Extremas	Cansaço, irritação, dores de cabeça, problemas no aparelho digestivo, fadiga, taquicardia, choque térmico, hipertensão e outros.
Biológico	Parasitas e Fungos	Intoxicação alimentar e fungos
Ergonômicos	Trabalho Físico Pesado/ Posturas Incorretas/Jornadas prolongadas de Trabalho / Trabalho Noturno/Situações de Estresse	Cansaço, dores musculares e fraqueza, aumento da pressão arterial, diabetes, úlceras, alterações no sono e na vida social, taquicardia, tensão, medo e ansiedade.
Acidentes	Arranjo Físico Inadequado / Ausência de Equipamentos de Proteção Individual	Desgaste físico, quedas, cortes, choques, queimaduras e outros.

Quadro 16- Mapa de Riscos do Trabalho Informal no Festival Folclórico

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013. Elaboração Própria com base em Norma Regulamentadora 5 (1999).

As informações do Quadro 15 demonstram que os trabalhadores estão expostos a vários riscos e as consequências para a sua saúde são agravantes. Mais agravante ainda é a evidência de que 97% dos trabalhadores não utiliza nenhum Equipamento de Proteção

³⁸ O Mapa de Riscos é uma representação dos riscos de acidentes dos diversos locais de trabalho inerentes ou não ao processo produtivo. Na Legislação Brasileira está mencionado no item 5.16 da Norma Regulamentadora 05 e aparece como sendo obrigatório para empresas com grau de risco e número de empregados que exijam a constituição de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, por quem é elaborado. O Mapa de Risco considera cinco tipos de agentes que causam riscos à saúde do trabalhador e que podem estar presente nos locais de trabalho, sendo estes: agentes físicos, agentes químicos, agentes biológicos, agentes ergonômicos e agentes de acidentes. No caso do Trabalho Informal, por estar à margem da Legislação Trabalhista, o Mapa de Risco não é obrigatório, mas seria essencial para a prevenção de acidentes.

Individual (EPI) para realizar suas atividades e, em alguns casos, nem sabem para que serve um EPI.

Entretanto, quando se trata de relatar a rotina de trabalho carregada que enfrentam durante o Festival, os trabalhadores são incisivos em afirmar que sofrem muitas privações e que as consequências sobre a saúde não aparecem durante a festa, mas depois que finaliza. A *insegurança* no trabalho também se revela como um dos principais agravantes, sendo esta percebida em todos os locais onde estão concentrados os trabalhadores informais. As Figuras que seguem evidenciam a exposição aos riscos a que estão submetidos estes trabalhadores.



Figura 24 – Trabalhadora do segmento de alimentação



Figura 25 – Trabalhadora do segmento de alimentação



Figura 26 – Trabalhador do segmento de Artesanato

Além da exposição a fatores de risco, outras situações agravantes referem-se à perda de sono, ao longo período que passam em pé, aos horários desregulados de alimentação, ao tempo que passam ser conseguir ir ao banheiro e à mudança de clima, algo muito frequente no decorrer do Festival.

No festival, muita coisa pode prejudicar a saúde, porque além da gente passar sem dormir, a gente amanhece o dia nessa praça, pega sol, pega chuva e nem tem hora pra comer (Trabalhadora 7).

Eu praticamente moro aqui estes três dias. Tento fazer uma boa alimentação, mas não consigo, tento ir ao banheiro e não encontro, porque o único que tem aqui é o do Cais Bar que todo mundo usa. Nem sei o que é pior, se é segurar ou ir a este banheiro que você sabe que pode tá cheio de doença (Trabalhadora 24).

No caso do artesão o problema de saúde fica como lembrança do Festival. Primeiro porque o material químico que a gente usa prejudica muito a gente. Outra coisa, a gente fica muito tempo sentado e também o problema na visão no momento da produção do artesanato (Trabalhadora 28).

Tais situações revelam a vulnerabilidade das condições em que estes trabalhadores atuam e o pior é que posteriormente necessitarão dos serviços de saúde do município, que também apresentam fragilidades. Para Lira (2012) o “estar na informalidade” representa um alto custo social, uma vez que a população inserida neste contexto se caracteriza pela negação dos direitos trabalhistas e o elevado grau de exposição à vulnerabilidade social.

O fato de estar à margem destes direitos não justifica a ausência de ações do poder público junto a estes trabalhadores. Sabe-se que a raiz do problema é estrutural e consiste na aplicabilidade das políticas públicas. Entretanto, a garantia de boas condições de trabalho aos que atuam na Informalidade era o mínimo que o poder público deveria garantir para sanar suas próprias debilidades.

Para os trabalhadores, isto não é algo impossível ou difícil de ser implementado. Eles próprios sugeriram as melhorias nas condições de trabalho para o seu cotidiano e não apenas para o período do Festival, neste caso, as ações devem ser permanentes e não pontuais. O Quadro 16 sintetiza os principais pontos sugeridos pelos trabalhadores para a melhoria de suas condições de trabalho.

Categorização	Trechos dos Discursos
Viabilidade na Concessão de Recursos	Se a prefeitura doasse a barraca sem a gente ter que pagar. O preço da barraca é muito alto, as vezes tá furada, com a estrutura quebrada. Fora a segurança que é péssima. (Trabalhador 1) Nossos administradores poderiam olhar com carinho para cada um de nós e padronizar nossas barracas para melhorar as nossas atividades. Nos colocando em um lugar fixo, onde tenha banheiro e pelo menos um lugar onde a gente pudesse fugir da chuva e do sol, porque isso maltrata. (Trabalhador 5)
Fortalecimento Sociopolítico	Que o governo respeite e comece a investir nas associações de trabalhadores (Trabalhadora 23)
Espaço Físico	A melhoria desse ambiente de trabalho porque a gente paga R\$150,00, mas se quiser água e luz tem que pagar. (Entrevistada 20)
Espaço Físico	O espaço dessas barracas deveria ser melhor. Na verdade, a prefeitura tinha que padronizar um local pra gente ficar. (Trabalhador 17) A padronização de um lugar, onde a gente pudesse guardar nossa mercadoria com segurança. No meu caso, todo dia eu pago um tricicleiros para levar minha mercadoria para casa, se eu tivesse uma

	barraca fechada não precisaria arcar com esse custo. (Trabalhador 13)
Melhoria nos serviços públicos	Não entendo porque a prefeitura não se organiza, porque hoje tá tudo uma bagunça. Hoje não é tudo dentro do computador? Não é tudo informatizado? Pra que então a gente precisa ficar na fila? Se eles fossem organizados nada não teria necessidade de nada disso. (Trabalhadora 35)

Quadro 17 – Pontos de melhoria nas condições de trabalho sugeridos pelos trabalhadores.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

É perceptível que as sugestões dos trabalhadores fundam-se principalmente nas problemáticas que estes enfrentam em seu cotidiano. Porém, estas pontuações não garantem os direitos em sua totalidade, apenas sugerem melhorias no que se refere aos aspectos físicos. O que efetivamente contemplaria as condições de trabalho dignas, seria o acesso aos direitos sociais e trabalhistas, entretanto, no contexto da Informalidade esta é uma realidade inviável.

Neste sentido, é praticamente impossível falar de uma *sustentabilidade socioambiental* no que se refere ao mundo do Trabalho Informal, neste caso específico, aquele constituído no Festival Folclórico. Esta dinâmica pode ser considerada *insustentável* em razão de todo contexto apresentado e, principalmente, porque a sustentabilidade socioambiental

[..] defende uma matriz discursiva da equidade, em que se articulam princípios de ecologia e de justiça social, o que exige redistribuição mais equânime das riquezas das sociedades, levando em conta os princípios ecológicos de limites do potencial de produção dos ecossistemas para garantir a sobrevivência das futuras gerações, contrapondo-se a um modelo de desenvolvimento capitalista autofágico. (NOGUEIRA, SOUZA e ROSÁRIO, 2011, p.44).

A dinâmica da Informalidade pressupõe exatamente o contrario, uma vez que a exploração do trabalho e a falta de acesso a direitos sociais são necessárias à sua existência. Neste caso, pondera-se que, no âmbito do trabalho, a sustentabilidade socioambiental só é possível por meio da inclusão dos trabalhadores em processos de trabalho que lhes proporcione o acesso aos direitos, meios de trabalho adequados e condições salariais dignas. Acredita-se que este caminho é possível, considerando os aspectos que serão discutidos a seguir.

3.4. Caminhos para a Sustentabilidade do Trabalho em Parintins

Diante do cenário apresentado acerca da realidade do município de Parintins e especificamente no que se refere à precarização do Trabalho Informal, predominante no mercado de trabalho local, é pertinente incitar reflexões que permitam pensar caminhos que possibilitem mudanças de tal conjuntura.

Para tanto, refletir sobre estes caminhos exige também uma relação com a categoria de Sustentabilidade, uma vez que não se pode pensar a atual dinâmica do trabalho sem considerar o caráter destrutivo do capital arraigado nas *Mediações de Segunda Ordem*, fundamentadas por Mészáros (2002), que transformam consideravelmente as relações entre homem e natureza.

Tal entendimento propiciou as conclusões acerca do que se considerou *Insustentabilidade* do Trabalho Informal, pois, a *Sustentabilidade* pressupõe a equidade e a justiça social, princípios que não se aplicam à dinâmica da Informalidade. Neste sentido, pensar a sustentabilidade do trabalho requer considerar a inserção dos trabalhadores em ocupações que proporcionem o acesso aos direitos sociais, especialmente no que se refere aos direitos trabalhistas.

Para Antunes (2009) nos tempos atuais o *estar fora do mercado de trabalho*, significa uma *desefetivação, desrealização e brutalização*, principalmente para os trabalhadores desprovidos de instrumentos de seguridade social. O autor salienta que o direito ao emprego e a redução da jornada de trabalho (tempo livre) devem ser reivindicações presentes no cotidiano da classe trabalhadora, pois, “ (...) uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho.” (idem, p.173).

Estas conquistas englobam também a oferta de salários justos e a garantia de condições de trabalho que assegurem a integridade da saúde e segurança dos trabalhadores. Entretanto, em tempos de desregulamentação do trabalho, a efetividade dessas questões tornam-se desafiadoras, e para isso são sugeridas algumas estratégias que possam viabilizar a sustentabilidade do trabalho Informal no município, sendo estas:

- 1) *Execução de ações da política pública de Emprego, Trabalho e Renda;*
- 2) *A articulação para o controle social;*
- 3) *O fortalecimento das organizações sociopolíticas de trabalhadores informais ;*

No que se refere à *execução de ações da política pública de Emprego, Trabalho e Renda*, Serra (2009) pondera que, no Brasil, o sistema público de emprego, trabalho e renda foi criado em 1995 e distribuído em três grandes áreas, sendo estas: a) Políticas de caráter compensatório com apoio ao desempregado; b) políticas ativas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra para a inserção no mercado de trabalho; c) Políticas de crédito dirigidas aos diversos setores produtivos capazes de gerar trabalho e renda.

A efetividade destas grandes áreas deve ser pensada sobre o aspecto universal, o que significa dizer que não se resume à geração de *emprego e renda*, mas à articulação com outras políticas públicas que viabilizem respostas às necessidades dos trabalhadores, tais como saúde, educação, habitação, assistência e outros.

No cenário parintinense, a aplicabilidade da política pública de emprego, trabalho e renda vem se resumindo às políticas de caráter compensatório. Atualmente, considera-se que a viabilidade dessas políticas públicas só seria possível com o investimento nos setores primário e secundário, uma vez que o maior número de trabalhadores está concentrado no setor terciário. Lira (2009) sinaliza que o setor terciário não tem capacidade de gerar postos de trabalho como os outros setores, uma vez que quem determina sua dinâmica é a acumulação de capital, movida pela alta rotatividade.

Conforme já comentado, no período do Festival ocorre um crescimento do setor terciário, o que revela na verdade a situação de instabilidade na geração de emprego e renda no município. É necessário ficar claro que o Festival Folclórico não gera empregos para a população de Parintins, na verdade são geradas *ocupações temporárias*, que reforçam a exclusão social dos trabalhadores, uma vez que estes se submetem a condições de trabalho precárias e estão à margem dos direitos sociais que lhes são cabíveis.

Esta conjuntura não se resume a execução de ações, mas também à *articulação para o Controle Social*, uma vez que os conselhos são espaços públicos de composição plural e

paritária que tem no processo de diálogo um instrumento privilegiado na resolução de conflitos (TATAGIBA, 2009).

No âmbito das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais³⁹ deve ser orientada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e seguem as seguintes orientações para sua composição:

- São de caráter permanente e constituídas de forma tripartite e paritária, compostas de no mínimo 6 (seis) e no máximo 18 (dezoito) membros, devendo contar com representação da área urbana e rural, em igual número, de trabalhadores, de empregadores e do governo;
- A Presidência da Comissão é exercida em sistema de rodízio, entre as bancadas do governo, dos trabalhadores e dos empregadores, tendo o mandato do Presidente a duração de 12 (doze) meses e vedada a recondução para período consecutivo;

No que se refere às competências, estas são agrupadas em quatro grandes funções, sendo:

1. *Conhecimento do trabalho local*- articulação com instituições públicas e privadas, inclusive com as acadêmicas e de pesquisa, para o reconhecimento das particularidades do mercado de trabalho local;
2. *Orientação e execução local da política pública de trabalho, emprego e renda* - proposição de medidas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural ;
3. *Controle da execução das ações* – fazer cumprir os critérios técnicos de estabelecidos pelo TEM, acompanhar a execução de planos de trabalho e examinar em primeira instância o relatório de atividade do Sistema Nacional de Emprego (SINE);
4. *Aprovação do Regimento dos conselhos e subsídio das deliberações.*

No Estado do Amazonas existem apenas 62 destes conselhos e suas atuações não são muito divulgadas. No município de Parintins não há registros da criação deste conselho, neste

³⁹ Oficialmente para o MTE a nomenclatura oficial para os Conselhos são as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego.

caso, sua implementação significaria um avanço para a Política Pública de Trabalho Emprego e Renda do município.

Por fim, uma importante estratégia para a sustentabilidade do trabalho seria o *fortalecimento da organização sociopolítica dos trabalhadores informais*. Para Singer (2001) a superação da vulnerabilidade social destes trabalhadores só é possível quando estes estão organizados e esta forma de organização deve ser forte em razão da ausência do emprego regular.

Os trabalhadores informais em Parintins são organizados por meio das associações que, em geral, possuem estatuto próprio. A maioria das associações realizam reuniões pelo menos uma vez por mês para discutir estratégias que viabilizem a melhoria das condições de trabalho.

Alguma destas associações tem sua própria sede, outras funcionam no local de trabalho, mas em muitos casos, os serviços administrativos e as reuniões são realizados na residência do Presidente ou de um dos membros. As figuras abaixo mostram as duas primeiras situações.



Figura 27- Reunião de Associação no local de Trabalho.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.



Figura 28 – Sede própria de Associação dos Artesãos

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Durante a realização do Grupo Focal verificou-se a importância da Associação para os trabalhadores, principalmente no que se refere à viabilidade no acesso aos direitos. No caso da Associação dos Vendedores Ambulantes de Parintins (AVAPIN), uma das principais ações refere-se à inserção dos trabalhadores como segurados na Previdência Social conforme relata o trabalhador:

Eu acho que quanto mais organizados melhor vai ser a associação e o que faltava pra gente realmente era que a associação não ficasse só nisso, que a gente busque mais, que busque algo melhor para os nossos sócios. Eu sempre falei a ideia é que a gente pagasse INSS, desse uma contribuição para a vida de cada um para que ele pudesse ter uma aposentadoria quando chegar em uma idade mais avançada, pra não ficar mais naquela praça. Graças a Deus nós estamos chegando, atingindo o que foi planejado. Eu acho que se nós não estivéssemos assim seria muito difícil, as conquistas seriam mais difícil.”
(Trabalhador Grupo Focal, 2013).

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância do acesso aos direitos sociais, os trabalhadores associados relataram que a principal conquista das associações foi a autonomia para a garantia do espaço de trabalho durante o Festival. Aparentemente esta situação pode parecer banal, entretanto, o fato de não enfrentarem filas significa muito para estes trabalhadores, principalmente no que se refere aos impactos à sua saúde e segurança.

Os trabalhadores não associados consideram importante fazer parte de associações (80%), entretanto avaliam que ainda não tiveram interesse em participar, pois consideram as ações incipientes. Na avaliação sobre a atuação das associações 63% dos trabalhadores atribui o conceito bom, 20% o conceito ótimo e 9% o conceito ruim. Porém, o que chama atenção é que 20% dos trabalhadores desconhece a atuação das associações no município, conforme revela o Gráfico 5.

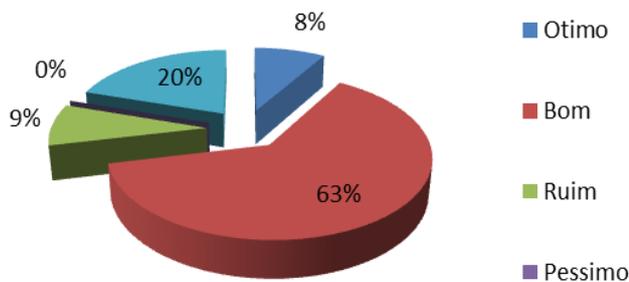


Gráfico 5 – Avaliação da atuação das Associações
Pesquisa de Campo, 2014.

O fortalecimento das associações é de suma importância para a autonomia no trabalho e para o acesso aos direitos sociais, uma vez que a coletividade reforça as reivindicações dos trabalhadores. Antunes (2012) cita como exemplo as cooperativas e afirma que estas surgiram como instrumento de luta em defesa dos trabalhadores contra o desemprego e a precarização.

Entretanto, esta situação foi modificada pelo capital que vêm criando outras funções às associações e cooperativas que visam precarizar ainda mais os direitos do trabalho. Neste sentido, a fortalecimento dessas associações resulta em “[...] um real instrumento de minimização da barbárie, do desemprego estrutural, consistindo também num efetivo embrião de exercício autônomo do trabalho” (ANTUNES, 2012, p.66).

A viabilidade e a permanência deste processo dependem das estratégias já mencionadas, uma vez que a Política Pública de Trabalho emprego e renda assegura a questão dos direitos e o controle social auxilia na tomada de decisões no que se refere ao cenário do trabalho.

Para tanto, a concretização destas estratégias só é possível por meio da atuação de agentes, considerados fundamentais para este processo, sendo estes os seguintes: *poder público, sociedade civil, associações e a Universidade*.

A *Universidade* tem um papel primordial neste contexto por meio de suas atividades de Extensão, uma vez que pode articular pesquisas que proporcionem conhecer a realidade dos trabalhadores, bem como o cenário do trabalho local. Além disso, a realização de projetos que fomentem a mobilização e a qualificação da sociedade civil para a participação nos conselhos. Por fim, a Universidade por meio da Extensão pode ainda assessorar as associações no que se refere à sua organização em termos sociais, econômicos e políticos.

Considerando as questões expostas, o caminho para a sustentabilidade do trabalho parece desafiador, entretanto, trilhar os primeiros passos é necessário não apenas para a emancipação dos trabalhadores, mas para toda a sociedade que convive diariamente com as manobras e o poder destrutivo do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição de um estudo sobre o Trabalho pode parecer um tanto recorrente diante de tantas publicações relacionadas a esta temática. Entretanto a particularidade da Informalidade é intrigante e se caracteriza como um estudo diferenciado em razão das inúmeras expressões desta forma de trabalho.

A temática tornou-se ainda mais desafiadora quando passou a ser associada à categoria de Sustentabilidade Socioambiental, não apenas pela escassez de material bibliográfico, no que se refere à relação com a categoria Trabalho, mas, principalmente, pela compreensão dos aspectos socioambientais que envolvem o universo da Informalidade.

No decorrer das aulas e das orientações no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, as leituras realizadas permitiram a reflexão do objeto de estudo, delimitado ao campo da Informalidade de modo mais amplo e complexo, a partir da necessária conexão da reflexão deste objeto por meio da reflexão mais ampla da relação homem-natureza.

A relação entre as categorias teóricas só foi concretizada no decorrer do levantamento exploratório realizado durante o Festival Folclórico de 2013, quando foi possível vivenciar junto aos trabalhadores o cotidiano do trabalho *antes* e *durante* a festa. É evidente que a realização da pesquisa de campo proporcionou também o olhar sobre o *depois* da festa, momento em que os trabalhadores externaram suas dificuldades e insatisfações.

As dificuldades enfrentadas no decorrer do processo de pesquisa foram muitas, entretanto, o momento mais desafiador foi o da *pesquisa exploratória*, que exigiu tempo e disposição física para conhecer todos os locais delimitados pela prefeitura para a atuação dos trabalhadores informais. A observação teve início nas filas para entrega dos crachás e foi finalizada no último dia do Festival Folclórico, quando os trabalhadores organizavam seus materiais de trabalho para retornarem às suas residências.

O contexto da Informalidade no Festival Folclórico possibilitou o entendimento sobre a precarização do trabalho, preconizada por Mészáros nas *Mediações de Segunda Ordem*,

principalmente no que se refere ao caráter destrutivo do capital que atinge os recursos naturais e as relações de trabalho.

Neste cenário, a Informalidade é predominante mesmo sendo caracterizada pelas condições precárias, que incluem os meios de trabalho e os rendimentos. Além disso, configura-se como uma das principais alternativas de sobrevivência na ausência do emprego, ou mesmo na complementação de renda quando os ganhos não são suficientes para o atendimento das necessidades dos trabalhadores.

Durante o período de observação de campo, verificou-se que a Informalidade é banalizada, compreendida de uma forma natural, quando na verdade deveria ser percebida como um grave problema que atinge a sociedade de maneira geral e, em particular, os trabalhadores no que se refere a suas condições de saúde e segurança.

No Amazonas muitos municípios sobrevivem apenas do *setor terciário*, onde estão concentradas as atividades informais, e isso ocorre em função da ausência de investimentos para o desenvolvimento dos *setores primário e secundário*. Esta é a situação de Parintins que atualmente tem sua economia praticamente baseada na oferta de serviços, um grave equívoco quando se considera seu potencial para desenvolvimento no setor primário, principalmente por meio da pecuária.

O município diferencia-se pelo potencial no setor secundário, uma vez que abriga um dos maiores polos moveleiros do Amazonas, entretanto, poucos investimentos são feitos nestes empreendimentos. Sem dúvidas o desenvolvimento destes setores trariam melhorias à população uma vez que, acarretaria a geração de emprego e renda. Entretanto, parte dos investimentos destinados ao município de Parintins está associada à realização do Festival Folclórico, até mesmo no que se refere às questões de infraestrutura.

As contribuições da realização do Festival Folclórico para o município de Parintins são inquestionáveis. Sem dúvida a realização da festa trouxe ao município muitos benefícios em termos de investimentos, uma vez que todo polo turístico exige melhorias na Infraestrutura por parte do Poder Público. Porém, o potencial de desenvolvimento do município vai além do Festival Folclórico e precisa ser repensado considerando outros eixos de desenvolvimento.

Além disso, deve-se considerar também as diversas problemáticas acarretadas pela realização do Festival no município, que abrangem os aspectos sociais, econômico, ambientais e até culturais, uma vez que muitos trabalhadores acreditam que o Festival perdeu as características da cultura local e tornou-se uma festa para os visitantes e não mais para os parintinenses.

Entre os principais problemas foram destacados: a violência, a prostituição, a propagação de doenças sexualmente transmissíveis, os acidentes de trânsito, o preço abusivo dos produtos, a excessiva quantidade de resíduos sólidos, entre outros. Tais situações modificam o cenário da *pacata cidade* que durante os três dias de festa, ou melhor, a semana da festa modifica os modos de vida dos moradores.

É também neste período que se acentua o Trabalho Informal e este cenário é composto não apenas pelos *desempregados*, mas também por trabalhadores com vínculo empregatício em busca de renda extra. Os resultados da pesquisa mostraram que a maior parte desses trabalhadores reside do município de Parintins, o que revela a insipiência do mercado de trabalho local.

Além disso, a maior problemática reside na forma como o poder público organiza o mercado informal durante o Festival Folclórico. Verificou-se, por exemplo, que os impactos ambientais não são considerados no momento em que os espaços de trabalho são delimitados, uma vez que os segmentos que causam maior impacto estão localizados justamente às margens do rio. Tal situação sugere uma nova postura do poder público frente à organização da distribuição dos locais onde estes trabalhadores irão desenvolver suas atividades, sendo esta norteadada prioritariamente pelos aspectos ambientais.

Além disso, os espaços de trabalho destinado aos trabalhadores precisa oferecer recursos que promovam um ambiente de trabalho adequado, evitando riscos à saúde e segurança dos trabalhadores e consumidores. A ausência de saneamento básico, por exemplo, configura-se como um agravante socioambiental à medida que causa impactos severos sobre os recursos naturais e, conseqüentemente, sobre a saúde da população.

O planejamento referente a todas as ações do Festival Folclórico, incluindo o Trabalho Informal, requer acima de tudo que as Políticas Públicas implementadas no município considerem o viés *socioambiental*, reconhecendo que a fragilidade destas questões geram impactos sobre as condições de vida da população.

O olhar para a questão *socioambiental* também é necessário para evitar as contradições referentes ao próprio sentido da festa que tem como principal temática a questão ambiental. Visivelmente o que se vê é a produção incontrolável de resíduos sólidos, tanto por parte dos visitantes como das próprias agremiações folclóricas que propagam a *preservação ao meio ambiente* dentro do bumbódromo, mas o que se vê do lado de fora é a acumulação de alegorias, criando verdadeiros lixões nos arredores do bumbódromo.

Frente a tantas situações, *a realidade fora da arena* apresenta-se bem diferente das belezas que são transmitidas pelos bois Garantido e Caprichoso, principalmente no que se refere à dinâmica o Trabalho Informal, que por todos os motivos apresentados, considera-se *Insustentável*.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa tragam contribuições importantes à produção de conhecimento na área socioambiental numa perspectiva inovadora, pois enfrentou o desafio de abordar a temática do Trabalho Informal relacionada à categoria de Sustentabilidade. Acredita-se que indubitavelmente esses resultados contribuirão para a fundamentação teórica de outras pesquisas e para levantar questionamentos que direcionem novos estudos.

REFERÊNCIAS

AIRES, Jussara Danielle Martins. FORTES, Lore. Modelo Irridex e Doxey: breves considerações acerca de sua aplicação em Ponta Negra (Natal-RN). **Revista Iberoamericana de Turismo**. Penedo, v.1, vol. 1, n. 1., p. 23-33, 2011. ISSN 2236-6040.

ALVES, Maria Aparecida. TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia e precarização. In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10º ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e. YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, José Julio César do Nascimento. PAULA, Elder Andrade de. Novas formas de desenvolvimento do Amazonas: uma leitura das ações do Programa Zona Franca Verde. **Revista Brasileira de Gestão e desenvolvimento regional**. São Paulo, v.5, n.3, p.140-154, set-dez, 2009.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila. et al. Contra-discurso do desenvolvimento sustentável. 2º ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, UFPA. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2º ed. Manaus: VALER, EDUA, INPA, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BILACRÊS, Máximo Alfonso Rodrigues. NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Aspectos da Pecuária Bovina no Amazonas: Produção, transporte e beneficiamento. **Revista Científica da Ajes- Instituto Superior de Educação do Vale do Jurema**. Mato Grosso, v.2, n.4, mai/ago, 2011.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. Os Bois-Bumbás de Parintins. Rio de Janeiro: Funarte/Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

BRAVO, Maria Inês de Souza. Política de Saúde no Brasil. In: Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. In: As Políticas de Seguridade Social no Brasil. Brasília: CFESS, 2009.

CACCIAMALLI, M.C. *Globalização e processo de informalidade*. Economia e Sociedade, n.14, Unicamp. Campinas: 2000.

CARDOSO FILHO, Gerson Teixeira. A gestão dos resíduos sólidos em Parintins à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos. In: II Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus: EDUA. 2012 (2). ISSN: 2178-3500

CASTEL, Robert. *As transformações da Questão Social*. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BOGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. (orgs). **Desigualdade e a Questão Social**. 2a ed. Sao Paulo: EDUC, 2000.

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro R. RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. V.8, N.13, p. 99-106, Set. 2006.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. Revista de Economia Política. vol.25, n. 1, p.94-111, janeiro-março, 2005.

FERREIRA, Gerson André Albuquerque. RODRIGUES, Albuquerque Rodrigues. Reflexão e crítica sobre a comercialização do folclore parintinense. In: FERREIRA, Gerson André Albuquerque. RODRIGUES, Albuquerque Rodrigues. Amazônia: Chaves múltiplas para a interpretação da realidade (Org.). São Paulo: Scortecci, 2012.

FREITAS, Marcílio de. SILVA, Marilene Corrêa da. Estudos da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GUIMARAES, Nadya Araujo. **Por uma Sociologia do Desemprego**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 17, n. 50, out, 2002.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

HIRATA, Helena. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. In: Cadernos Pagu, n.17/18, São Paulo: 2001.

IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. 14º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JACOBI, Pedro. Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: Fundação Prefeito Faria Lima – CETAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. Ed. Especial. São Paulo, 1999.

KREIN, José Dari. PRONI, Marcelo Weishaupt. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Tradução: Jorge E. Silva. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

LIRA, Izabel Cristina Dias. Trabalho Informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e. YAZBEK, Maria Carmelita. *Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo*. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MALAGUTI, Manoel Luiz. *Crítica à Razão Informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo: Vitporia: EDUFES, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. 2º ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MELO, Mauro Martini de. *Capitalismo versus sustentabilidade: o desafio de uma nova ética ambiental*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 2000.

NERY, Carlos Henrique Cardona. et. al. Geração de Resíduos Sólidos em eventos Gastronômicos: o festiqueijo de Carlos Barbosa. **Revista Rosa dos Ventos**. Caxias do Sul, v.4, n.2, p. 264-279, abril-jun, 2013.

NOGUEIRA, Marinez Gil. CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro R. *Desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento: uma reflexão sobre as diferenças ideopolíticas conceituais*. Revista Somanlu. ano 5, n.1, jan/jun. 2005.

_____. *Ambiente e desenvolvimento sustentável: reflexão sobre a educação ambiental no âmbito da gestão ambiental empresarial*. Ambiente & Educação, vol. 14.p. 137-157. 2009.

NOGUEIRA, Wilson. *Festas Amazônicas: Boi bumbá, ciranda e Sairé*. Manaus: Editora Valer, 2008.

OLIVEIRA, Marcio André. *Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus*. 2009. 187f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas), 2009. Disponível em < <http://www.ppgsocio.ufam.edu.br/attachments/024> > . Acesso em 20 agosto de 2013.

PINTO, Geraldo Augusto. A origem do trabalho no século XX: Taylorismo, Fordismo, Toyotismo. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PROCHMAN, Márcio. O emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____. O excedente de mão de obra no município de São Paulo. In: Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza. Espaços Violados: uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área urbana de Manaus-Amazonas (2006-2010). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: < www.teses.usp.br/.../2011_JoaquimHudsonDeSouzaRibeiro_VOrig.pdf> Acesso em 12 de junho de 2014.

SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. Trad. Magda Lopes, - São Paulo: Stúdio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Cidade Aberta), 1993.

_____. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Organização: Paula Yone Sthroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Elizabeth da Conceição. Educação Ambiental: um estudo de caso na Amazônia utilizando o Festival Folclórico de Parintins. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SAUNIER, Tonzinho. Parintins: Memória dos acontecimentos históricos. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SCHERER, Elenise. *Baixa nas Carteiras: Desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus*. Manaus: Edua, 2004.

SERRA, Rose. A Política Pública de emprego, trabalho e renda no Brasil: estrutura e questões. Revista de Política Pública. São Luiz, v.1, n.2, p.245-254 jul/dez. 2009.

SILVA, Marcia Perales Mendes. Expressões do mundo do trabalho contemporâneo: um olhar para os trabalhadores do Parque Industrial de Manaus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

SILVA, Rosângela Gomes da. A festa do boi bumbá e a reprodução da cultura popular. Revista Fragmentos de Cultura. Goiânia. v. 21, n. 4/6, p. 229-248, abr./jun. 2011.

SINGER, Paul. Trabalho Informal: Origens e Evolução. In: Jackbsen et all. Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Elaine Duque de. SANTOS, Alem Silvia Marinho dos. Caracterização da produção de alimentos da Agricultura em Ambientes de Várzea em Parintins: perspectiva de segurança alimentar no município. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais**. ISBN 978-85-99907-02-3.

SOUZA, Marineide Nunes de. ROLIM, Dayana Cury. A efetividade das ações do CREAS no enfrentamento à violência sexual: avaliar para caminhar mais longe. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Belém, 2013.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, Trabalho e desigualdades sociais. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios invisíveis da Produção Capitalista: Informalidade e Precarização do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

THEODORO, Mario. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, Jether Pereira. ARROCHELLAS, Maria Helena (org). Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Relatório Analítico Territorial Rural do Baixo Amazonas. Manaus: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico/Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2011.

VALLE, Izabel. Globalização e Reestruturação Produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

VARGAS, Paulo Rogério. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Organizador Dinizar Becker. – 4.ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

VIEIRA FILHO, Raimundo Dejad. A festa de boi-bumbá em Parintins: tradição e identidade cultural. Revista Somanlu. Manaus, v. 2 , numero especial, 2002.

VIEIRA, Paulo Freire. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, Eduardo J. et al. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. 4º ed. São Paulo: Cortez.

APÊNDICES

APÊNDICE – A

QUADRO I – CATEGORIAS TEÓRICO-ANALÍTICAS: GUIA DE ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA

CATEGORIAS MACRO-TEÓRICAS	FOCALIZAÇÃO DO RECORTE DA CATEGORIA NO LEVANTAMENTO DE CAMPO E/OU DOCUMENTAL – COM BASE NO LÓCUS DA PESQUISA	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA
Principal: TRABALHO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as mudanças no mercado de trabalho em Parintins; 2. Conhecer as formas de trabalho predominantes no município; 3. Mapear as os programas de projetos que trabalham com foco na geração de emprego e renda no município 4. Conhecer as organizações sociopolíticas de trabalhadores existentes no município 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa Documental - Pesquisa Documental e Exploratória; - Pesquisa Documental e de campo - Pesquisa Documental e Exploratória.
Principal: INFORMALIDADE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as formas de trabalho informal no município no período do Festival Folclórico 2. Conhecer as repercussões da informalidade nas condições de vida dos trabalhadores; 3. Descrever as ações desenvolvidas para a organização do Trabalho Informal pelo Poder Público no período do festival Folclórico 4. Caracterizar as redes de sociabilidade existentes na organização do Trabalho Informal no período do festival; 4. Averiguar a dinâmica da organização sociopolítica dos trabalhadores informais e sua contribuição para o desenvolvimento local sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa Exploratória - Pesquisa de Campo - Pesquisa documental e de campo - Pesquisa de Campo, exploratória e documental - Pesquisa de Campo
Principal: SUSTENTABILIDADE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Caracterizar os impactos ambientais das festas populares como fenômeno turístico; 2. Identificar as dimensões de sustentabilidade no contexto do Festival Folclórico de Parintins; 3. Apontar as ações direcionadas para a mitigação dos impactos socioambientais durante o Festival Folclórico de Parintins; 4. Conhecer os principais impactos ambientais do Festival Folclórico de Parintins para o município 5. Verificar os impactos socioambientais produzidos pelo Trabalho Informal no período do Festival Folclórico; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa bibliográfica - Pesquisa Bibliográfica e Documental - Pesquisa Documental e de Campo - Pesquisa de Campo - Pesquisa Exploratória e de Campo

APÊNDICE –B

QUADRO II – GUIA DE ESTUDOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

CATEGORIAS MACRO-TEÓRICAS	ABORDAGEM TEÓRICA
Principal: TRABALHO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aspectos conceituais acerca da categoria Trabalho; 2. Considerações históricas acerca do mundo do trabalho; 3. Contextualização do mundo do trabalho na contemporaneidade, considerando as novas modalidades e o processo de flexibilização do trabalho; 4. Análise da organização sociopolítica dos trabalhadores no atual cenário do trabalho; 5. Caracterizar a situação do trabalho no Amazonas; 6. Caracterizar a situação do trabalho em Parintins a partir da Economia do Festival Folclórico de Parintins; 7. Identificação das Políticas Públicas de Trabalho e Geração de Renda desenvolvidas em Parintins
Principal: INFORMALIDADE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abordar os conceitos de Economia Informal, Trabalho Informal e Informalidade, apontando a construção histórica e teórica desta categorias; 2. Analisar a relação Formal/Informal; 3. Descrever as categorias de trabalhadores informais nas diferentes abordagens; 4. Conhecer os impactos do Trabalho informal sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores; 5. Abordar a relação entre Informalidade e Festas Populares; 6. Identificar as redes de sociabilidade existentes na dinâmica da informalidade 7. Analisar a organização sociopolítica dos trabalhadores informais, buscando identificar ações voltadas para o incentivo à formalidade do trabalho.
Principal: SUSTENTABILIDADE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar o processo histórico de discussão das questões ambientais; 2. Descrever o processo histórico da categoria de sustentabilidade; 3. Caracterizar a abordagem socioambiental relacionada as condições de trabalho; 4. Analisar as contribuições das Festas Populares para a Sustentabilidade; 5. Analisar as dimensões de sustentabilidade: social, econômica, política e cultural a partir do contexto do Festival Folclórico de Parintins; 6. Averiguar as políticas públicas operacionalizadas no período do Festival Folclórico voltadas as questões socioambientais

APÊNDICE - C

QUADRO III – CATEGORIAS MACRO-TEÓRICAS COM FOCO EM INDICADORES E VARIÁVEIS DA PESQUISA DE CAMPO: GUIA PARA A ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Síntese do Objeto de Pesquisa: Identificação dos impactos gerados pelo Trabalho Informal no contexto do Festival Folclórico de Parintins a partir das dimensões de sustentabilidade, considerando especificamente, as formas de trabalho informal, suas repercussões sobre as condições de vida e trabalho, bem como as redes de sociabilidade existentes. A organização do trabalho pelo poder público e a organização sociopolítica dos trabalhadores informais também será abordada.	
CATEGORIA: TRABALHO	
Indicadores	Variáveis
Condições de Vida e Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos Econômicos - Escolaridade - Composição Familiar - Histórico Profissional - Principais dificuldades de inserção no emprego formal - Acesso a direitos sociais
CATEGORIA: INFORMALIDADE	
Indicadores	Variáveis
Organização do trabalho Informal no período do Festival Folclórico	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de aquisição de espaço para comercialização - Formas de Trabalho Informal - Espaços definidos e produtos comercializados
Repercussões da Informalidade nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> - Condições de Trabalho - Cuidados com as questões de saúde e segurança - Cuidados com o ambiente - Vantagens e desvantagens da Informalidade
Organização das Redes de Sociabilidade no período do festival	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação das instituições que contribuem para a qualificação dos trabalhadores informais; - Identificação de Patrocinadores - Ações do governo junto aos trabalhadores - Contribuições entre trabalhadores de áreas diferentes
Organização Sociopolítica dos Trabalhadores Informais de Parintins	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação das Organizações sociopolíticas existentes - Ações das Organizações sociopolíticas antes, durante e após o festival; - vantagens e participar da associação - Avaliação da atuação das associações ou sindicatos
CATEGORIA: SUSTENTABILIDADE	
Indicadores	Variáveis
Impactos Socioambientais do Festival Folclórico de Parintins	<ul style="list-style-type: none"> - Impactos positivos e impactos negativos acarretados pelo festival - principais problemas sociais identificados - Principais problemas ambientais identificados - Mudanças ocorridas no decorrer do Festival Folclórico
Dimensões de Sustentabilidade no Festival Folclórico de Parintins	<ul style="list-style-type: none"> - Dimensão Social - Dimensão Cultural - Dimensão Econômica - Dimensão Ambiental

APÊNDICE – D

**Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade
na Amazônia**

LEVANTAMENTO EXPLORATÓRIO DE CAMPO

(Trabalhadores Informais)

Pesquisa: Trabalho, Informalidade e Sustentabilidade: os (des) encantos do Festival Folclórico de Parintins (2013)

Número do Cadastro: _____

Nome do Trabalhador: _____

Telefones: _____

Data do Levantamento: ____/____/____

Segmentos Observados

Alimentação Artesanato

APÊNDICE – E



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade
na Amazônia
FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

(Trabalhadores Informais)

Pesquisa: Trabalho, Informalidade e Sustentabilidade: os (des) encantos do Festival Folclórico de Parintins (2013)

Nome do Trabalhador: _____

Telefones: _____

Data do Levantamento: ____/____/____

Segmentos

() Alimentação () Artesanato

IDENTIFICAÇÃO

1. Idade

() 18 a 22 anos () 23 a 27 anos () 28 a 32 anos () 33 a 37 anos
 () 38 a 42 anos () 43 a 48 anos () acima de 49 anos

1. Gênero

() Feminino () Masculino

2. Estado Civil

() Casada(o) () Solteira(o) () Viúva(o) () Divorciada(o) () União Estável

3. Naturalidade: _____

4. Escolaridade:

() Não Alfabetizado () Ensino Fundamental Completo () Ensino Fund. Incompleto
 () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior completo

5. Tem filhos? () sim () Não

Se sim, quantos: () 1 a 3 filhos () 4 a 6 filhos () mais de 7 filhos

6. Em que cidade você mora atualmente ? _____

7. Quantas pessoas moram na sua casa?

() 1 a 5 pessoas () 6 a 10 pessoas () Mais de 11 pessoas

8. Sua residência é: () Própria () Alugada () Cedida () Outros

ASPECTOS ECONÔMICOS

9. Quantas pessoas trabalham na sua casa ? _____
10. Qual a sua renda individual mensal?
 Não tem renda
 Menos de 1 salário mínimo (até R\$678,00)
 De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00)
 Mais de 2 até 4 salários mínimos (R\$ 1.357,00 a R\$ 2.712,00)
 Mais de 4 até 6 salários mínimos (R\$ 2.713,00 a R\$ 4.068,00)
 Mais de 6 até 8 salários mínimos (R\$4.069,00 a R\$ 5.424,00)
 Mais de 8 (a partir de 5.425, 00)
11. Qual a renda familiar mensal?
 Não tem renda
 Menos de 1 salário mínimo (até R\$678,00)
 De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00)
 Mais de 2 até 4 salários mínimos (R\$ 1.357,00 a R\$ 2.712,00)
 Mais de 4 até 6 salários mínimos (R\$ 2.713,00 a R\$ 4.068,00)
 Mais de 6 até 8 salários mínimos (R\$4.069,00 a R\$ 5.424,00)
 Mais de 8 (a partir de 5.425, 00)
12. Alguém na sua casa trabalha com carteira assinada? Sim Não
13. Você tem outras rendas? sim Não
 Se sim, quais? _____
14. Você é beneficiário de algum programa do governo federal? sim não
 Se sim, qual
 Bolsa Família Bolsa Floresta Benefício de Prestação Continuada(INSS)
 Outros _____
15. Quanto você ganha em média durante o Festival Folclórico? _____
16. Você pagou por este espaço? Sim Não
 Quanto? _____

QUESTÕES RELACIONADAS AO TRABALHO

17. Você tem alguma profissão? Sim Não
 Se sim, qual? _____
18. Qual a sua atual condição?
 Desempregado Carteira assinada Aposentado Pensionista
(Pular para a questão 21 se marcou Carteira Assinada)
20. Já trabalhou de carteira assinada? sim não
 - Se sim, quanto tempo trabalhou de carteira assinada?
 1 a 5 anos 6 a 11 anos 12 a 16 anos 17 a 21 anos 22 anos ou mais
 - O que você fazia ? _____
19. Qual o motivo da saída do emprego formal? _____

20. O que você faz atualmente? _____

21. Você paga INSS? () Sim () Não

22. Se sim, há quanto tempo? _____

23. Se não, por que motivo? _____

24. Você gostaria de trabalhar de carteira assinada? () sim () não

Por _____ que _____ ?

25. Existe muita dificuldade em conseguir emprego em Parintins? () Sim () Não

Por

que? _____

ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

26. Faz parte de alguma associação ou sindicato? () Sim () Não

Qual? _____

28. Você considera importante participar de sindicatos e outras representações de trabalhadores? () Sim () Não

Por que ? _____

29. Como você avalia a atuação das associações e sindicatos em Parintins?

() Ótimo () Bom () Ruim () Péssimo () Desconheço a atuação de associações e sindicatos

Por que ? _____

QUESTÕES RELACIONADAS A INFORMALIDADE

30. Que motivos levaram você a trabalhar na Informalidade?

() Falta de oportunidade de trabalho

() Por falta de qualificação

() A vantagem de ser seu próprio patrão/patroa

() Complementar a renda da família

() Outros. Quais _____

32. A quanto tempo trabalha como trabalhador informal em Parintins?

() Apenas no período do festival () 6 meses a 1 ano () 2 a 5 anos () 6 a 10 anos

() 11 anos ou mais

33. Esta é a sua principal atividade? () Sim () Não

34. Quais as vantagens e desvantagens em trabalhar por conta própria?

Vantagens _____

Desvantagens _____

35. Você se sente realizado com este trabalho? () Sim () Não

Por que ? _____

36. Você recebe ajuda de alguém de sua família para exercer sua atividade durante o festival Folclórico?

() Sim () Não

37. Natureza do Produto comercializado? () Fabricação Própria () Comprado () Os dois

38. Onde compra o produto ?
 No município Na capital em outros Estados
39. Há quanto tempo você trabalha no Festival Folclórico?
 Este ano 1 a 5 anos 6 a 10 anos 11 anos ou mais
40. Quanto tempo antes do festival você começa a organizar suas atividades?
 1ano a 6 meses 5meses a 3 meses 2meses a 1 mês
41. Você encontrou dificuldades para conseguir trabalhar no festival? sim não
 Se sim, qual? _____
42. E quando passa o Festival, como fica a sua atividade?

CONDIÇÕES DE TRABALHO

43. Você considera suas condições de trabalho adequadas? Sim Não
 Por que? _____
44. O que poderia ser melhorado? _____
45. Quanto tempo por dia você trabalha durante o festival?
 4 a 6 horas 7 a 9 horas 10 a 13 horas 14 horas ou mais
46. Você considera que suas condições de trabalho durante o festival oferecem riscos a sua saúde?
 Sim Não
 Por que? _____
47. Você utiliza algum acessório ou equipamento para evitar acidentes? Sim Não
48. Se não, porque?

QUESTÕES RELACIONADAS AO FESTIVAL FOLCLÓRICO

49. Você já participou da festa assistindo as apresentações dos Bois no Bumbódromo?
 Sim Não. Quantas vezes: _____
 Se não, Por que _____
50. Você tem um boi de sua preferencia? Sim Não.
 Se sim, porque ele é seu preferido _____
51. Em sua opinião, quais os **impactos Positivos** que o Festival traz para a cidade?

52. Em sua opinião **que problemas sociais** surgiram em Parintins com a realização do festival?

53. Em sua opinião, o que mudou de **forma negativa no folclore** de Parintins com a realização do festival no decorrer dos anos?

54. Em sua opinião o que muda de **forma negativa na vida dos moradores** de Parintins com a realização do festival?

55. Você considera que os turistas que vem ao Festival agridem o ambiente?

() sim () Não

Por que

56. As mudanças ocorridas no bumbódromo este ano foram boas para a população?

() sim () Não . Por que

QUESTÕES AMBIENTAIS

63. Hoje se fala muito que estamos vivendo uma **crise ambiental**. Você sabe o que significa?

() Sim () Não

Justifique

64. Você considera que o homem é o principal responsável pelos danos causados à natureza?

() Sim () Não

Justifique

65. Você considera que sua atividade pode prejudicar o ambiente

() Sim () Não.

Porque?

66. Na sua casa você toma cuidado para não desperdiçar água e energia? () Sim ()

Não

Por que

67. Você tem os cuidados necessários com o lixo produzido pela sua atividade? () Sim () Não

Se sim, quais?

68. Você separa o lixo de forma adequada para depois ser reciclado?

() sim () não

Se não, porque _____

69. Você contribui para a conservação do ambiente? () Sim () Não

Justifique

70. Na sua opinião quais impactos ambientais o Festival traz para a cidade?

71. Na sua opinião qual o impacto ambiental mais grave que o festival traz a cidade?

72. O que você acha que pode ser feito para evitar os problemas ambientais causados pelo festival?

APÊNDICE – F



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade
na Amazônia
ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA FONTES-CHAVES

(Representante da Secretaria Municipal de Terras, Arrecadação e Cadastro)

Pesquisa: Trabalho, Informalidade e Sustentabilidade: os (des) encantos do Festival Folclórico de Parintins (2013)

Nome: _____

Função: _____

Data da Entrevista : ____/____/____

ATIVIDADES DA SECRETARIA

1. Tempo de Trabalho no Serviço Público
2. Formação
3. Tempo de Trabalho na Secretaria
4. Quais as principais atividades que desenvolve na Secretaria e quais as principais demandas?
5. Quais os maiores desafios para a SEMTAC hoje?
6. A SEMTAC tem critérios para classificar os trabalhadores informais?

AÇÕES NO FESTIVAL FOLCLÓRICO

7. Como foi planejada a organização do mercado informal no período do Festival neste ano?
8. Que critérios foram utilizados para a definição dos espaços autorizados para comércio?
9. Como foram definidas as categorias? Que critérios foram utilizados para a distribuição das mesmas nos espaços autorizados?
10. Como ocorreu a forma de organização do cadastro dos vendedores?
11. Quais os critérios para o cadastramento?
12. Como são definidos os valores das barracas ?
13. Qual o destino da verba arrecadada na comercialização dos espaços ?
14. A SEMTAC tem parceria com outras instituições no período do festival? Se sim, quais e para quê?
15. Os fiscais recebem treinamento para atuarem durante o festival? Quais as principais orientações?
16. Quais as principais dificuldades durante o Festival?
17. Quanto tempo antes do festival começa a organização do mercado informal?
18. Quanto tempo antes as barracas são montadas e quanto tempo depois são retiradas?
19. Que vantagens o festival traz ao município?
20. Que problemáticas o festival traz ao município?
21. O que poderia ser melhorado na dinâmica do atendimento da SEMTAC antes, durante e depois do festival?

APÊNDICE – G



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade
na Amazônia
ROTEIROS DE ENTREVISTA ESTRUTURADA FONTES-CHAVES
(Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

Pesquisa: Trabalho, Informalidade e Sustentabilidade: os (des) encantos do Festival Folclórico de Parintins (2013)

Nome: _____

Função: _____

Data da Entrevista : ____/____/____

ATIVIDADES DA SECRETARIA

1. Tempo de Trabalho no Serviço Público
2. Formação
3. Tempo de Trabalho na Secretaria
4. Quais as principais atividades que desenvolve na Secretaria e quais as principais ações e demandas?
5. Quais os maiores desafios para a SMMA hoje?
6. Existem programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria? Se sim, quais?
7. A Secretaria possui parcerias com outras instituições? Se sim, quais e com que finalidade?
8. Atualmente quais os principais impactos ambientais existentes no município?

AÇÕES NO FESTIVAL FOLCLÓRICO

9. Quais as principais ações desenvolvidas pela Secretaria no período do Festival Folclórico?
10. Quais as parcerias da Secretaria durante o festival?
11. Quais os principais impactos socioambientais ocorridos em decorrência do festival?
12. A secretaria participa das decisões acerca da distribuição dos espaços para o comércio informal? Se sim, quais os critérios orientados?
13. Quais os procedimentos de fiscalização durante o festival folclórico?
14. Quais as principais ações de prevenção durante o festival folclórico?
15. Que impactos positivos o festival traz para o município?
16. Que impactos negativos o festival traz para o município?

APÊNDICE – H



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade
na Amazônia
ROTEIROS DE DEBATES – GRUPO FOCAL

Questão- Chave – Condições de Vida e Trabalho e impactos sobre o desenvolvimento local sustentável

- Qual o significado do seu trabalho para você?
- Você se sente realizado com seu trabalho?
- O que acredita que poderia ser melhorado?
- Você considera que seu trabalho contribui para o desenvolvimento do município?

Questão – Chave – A participação em Associações

- Qual a importância de fazer parte de uma associação?
- Quais as vantagens de fazer parte da associação?
- As associações contribuem para o desenvolvimento local do município?
- O que poderia ser melhorado na organização das Associações?

Questão-Chave – Questões Socioambientais?

- O que você entende por crise ambiental?
- Você considera que sua atividade pode prejudicar o ambiente?
- Você considera que contribui para a conservação do ambiente?

Questão-Chave – O Festival Folclórico de Parintins

- O que o Festival representa para você?
- Você acredita que o comércio durante o festival prejudica o ambiente?
- Que impactos positivos o festival traz para o município?
- Que impactos negativos o festival traz para o município?
- Quais os principais impactos ambientais gerados pelo Festival Folclórico?
- O que poderia ser melhorado na organização do festival folclórico para evitar os impactos ambientais.

APÊNDICE – I
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Trabalhadores Informais

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada: **A realidade fora da Arean: a dinâmica (in)sustentável do Trabalho Informal no Festival Folclórico de Parintins** da pesquisadora Andreza Gomes Weil sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Marinez Gil Nogueira que tem por objetivo: Conhecer os impactos socioambientais do Trabalho Informal em Parintins a partir dos determinantes socioeconômicos do Festival Folclórico de Parintins – Amazonas

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se aos possíveis resultados sociais a serem alcançados com a pesquisa, tendo em vista que a mesma poderá sinalizar alternativas e/ou ferramentas que contribuam para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações da referida política pública. A sua participação não implicará nenhum risco à sua integridade física ou moral, pois a pesquisa trata-se de um estudo sociológico.

De acordo com os procedimentos metodológicos delineados será realizada pesquisa bibliográfica, documental, exploratória e de campo, sendo nesta última utilizada a técnica de entrevista semi-estruturada por meio da aplicação de um formulário de entrevista para coleta de informações, bem como a realização do registro fotográfico. Cumpre destacar que a sua participação não é obrigatória podendo se retirar do estudo a qualquer momento que desejar, sem que com isso tenha qualquer prejuízo ou penalidade. Sua participação é inteiramente voluntária uma vez que não será oferecida qualquer quantia em dinheiro ou em espécie como forma de pagamento à sua participação.

Para qualquer informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato a qualquer momento com a pesquisadora pelo telefone (92) 9246-6523 ou pelo endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº3.000 Campus Universitário Bairro Coroado I, no departamento de Pós-Graduação em Serviço Social- PGSS, telefone (92) 3305-4579.

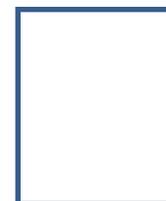
Declaro ter sido informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

- () Aceito que feito o registro fonográfico
- () Aceito que seja feito o registro fotográfico
- () Não aceito que feito o registro fonográfico
- () Não aceito que feito o registro fotográfico

Parintins, ____/_____/_____.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura da Pesquisadora ou



Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Trabalhadores Grupo Focal

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada: **A realidade fora da Arean: a dinâmica (in)sustentável do Trabalho Informal no Festival Folclórico de Parintins** da pesquisadora Andreza Gomes Weil sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Marinez Gil Nogueira que tem por objetivo: Conhecer os impactos socioambientais do Trabalho Informal em Parintins a partir dos determinantes socioeconômicos do Festival Folclórico de Parintins – Amazonas

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se aos possíveis resultados sociais a serem alcançados com a pesquisa, tendo em vista que a mesma poderá sinalizar alternativas e/ou ferramentas que contribuam para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações da referida política pública. A sua participação não implicará nenhum risco à sua integridade física ou moral, pois a pesquisa trata-se de um estudo sociológico.

De acordo com os procedimentos metodológicos delineados será realizada pesquisa bibliográfica, documental, exploratória e de campo, sendo nesta ultima utilizada a técnica de entrevista semi-estruturada por meio da aplicação de um formulário de entrevista para coleta de informações, bem como a realização do registro fotográfico. Cumpre destacar que a sua participação não é obrigatória podendo se retirar do estudo a qualquer momento que desejar, sem que com isso tenha qualquer prejuízo ou penalidade. Sua participação é inteiramente voluntária uma vez que não será oferecida qualquer quantia em dinheiro ou em espécie como forma de pagamento à sua participação.

Para qualquer informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato a qualquer momento com a pesquisadora pelo telefone (92) 9246-6523 ou pelo endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº3.000 Campus Universitário Bairro Coroado I, no departamento de Pós-Graduação em Serviço Social- PGSS, telefone (92) 3305-4579.

Declaro ter sido informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

- () Aceito que feito o registro fonográfico
- () Aceito que seja feito o registro fotográfico
- () Não aceito que feito o registro fonográfico
- () Não aceito que feito o registro fotográfico

Parintins, ____/____/____.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura da Pesquisadora ou



Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA PESQUISA EXPLORATÓRIA

Pesquisa Exploratória realizada no período do Festival Folclórico de 2013.



Barracas montadas antes da festa.



Acumulo de lixo nas proximidades das barracas que ficam instaladas na orla do município, margem do Rio Amazonas.



Trabalhador Informal Tricicleiro, pedalando o triciclo um dos principais meios de transporte em Parintins.

Comercialização da barraca para terceiros.



Barracas de alimentação localizadas próximo às embarcações.



Condições de trabalho nas barracas de alimentação.





Crachá emitido pela prefeitura para os trabalhadores.

Abordagem dos fiscais da prefeitura aos trabalhadores informais.



Trabalhadora Ambulante

Movimento no comercio Informal durante o Festival Folclórico



Trabalhadores e o Trabalho

